

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Nathana Marina Diska

**O RECONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA A  
EMERGÊNCIA DE NOVOS SABERES EM PROPRIEDADES COM  
PASTOREIO RACIONAL VOISIN (PRV) EM SANTA MARIA/RS**

Santa Maria, RS  
2019

**O RECONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA A  
EMERGÊNCIA DE NOVOS SABERES EM PROPRIEDADES COM PASTOREIO  
RACIONAL VOISIN (PRV) EM SANTA MARIA/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Federal de Santa Maria ao  
Programa de Pós-graduação em Extensão  
Rural como requisito parcial para obtenção  
do grau **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Clayton Hillig  
Co-orientadora: Alecsandra Santos da Cunha

Santa Maria, RS  
2019

## Nathana Marina Diska

DISKA, Nathana Marina  
O RECONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA A EMERGÊNCIA DE  
NOVOS SABERES EM PROPRIEDADES COM PASTOREIO RACIONAL  
VOISIN (PRV) EM SANTA MARIA/RS / Nathana Marina DISKA.-  
2019.

112 p.; 30 cm

Orientador: Clayton HILLIG  
Coorientadora: Alecsandra Santos CUNHA  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

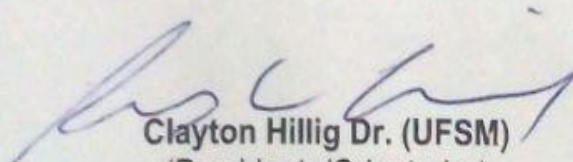
1. Reconhecimento 2. Agroecologia 3. Ecofeminismo 4.  
PRV 5. Sustentabilidade I. HILLIG, Clayton II. CUNHA,  
Alecsandra Santos III. Título.

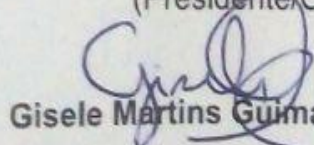
**Nathana Marina Diska**

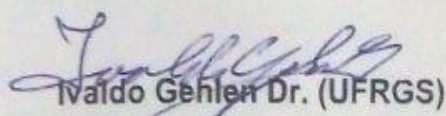
**O RECONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA A  
EMERGÊNCIA DE NOVOS SABERES EM PROPRIEDADES COM PASTOREIO  
RACIONAL VOISIN (PRV) EM SANTA MARIA/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Federal de Santa Maria ao  
Programa de Pós-graduação em Extensão  
Rural como requisito parcial para obtenção  
do grau **Mestre em Extensão Rural**.

**Aprovada em 30 de agosto de 2019:**

  
**Clayton Hillig Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

  
**Gisele Martins Guimarães Dra. (UFSM)**

  
**Ivaldo Gehlen Dr. (UFRGS)**

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho ao meu pai, minha mãe e ao meu companheiro, Felipe.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Passar pelo processo de escrever a dissertação é um processo solitário e ambíguo, mas não só: é também um momento de autoconhecimento, aceitação e amor. Nesse tocante, são muitos os agradecimentos a serem feitos, mas de forma concentrada, sou grata:*

*- à CAPES e à Universidade Federal de Santa Maria por terem me proporcionado a oportunidade de estudo;*

*- ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e a todos os professores que foram importantes na minha formação;*

*- à minha família, principalmente meu pai Estefano Diska, minha mãe Jacinta dos Santos Diska, minhas irmãs Noele e Marcéli e à minha sobrinha Zahara, por sempre estarem ao meu lado dedicando um amor sem limites;*

*- agradeço ao meu companheiro Felipe Toniolo, por compartilhar sua vida comigo diariamente e por incansavelmente me auxiliar na formatação, arte e derivados na presente dissertação;*

*- gratidão a todos os meus amigos e amigas, pela força e apoio de sempre;*

*- aos meus colegas e amigos do Programa (principalmente Eduardo Jaehn e Jéssica Mainardes)*

*- ao meu orientador Clayton Hillig, minha co-orientadora Alecsandra Santos da Cunha, que são também meus amigos pessoais;*

*- aos meus psiquiatras Eduardo Borella Monteiro e Giulia Vendrame, que nem imaginam o quanto as sessões de psicoterapia foram importantes para o desenvolvimento do presente trabalho e do meu autoconhecimento;*

*- agradeço ainda mais à EMATER, ao Ricardo Machado e às famílias pesquisadas, pois todos contribuíram com meu trabalho e com a minha vida, de suas imensas formas e complexidades.*

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

*Eu lhe aviso. Olhe bem para cada caminho, e com propósito. Experimente-o tantas vezes quanto achar necessário. Depois, pergunte-se, e só a si, uma coisa. Essa pergunta é uma que só os muito velhos fazem. Meu benfeitor certa vez me contou a respeito, quando eu era jovem, e meu sangue era forte demais para poder entendê-la. Agora eu a entendo. Dir-lhe-ei qual é: esse caminho tem coração? Todos os caminhos são os mesmos: não conduzem a lugar algum. São caminhos que atravessam o mato, ou que entram no mato. Em minha vida posso dizer que já passei por caminhos compridos, mas não estou em lugar algum. A pergunta de meu benfeitor agora tem um significado. Esse caminho tem um coração? Se tiver, o caminho é bom; se não tiver, não presta. Ambos os caminhos não conduzem a parte alguma; mas um tem coração e o outro não. Um torna a viagem alegre; enquanto você o seguir, será um com ele. O outro o fará maldizer sua vida. Um o torna forte; o outro o enfraquece.*

*(Carlos Castañeda)*



## RESUMO

### O RECONHECIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA A EMERGÊNCIA DE NOVOS SABERES EM PROPRIEDADES COM PASTOREIO RACIONAL VOISIN (PRV) EM SANTA MARIA/RS

AUTORA: Nathana Marina Diska

ORIENTADOR: Clayton Hillig

CO-ORIENTADORA: Alecsandra Santos da Cunha

A dissertação elaborada compreendeu as relações existentes entre três famílias de agricultores familiares na produção leiteira, trazendo competências da teoria do Reconhecimento. Tais análises estiveram aliadas de concepções agroecológicas embasadas na ideia do Pastoreio Racional Voisin, tecnologia em comum entre as famílias e guiada pelo extensionista da EMATER. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, delineando um estudo de caso, no interior da cidade de Santa Maria/RS, com a utilização de diários de campo, registros fotográficos e em vídeo. Objetivou-se inicialmente categorizar as famílias de acordo com a suas auto-imagens, dando ênfase na sustentabilidade das propriedades; a partir dessas categorias, observou-se a existência subjetiva de reconhecimento entre as famílias e o extensionista, que atua como mediador das relações no escopo da extensão rural. A partir desta análise, verificamos a existência de aspectos subjetivos que transcendem os conhecimentos práticos: tanto do extensionista, que elabora saberes de caráter mais científicos, quanto dos próprios agricultores, que são guiados por saberes provindos também da experiência. Nessa lógica, entendemos que as decisões e motivações diárias dos agricultores não são guiadas somente pelos aspectos técnicos e econômicos, mas também, denotam saberes abstratos que emergem da experiência e da vivência em sociedade e com seus pares.

**Palavras-chave:** Reconhecimento. Agroecologia. Extensão Rural. Ação Extensionista.



## **ABSTRACT**

### **RECOGNITION AS A STRATEGY FOR EMERGENCY OF NEW KNOWLEDGE ON PROPERTIES WITH VOISIN RATIONAL PASTORING (PRV) IN SANTA MARIA / RS**

The dissertation elaborated comprehended the relations between three families of family farmers in the dairy production, bringing competences of the Recognition theory. These analyzes were allied with agroecological conceptions based on the idea of Voisin Rational Grazing, a technology in common between families and guided by the EMATER extensionist. The methodology used was a qualitative approach, outlining a case study inside the city of Santa Maria / RS, using field diaries, photographic records and video. The objective was initially to categorize the families according to their self-images, emphasizing the sustainability of the properties; From these categories, there was a subjective existence of recognition between the families and the extensionist, who acts as a mediator of relations within the scope of rural extension. From this analysis, we verify the existence of subjective aspects that transcend the practical knowledge: both the extensionist, who elaborates more scientific knowledge, and the farms themselves, who are guided by knowledge also coming from experience. In this logic, we understand that farmers' daily decisions and motivations are not only guided by technical and economic aspects, but also denote abstract knowledge that emerges from experience and experience in society and with their peers.

**Keywords:** Recognition. Agroecology. Rural extension. Extension Action.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Comportamento da população urbana e rural desde 1950 .....	22
Figura 2 - Diagrama de Árvore Tipo Ideal Agroecológico .....	49
Figura 3 - Árvore representativa da família Girassol .....	78
Figura 4 - Árvore representativa da família Camomila .....	87
Figura 5 - Árvore representativa da família Margarida .....	92
Quadro 1 - Esferas do Reconhecimento .....	60

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
1.1	Sujeitos e local da pesquisa .....	21
1.2	Objetivos .....	25
1.3	Caminhos da pesquisa .....	26
<b>2</b>	<b>A SUSTENTABILIDADE COMO RESGATE DE SABERES E MODO DE RESIS- TÊNCIA</b> .....	28
2.1	O ecofeminismo como sustentáculo do desenvolvimento sustentável .....	29
2.2	O tipo ideal weberiano como proposta metodológica .....	32
2.2.1	Dimensão Ecológica .....	36
2.2.2	Dimensão Social .....	37
2.2.3	Dimensão Econômica .....	38
2.2.4	Dimensão Cultural .....	39
2.2.5	Dimensão Política .....	42
2.2.6	Dimensão Ética .....	43
2.3	A complexidade da ética e a capacidade de olhar o outro .....	45
2.4	Diagrama de árvore e metodologia .....	48
<b>3</b>	<b>ESFERAS DO RECONHECIMENTO: AMOR, DIREITO E SOLIDARIEDADE</b> 50	
3.1	O eu no nós: das individualidades à formação dos grupos .....	50
3.2	Assimetria das relações e principais conceitos da luta pelo reconhecimento ..	55
3.3	Desrespeito .....	61
3.4	Teoria e prática: o reconhecimento pela ótica da interpretação de nossos sujeitos .....	63
3.5	Formação do grupo leite: convivência sob a égide do reconhecimento .....	65
<b>4</b>	<b>O AUTORRECONHECIMENTO FACE ÀS HISTÓRIAS DOS SUJEITOS.</b> 69	
4.1	Família Girassol .....	70
4.2	Família Camomila .....	78
4.3	Família Margarida .....	87
<b>5</b>	<b>RECONHECENDO-SE NO OUTRO PARA A EMERGÊNCIA DE SABERES</b> 92	
5.1	O uso de tecnologia sustentável como alelo do reconhecimento .....	93
5.2	Da metodologia híbrida à amizade: amor, direito e solidariedade .....	97
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO OBJETIVO PARA TIPO IDEAL</b> .....	112



## 1 INTRODUÇÃO

No escopo da Extensão Rural, o enfoque nos diferentes tipos de metodologia utilizadas para o compartilhamento de saberes sempre teve importância no sentido pedagógico e técnico. No que concerne ao sentido pedagógico, entendemos a importância de metodologias participativas que transformam relações de poder em situações mais horizontais. Do ponto de vista técnico, entendemos que estudar métodos que permitam que produtores e extensionistas cheguem juntos a um propósito de desenvolvimento da propriedade, é positivo e pontual.

Explorar métodos e entender conjunturas de relações entre técnicos e produtores, e as relações de amizade entre os próprios produtores é o que temos como questão na presente dissertação. Para tanto, nos utilizamos de concepções que entendem que o desenvolvimento sustentável é o ideal no atual contexto, no qual inúmeras são as consequências da ação antrópica no meio ambiente.

Entendemos que as indicações globais de atuação estão envoltas das ideias para o desenvolvimento sustentável, e se distanciar delas seria fechar os olhos às transformações que vêm ocorrendo no planeta. Tais transformações vão de encontro aos impactos ambientais causados pelas ações antrópicas: desde a emissão de gases danosos que trazem como consequência o aquecimento global e patologias humanas e animais, ao excesso de produção em larga escala baseada no monocultivo e no uso indiscriminado de insumos tóxicos.

Na pecuária e na agricultura, os dados a respeito do consumo exacerbado de agrotóxicos são alarmantes. Muitos dos compostos químicos utilizados no Brasil já foram proibidos em outros países (SANTOS, 2014) e, devido à conjuntura política atual, esses números tendem a aumentar, dada a tradição do país com o agronegócio. Sendo assim, entendemos que a situação a respeito do “progresso” do Brasil vai contra a concepção do desenvolvimento sustentável: o país avança no agronegócio e, em consequência, no uso indiscriminado de insumos, também, responsáveis pelo desequilíbrio ambiental. Enquanto isso, a indicação mundial é a de desacelerar a produção em prol da preservação do meio ambiente e, em decorrência, a do ser humano (DALY, 2004).

Sob essa perspectiva, observamos esse paradoxo e entendemos que a ideia do progresso é complexa. Para muitos, o crescimento vertiginoso em números é o que demonstra o desenvolvimento, porém, para outros como Herman Daly, o crescimento de caracteres qualitativos exerce um melhor desempenho. Dentro dessas análises, nos cabe a idealização do progresso na modernidade. Para G. Guzman Casado, M. Gonzalez de Molina e E. Sevilla Guzman (2000), a ideia de modernização nas américas é associada diretamente ao conceito da colonização, pois através da subjugação de outras culturas, a concepção ocidental de desenvolvimento científico privilegia o

aparato quantitativo, técnico e científico do ponto de vista cartesiano.

A concepção do “subdesenvolvimento” vem após Segunda Guerra, na qual os Estados Unidos da América se tornaram uma máquina produtiva incessante, guiada pela insolúvel ideia do sistema capitalista. Com a posse de Truman, entrava a era do desenvolvimento e quem não estivesse de acordo e/ou acompanhasse o mesmo tipo de produção seria considerado subdesenvolvido. Truman criou a percepção do “eu” e dos “outros” (ESTEVA, 2000).

Em 1949, inventaram a noção do subdesenvolvimento e deixaram os países assim tratados à mercê de poder dos Estados Unidos da América e almejando tal nível social inatingível e insustentável. Firmada a necessidade do “american way of life”, os países sob o domínio capitalista aceitam uma cultura que não é sua e é, dadas as ideias de Daly, inaceitável do ponto de vista da preservação da natureza. Assim, colocamos em voga a tese que defende o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, para que exista além da defesa dos bens naturais, uma defesa da própria cultura e do modo de vida das pessoas no Brasil.

O desenvolvimento rural sustentável mescla conceitos do ecologismo e uma forte mobilização social diante da destruição crescente da biosfera. Portanto, há um interesse no potencial endógeno de cada território, que utilizam modelos de resistência característicos de cada local. Também, potencializar as ações locais, é de suma importância para um desenvolvimento sustentável de caráter social e democrático, com dinâmicas de processos participativos e com atenção voltada às reais necessidades dos protagonistas (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Logo, entendemos que o fenômeno da degradação ambiental provém de ações antrópicas em prol de um crescimento quantitativo, baseado na conquista de recursos para a finalidade do desenvolvimento do capital. Nesse contexto, como forma de resistência, tentamos avaliar e demonstrar como, através de relações horizontais e locais, ideias com ênfase no desenvolvimento sustentável atuam.

Para tanto, entendemos que não somente relações baseadas no sentido técnico são as responsáveis por uma visão diferenciada do meio ambiente. Além dessas, relações amistosas entre os seres humanos, permeadas nas ideias da reciprocidade e do reconhecimento mútuo fazem parte do que entendemos como desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o enfoque nas relações entre os produtores que, através de técnicas sustentáveis pensam em um futuro mais responsável, é nosso objeto de estudo. Além de elucidarmos essas técnicas, verificamos a ocorrência de relações subjetivas entre o extensionista e o grupo de produtores. Juntos, fazem com que estratégias sustentáveis sejam carro-chefe de sua produção, disseminando ideias e possibilidades de crescimento econômico atrelado à ideia de preservação da natureza.

## 1.1 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA

O grupo de produtores estudado se situa na cidade de Santa Maria/RS, cidade também do técnico e extensionista rural da EMATER, o qual tem uma importância na adoção de tecnologias mais sustentáveis por esses agentes. A tecnologia por eles utilizada é a do Pastoreio Racional Voisin (PRV), que por meio de uma organização bem especificada da propriedade, conseguem uma produção maior de pastagens, se tornando base alimentar dos animais.

Além do uso do PRV, os produtores buscam tratar seus animais com medicamentos homeopáticos, de modo pontual, diminuindo e, quiçá extinguindo, o uso de antibióticos e outros medicamentos. Com isso, percebemos que as “cinco liberdades dos animais” em prol de seu bem-estar tendem a ser respeitadas. São elas: 1) liberdade nutricional, 2) liberdade sanitária, 3) liberdade ambiental, 4) liberdade comportamental e 5) liberdade psicológica (MOLENTO, 2006).

Entendemos que respeitar os animais dentro do propósito de suas liberdades é uma forma de amenizar seu sofrimento enquanto animais de produção, e deixá-los exercer suas funções fisiológicas, ou seja, agir conforme sua natureza, é estar trabalhando para o bem-estar destes.

Porém, sabemos que não basta seguir à risca as cinco liberdades, pois estas compreendem o mínimo do que pode ser proporcionado aos animais. Então, pensando em um modo de libertação humana e animal, em prol da autonomia dos sujeitos, o PRV na cidade em questão é tido como um avanço do ponto de vista ambiental, pois proporciona uma vida digna e por que não dizer, “feliz” aos animais.

A cidade de Santa Maria/RS está localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, a chamada depressão central. Conta com uma população estimada de 280.505 pessoas, e um total de 261.031 pessoas pelo censo de 2010. Desse último resultado, a população urbana é de 248.347, enquanto a rural, portanto, se apresenta em 12.864 pessoas (IBGE, 2010).

Nesse município, ocorrem basicamente dois tipos de formações vegetais, e segundo Longhi (2000):

[são] os campos limpos e a floresta estacional decidual que cobre as escarpas da Serra Geral e vários morros testemunhos, situados na Depressão Central. Na região, uma grande proporção de floresta nativa sofreu processo de alteração antrópica, em circunstâncias do uso agrícola e desenvolvimento urbano, conseqüentemente, descaracterizando a estrutura natural. Atualmente, existem fragmentos da floresta com vegetação nativa em vários estágios de sucessão. LONGHI (2000, p. 60).

Portanto, no município de Santa Maria, trabalhamos com duas realidades: a formação de campos limpos (ideais para a criação de gado em campo nativo) e, percebemos que a ação do ser humano deixou apenas fragmentos da floresta com

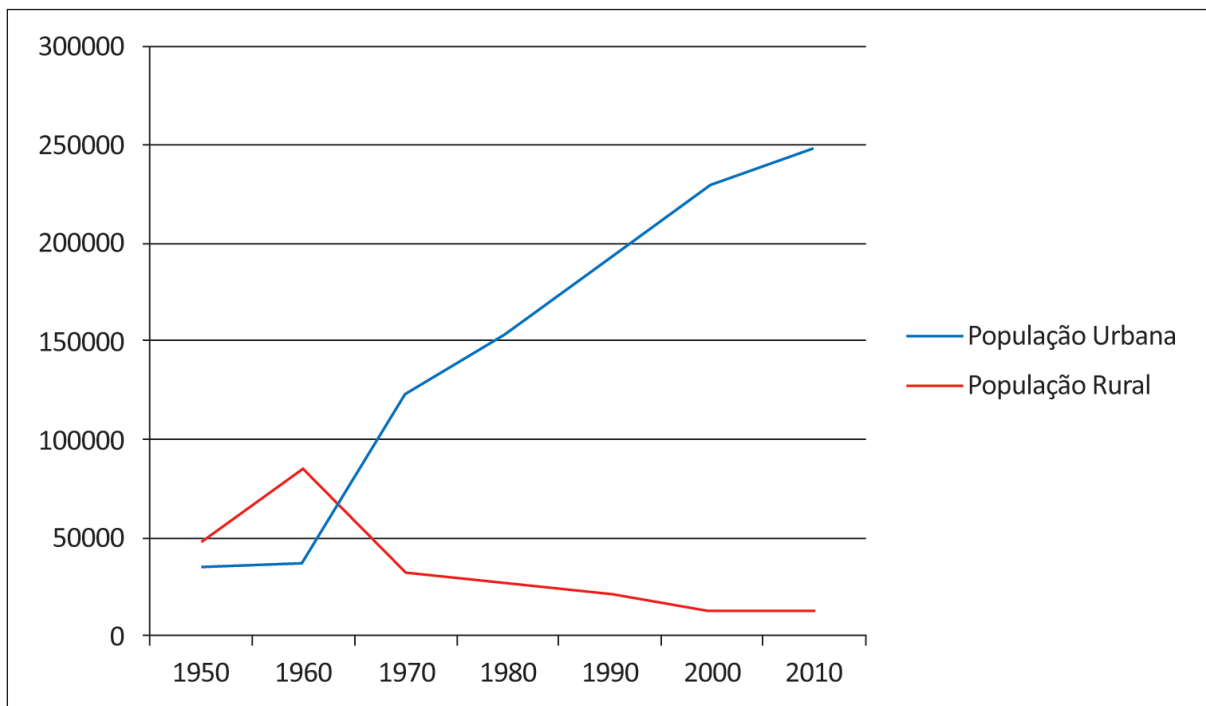


vegetação nativa, em razão principalmente do uso agrícola.

As famílias que serão estudadas de modo mais próximo, se localizam em áreas diferentes da cidade: na localidade de Bocca do Monte, em Pains e próximo ao município de São Pedro do Sul, sendo áreas que diferem bastante entre si quanto ao relevo e tipo de vegetação em maior densidade. Portanto, suas facilidades e/ou dificuldades na aplicação da tecnologia devem ser identificadas, principalmente no que se diz respeito ao plantio de árvores de diferentes espécies para se fazer sombra nos piquetes, e na articulação dos piquetes propriamente ditos.

Assim como boa parte das cidades do Brasil, até a década de 1960 a população predominante de Santa Maria era rural, porém, com o desmembramento de algumas regiões, como Dilermando de Aguiar e Itaara, o número da população urbana cresceu consideravelmente como se nota no gráfico a seguir (ADESM, 2010).

Figura 1 - Comportamento da população urbana e rural desde 195



Fonte: Escritório da Prefeitura da Cidade de Santa Maria, 2010

Nosso enfoque está na minoria da população de Santa Maria, que se situa no ambiente rural, mas que são localizadas próximas à cidade. O grupo de produtores que tomamos por base, são atendidos pela EMATER municipal, logo, sua atuação anda ligada diretamente com a prefeitura da cidade, a qual vem atendendo aos produtores com assistência técnica e também com maquinário, mudas de plantas para sombreamento dos piquetes e etc.

Além dessa característica “urbana” de Santa Maria, a cidade é sede da

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a qual tem uma relativa importância dentro do cenário a ser estudado. Muitas das propriedades que já tem a tecnologia consolidada, são visitadas constantemente pelos alunos da universidade, em especial pelos alunos da área das Ciências Agrárias. Em busca de respostas dentro da conjuntura e da associação entre agricultura, pecuária e meio ambiente, os alunos indagam aos produtores e também visualizam, de forma prática, como é possível uma produção mais sustentável e sem a dependência de indústrias e do agronegócio.

Esse viés relativo à abertura das propriedades para a visita dos alunos, é um viés pedagógico e que também amplia as redes de relações dos agricultores e o diálogo com os pesquisadores da universidade. Além de que, serem reconhecidos pela comunidade acadêmica lhes traz mais prestígio e estima, tornando seu trabalho relevante para um grande número de sujeitos (não só aos favorecidos diretamente).

Após um panorama sobre o entendimento de onde se situam nossos sujeitos, entendemos que buscar um método alternativo que guie a produção não

é uma tarefa simples. Esta é dependente de vontade e incentivo não só dos órgãos municipais e do entendimento do extensionista, mas principalmente, dos agricultores que são os protagonistas e que tem o seu dia-a-dia baseado no modo de produção.

Procuramos entender, através do presente estudo, como as relações entre produtores e extensionistas trouxeram êxito na produção de bens mais ecológicos, e como os próprios produtores se relacionam entre eles com a ideia da produção baseada no PRV e no uso da homeopatia. Para consagrarmos as propriedades que se utilizam de técnicas mais sustentáveis, podemos encará-las como próximas ao estágio de “transição agroecológica”, mas não neste estado propriamente dito.

Não vamos tratá-las, neste estudo, portanto, como agroecossistemas. Entendemos que alguns parâmetros que vão além das técnicas devem ser ainda alcançados e vamos discorrer nesse conceito nos capítulos seguintes.

Para Gliessman (2003), a ideia do fluxo de energia dos agroecossistemas é mais do que um aspecto técnico, pois sua avaliação e função se associam também com os caracteres políticos, éticos, culturais e sociais. Entendemos assim, que dentro da ideia da Agroecologia como ciência, não se tem apenas as necessidades urgentes e técnicas para se atender, mas sim, um grandioso cabedal de análises que permeiam questões muito mais subjetivas e carregadas de significado. Isso dificulta uma análise concreta dos agroecossistemas e/ou de propriedades que estão próximas de uma transição agroecológica.

Sendo assim, focamos nas relações trazidas pelo aspecto técnico e nas correspondências entre os sujeitos produtores e envolvidos nessa tecnologia. Para que estes sujeitos respeitem a natureza, os direitos humanos e animais e a capacidade de autonomia dos próprios agricultores, é pertinente que o tema seja tratado em seus

diferentes aspectos.

O aspecto explorado no atual trabalho - a metodologia de extensão - é pertinente ao estudo de noções mais sustentáveis, pois nota-se que esta é diferenciada das metodologias já descritas no âmbito da extensão rural tradicional, apresentando um misto de características que vão desde difusionistas até de participativas. Ou seja, a metodologia a ser explorada é híbrida, e acredita-se que seja fator decisivo para emancipação dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Compreender como se dá essa emancipação dos sujeitos através da caracterização da metodologia nos abre caminhos para a disseminação de ideias sustentáveis. Conseqüentemente, a avaliação da emancipação humana compreende os conceitos de liberdade e autonomia, encontrados quando extensionistas e pesquisadores consideram os agricultores como agentes do desenvolvimento sustentável, sendo então protagonistas e interlocutores de sua própria realidade (SILVA NETO, 2013).

A presente pesquisa é motivada pela busca do protagonismo dos agricultores familiares de Santa Maria/RS e por suas relações de reciprocidade e intercâmbio de conhecimentos. É relevante, pois aponta as interfaces realizadas pelos próprios agricultores e suas conseqüentes formas de resolução de problemas, intercâmbios e emergência de novos saberes.

O enfoque nos agricultores familiares se dá em razão da importância destes para a vida dos brasileiros. Diferente do que é comumente divulgado pela mídia em razão do controle governamental, não é o agronegócio que sustenta nosso país, pelo menos, não o abastecimento das mesas dos milhões de brasileiros. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Censo Agropecuário de 2006, é a agricultura familiar, que basicamente, alimenta a população brasileira (CUNHA, 2013).

Logo, ao se considerar o surgimento de novas atividades, funções e significados no ambiente rural, entendemos que estudos baseados nas novas ruralidades e nas questões ambientais e ecológicas - que permeiam a realidade do campo brasileiro - são de importância fundamental para o reconhecimento do agricultor familiar.

Em busca de um reconhecimento para conseguinte aceitação e estima do agricultor familiar, entendemos que através das relações de reciprocidade desses sujeitos, estes consagram a esfera da solidariedade alcançando estima perante a sociedade (HONNETH, 2009). O público alvo, então, pode ser considerado como exemplo a ser seguido angariando motivação em busca de tecnologias sustentáveis que tragam reconhecimento para agricultor familiar brasileiro.

Nesse intento, temos como problema de pesquisa: O reconhecimento entre o agente extensionista e agricultores, bem como para com os agricultores entre si, contribuem para a emergência de novos saberes em propriedades de leite com as tecnologias de Pastoreio Racional Voisin (PRV) e homeopatia em Santa Maria/RS?

## 1.2 OBJETIVOS

Como objetivo geral, temos: “Compreender como se dá a estratégia do reconhecimento e a troca de saberes como estratégia de Extensão Rural na produção de leite em Pastoreio Racional Voisin em Santa Maria/RS”.

Assim, temos como objetivos específicos: 1) a categorizar a família e como ela enxerga a si mesma e sua propriedade de acordo com uma visão sustentável e se isso contribui para a ação extensionista; 2) a identificar as categorias de reconhecimento a partir das relações entre os agricultores e entre esses com o extensionista; e 3) identificar a emergência de novos saberes a partir dessa estratégia.

### 1.3 CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa tem como função demonstrar que existem metodologias de extensão rural ainda não descritas e exploradas, e que essas, por vezes, são fundamentais para a inserção de tecnologias que visem o desenvolvimento sustentável.

Com o propósito de verificar se existe a emergência de novos saberes através de relações de reconhecimento entre extensionista e agricultores e agricultores/agricultores. A pesquisa será do tipo exploratória e o delineamento adotado será o estudo de caso (GIL, 2002).

A pesquisa exploratória proporciona maior contato entre pesquisadora e problema, tornando-o mais evidente. Esse tipo de pesquisa está diretamente relacionado com nosso delineamento, e estando o elemento humano presente, optamos pelo estudo de caso. Foi formulado através de coleta de dados com entrevistas e pesquisas bibliográficas (GIL, 1991). Através de uma imersão na realidade dos sujeitos pesquisados, podemos descrever compreender e interpretar a complexa realidade do universo adotado (MARTINS, 2008).

A composição dos agricultores estudados irá se situar no que se chama de caso único, para que esta observação seja detalhada, exaustiva e comprometida (GIL, 2002). Pretende-se, inicialmente, trabalhar com um número de três famílias de agricultores familiares que têm sua renda baseada na pecuária com a tecnologia do PRV: 1) uma que tenha a tecnologia PRV instalada e já se utilize de homeopatia, 2) outra que esteja iniciando o uso de procedimentos homeopáticos e que já tenha o PRV em sua propriedade por menos de um ano e por fim, 3) uma família que se desvincilhou da cultura do leite e agora, aposentados, trabalham com o PRV em animais de corte. Através dessas diferentes etapas de instalação da tecnologia, faremos um comparativo para conceber as distintas realidades em consonância com nosso aparato teórico.

Quanto às famílias, adotamos nomes genéricos para identificá-las para que as identidades sejam preservadas. Logo, o exercício de indagar à família como ela deseja ser identificada vai estar presente durante as conversações entre pesquisadora e sujeitos pesquisados.

A campo, faremos uma observação participante, pois haverá um contato direto com os interlocutores no espaço social da pesquisa, com a tentativa da participação na vida social dos pesquisados, com a intenção da colheita de dados para a compreensão da realidade complexa dos sujeitos (MINAYO, 2009).

No primeiro capítulo da presente dissertação, faremos uma análise diminuta

de um Tipo Ideal agroecológico, e nesse sentido, um questionário estruturado servirá como base para a coleta de dados quantitativos. Nesse viés, explicaremos melhor como a metodologia dessa parte em questão funcionará diretamente no primeiro capítulo, pois vamos acolher o registro dos dados em Excel e por conseguinte, melhor visualizar cada família conforme suas respostas. As respostas serão tratadas e compreendidas pela égide do aspecto qualitativo, pois tomaremos como base interpretativa as entrevistas previamente recolhidas.

Optamos por registro fotográfico, a utilização do diário de campo e com a organização de uma entrevista semiestruturada para a devida obtenção desses dados qualitativos. Optou-se por entrevista semiestruturada, pois possibilita o trabalho com questões focais ao mesmo tempo em que deixa o pesquisado mais livre para detalhar o que for de seu maior interesse, motivando assim, a busca da pesquisadora pelas intenções, por vezes ocultas.

Para a análise qualitativa dos dados, fizemos uma análise de conteúdo embasado nas etapas propostas por Minayo (2002), a saber: 1) pré-análise, 2) exploração do material, e 3) tratamento dos resultados para conseguinte inferência e interpretação. Para pré-análise (1) faremos uma leitura exaustiva para a melhor compreensão do universo coletado e após isso iniciaremos suas divisões e subdivisões em categorias de estudo, atrelando aos conceitos teóricos que farão parte de nossa análise (MINAYO, 2002).

Na exploração (2), através de inferências e núcleos de sentido, agrupamos os semelhantes e iniciaremos uma redação do texto em questão. Como última parte (3) faremos uma síntese do encontrado para que dialogue com os pressupostos da pesquisa.

Nesse intento, a dissertação conta com quatro capítulos. Estes são estruturados inicialmente, com base nas teorias de aporte, e os dois capítulos seguintes dialogam as teorias expostas com a prática vivenciada. Cabe ressaltar, que os dados e teorias foram exaustivamente elaborados e contam com substrato teórico construído durante o último ano do mestrado.

## 2 A SUSTENTABILIDADE COMO RESGATE DE SABERES E MODO DE RESISTÊNCIA

*“Rostos de mulheres, alegrias do sol e da água, eis o que assassinam. E se não aceitam o assassinato, então será necessário se manterem firmes. Nós estamos em plena contradição. Toda época se sufoca e vive na contradição, até o pescoço, sem uma lágrima que redima.”*

*(Albert Camus)*

Neste capítulo abordaremos uma discussão teórica a respeito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável e, em que medida, esses aspectos auxiliam na reprodução social dos produtores envolvidos. Para embasar essa discussão, usaremos os autores clássicos da área da Agroecologia, como Gliessman, e também uma visão Ecofeminista, e no decorrer do capítulo justificaremos esse viés.

Vivemos uma crise global, não só de caráter ambiental, mas também, segundo a visão Ecofeminista, de caráter ético. Isso porque a compreensão de que os bens naturais são finitos é delegado à uma instância de futuro, do qual não faremos parte. Ou seja, essa geração, assim como as passadas, parece ocultar os problemas relativos ao meio ambiente, e de forma irresponsável coloca o desenvolvimento do capitalismo acima da natureza.

Logo, as problemáticas a serem discutidas nesse capítulo permeiam um tipo de progresso positivista que tem suporte em uma sociedade capitalista e como característica, uma sociedade embasada em dualismos e segregações. Dos dualismos, entendemos que existem diferenças de intensidade fundamentais entre as palavras “cultura” e “natureza”, entre “homens” e “mulheres”, e que a partir dessas, algumas analogias entre os termos são, por vezes, feitas (PLUMWOOD, 2003). A cultura é associada ao homem, este que é considerado civilizador, racional, intelectualizado. Enquanto a mulher se estreita a definições que vão em consonância à natureza: caótica, o conceito de alma e espiritualidade, todas definições não palpáveis, de caráter avassalador e confuso (MIES; SHIVA, 1993).

Traremos, por meio de pesquisas Ecofeministas, a nossa noção de sustentabilidade, e de como as relações envoltas de nosso objeto se comportam dentro de uma sociedade ainda com fortes paradigmas associados à ideologia patriarcal, de subjugação da mulher e também da natureza. Com essa visão, acreditamos que outras noções de desenvolvimento sustentável podem ser elucidadas e que a emergência de novos saberes pode ocorrer com outro olhar, nesse viés. Se continuarmos nos calcando nos mesmos referenciais, mesmo que com diferentes objetos, prosseguiremos no conceito de desenvolvimento pelo viés da dominação. E esse não é nosso objetivo.



## 2.1 O ECOFEMINISMO COMO SUSTENTÁCULO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde tempos imemoráveis mulheres lutam pelo seu reconhecimento como seres pertencentes à sociedade, como também, lutam pela sobrevivência de comunidades ameaçadas pela força alçoz de homens e da cultura como algo depredador. No prólogo de “ECOFEMINISMO TEORÍA, CRÍTICA Y PERSPECTIVAS”, de Maria Mies e Vandana Shiva, Ariel Salleh comenta que a palavra “Ecofeminismo” parece algo novo, porém, afirma que a luta das mulheres no decorrer dos tempos só não era nomeada, visto que não nomear é também esconder.

Ainda segundo SALLEH (1997), o Ecofeminismo

Que yo sepa, el ecofeminismo es el único marco político capaz de explicar con detalle los vínculos históricos entre capitalismo neoliberal, militarismo, ciencias empresariales, alienación de los trabajadores, violencia doméstica, tecnologías reproductivas, turismo sexual, abuso infantil, neocolonialismo, islamofobia, extractivismo, armas nucleares, apropiación de agua y tierras, deforestación, ingeniería genética, cambio climático y el mito del progreso moderno (SALLEH,1997; p.11-12).

E, além de ser capaz de explicar esses fenômenos como pertencentes de nossa sociedade atual e da associação entre ambos, o Ecofeminismo também nos traz respostas. Tais respostas permeiam a necessidade de observar as relações amistosas e pessoais, dando enfoque em ações locais e participativas, organizando a vida cotidiana através da soberania alimentar e da reciprocidade entre os ecossistemas.

Logo, a utilização deste conceito auxilia na compreensão do presente objeto de estudo, pois ao trabalharmos com uma concepção que vai contra os paradigmas científicos mais promulgados atualmente, rompemos com as estruturas sociais que permeiam nossas relações.

Estamos enfrentando uma crise ambiental, principalmente, desde a intensa manifestação capitalista. Isso acontece não pela falta de funcionamento dos ecossistemas, mas em grande parte, pela falta de ética nas esferas de poder (Apud: GLOTFELTY; FROMM,1996). Entender e superar a crise depende de nossa compreensão dos sistemas éticos, e isso ocorre ao nos depararmos com a responsabilidade humana pela degradação da natureza.

Compreender a responsabilidade humana perante a natureza, permeia a ideia do entendimento nas esferas de poder, e que esta atua de um modo vertical, no qual os homens e a cultura estão no topo. Percebemos isso na linguagem, na qual a palavra “homem” designa toda a humanidade, e no qual a desinência “neutra” corresponde à vogal temática “o”, como em “todos”, “alunos” etc.

A linguagem é um dos pilares principais da cultura, a palavra é sempre um

instrumento ideológico e, com ela, designamos nossos pensamentos e construímos nosso imaginário. Mesmo que arbitrária e que mude através dos tempos e do contato com outras culturas, a linguagem é o meio de operação cultural, é o que mantém vivas as tradições e o que denota categorias de poder, pois só codificamos o que já foi, por nós, adquirido (MEXIAS-SIMON, 2012).

Como aparato de dominação, a linguagem, aqui tida como raiz de todas as ciências, está repleta de signos que nos fazem interpretar a realidade vivida através da realidade contada. Logo, nossa construção de pensamento se expressa através da linguagem, e ela se torna elemento importante de análise dentro das ciências sociais e na compreensão da teoria Ecofeminista como um todo.

Os mecanismos do domínio patriarcal, são de caráter econômico, políticos, epistemológicos e simbólicos, e para tanto, o Ecofeminismo é uma corrente de pensamento e um movimento social. A necessidade de se modificar a realidade existente provém da característica de luta e da empatia gerada como reação à violência contra as mulheres em todo o mundo.

Para Maria Mies, a nova economia é responsável por milhares de mulheres mortas em situações de violência doméstica e em confrontos com o capital econômico. Segundo ela, sem essa violência (que parece ser uma característica inerente do capitalismo), o capitalismo não poderia manter sua obsessão pelo crescimento. Como isso funciona na prática?

Percebemos com o advento da divisão mundial do trabalho, a partir da era da comunicação através da globalização, que os povos de locais quase que somente na parte sul do mundo, têm tido seus bens materiais usurpados. Em contrapartida, a subsistência desses povos entrou em colapso. Esse colapso, que é ambiental, ético e político, provém do chamado “crescimento econômico”, em uma visão desenvolvimentista. Para que esses países adentrem no viés desenvolvimentista, é necessário que estes estejam abertos às indústrias, delegando sua mão de obra, localização e bens naturais.

Dentro desse contexto, nos deparamos com a existência de formas de trabalho ainda remanescentes desde sua criação, como no caso da indústria têxtil. Nela, percebemos de modo claro a intensa exploração das trabalhadoras, não só as de países pobres, mas também da periferia das grandes cidades como Nova Iorque e Los Angeles (LUPATINI, 2007)

Através de crises consequentes do capital, principalmente na década de 1970, não foram impulsionadas tecnologias produtivas nesta atividade. Logo, é necessária uma participação ativa de um trabalho vivo “imediato”. Como explica Lupatini:

Em outros termos: com a crise dos anos 1970, evidenciada pelas taxas médias de lucro declinantes, que resultaram em crescente desemprego, flexibilização das leis trabalhistas, redefinição do papel dos Estados Nacionais, abertura

dos mercados mundiais, na atividade de vestuário, o capital, podendo acumular de forma extensiva, não revolucionou os meios de produção nesta atividade. Ou seja, *“ao invés de tornar-se mais intensiva com o crescimento do capital, torna-se apenas mais extensiva, isto é, a esfera de exploração e de dominação do capital apenas se expande com suas próprias dimensões e o número de seus subordinados”* (LUPATINI, 2007, p.5).

Dessa expansão, visualizamos a intensa exploração da mão de obra de mulheres, trabalhando em condições análogas à escravidão, principalmente em Bangladesh. Milhares de mulheres e crianças foram mortas em decorrência de incêndios fabris, sem a mínima proteção (LUPATINI, 2007).

Desde que a reprodução social das mulheres foi colocada em xeque, seus modos de vida e o trabalho na terra, o respeito para com a vida foi diminuindo e ganhou um preço ínfimo. Os salários de mulheres e crianças em fábricas de roupas em Bangladesh chega em um número de menos de 2% do valor total da mercadoria, salário fruto de uma jornada de 12 horas/dia (CHOSSUDOVSKY, 1999).

A partir da realidade das mulheres em Bangladesh, percebemos que só se torna possível a intensa acumulação de capital por parte dos donos de grandes indústrias têxteis, quando existem mulheres costureiras subcontratadas mundialmente com salários extremamente baixos e em péssimas condições de trabalho (LUPATINI, 2007). No caso desse tipo de indústria, Marx previa que:

O barateamento da força de trabalho por meio do mero abuso de forças de trabalho femininas e imaturas, do mero roubo de todas as condições normais de trabalho e da mera brutalidade do trabalho excessivo e noturno choca-se, por fim, com certas barreiras naturais não mais transponíveis, o mesmo ocorrendo com o barateamento das mercadorias e com a exploração capitalista em geral, quando repousam nesses fundamentos. Assim que esse ponto finalmente é alcançado, o que demora bastante, soa a hora de introduzir a maquinaria e agora rápida transformação do trabalho domiciliar esperso (ou também da manufatura) em produção fabril (MARX, 2014; p. 100)

Além da utópica ideia de uma reformulação das bases industriais, e do intento da luta de classes, é importante que se analisem as questões de gênero como primordiais dentro dessa luta. Chegamos a um ponto no qual não bastam os olhares para o aspecto material da realidade, mas também, do quanto outras variáveis estão intrincadas nesse contexto. Essa é uma luta de mulheres, para mulheres e suas crias, em prol da vida.

Partindo então, da busca por uma sociedade igualitária, a opção por trazer o Ecofeminismo como base de nossas análises frente a realidade estudada é pertinente no que se diz respeito aos nossos preceitos. Porém, além de trazermos o Ecofeminismo como proposta a uma sociedade sustentável, a construção de um tipo ideal relativo à Agroecologia é importante, pois há consonâncias nessas formas de analisar o contexto social.

Ao nos tratarmos do tipo ideal agroecológico com substrato ecofeminista, estamos deixando claro qual é a sociedade que buscamos como horizonte: uma multicultural, que respeita as diferenças em prol de uma cultura de paz. Nesse intento, ao falarmos sobre a sociedade, não faremos jus à uma separação - já antiquada - entre rural e urbano, mas sim, encontrando pontes para uma análise mais completa e adequada ao nosso objeto de pesquisa, já que esse se ambienta no rural.

Para melhor configurarmos o que significa, para nós, um modelo e uma estratégia de sociedade, com o intuito de verificarmos onde se instalam nossos sujeitos da pesquisa, vamos dar continuidade através da construção do tipo ideal agroecológico.

## 2.2 O TIPO IDEAL WEBERIANO COMO PROPOSTA METODOLÓGICA

Em Ciências Sociais, as formas de abordagem dentro de uma postura sociológica têm suas bases nos três pensadores considerados clássicos, a saber, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Cabe ressaltar, que todo e qualquer estudo não cartesiano e ancorado em outras ciências, detém influências diretas do que é considerado clássico, pois a formação como pesquisador ou pesquisadora, depende da leitura na íntegra da raiz dos conceitos utilizados.

Ser pesquisadora é assumir uma posição dentro do campo intelectual, logo, é uma decisão política, pois essas atuam conforme as esferas de poder. O acesso aos clássicos significa que as teorias que estão ali construídas têm um valor conforme o contexto vivido. Porém, a necessidade dessas leituras confirma a existência de realidades atuais ainda vinculadas à construção teórica anterior. Continuamos lendo Marx, pois ainda vivemos sob a égide do capitalismo, mesmo que com suas vicissitudes e diferenças pontuais no hoje. Prosseguimos voltando a Durkheim, pois seus esforços em tornar a ciência social aceita e sua leitura orgânica dos organismos sociais faz sentido em alguns contextos. E, na presente pesquisa, traremos Weber com sua leitura da realidade conforme observamos a existência da mudança de paradigmas provindas da consolidação da Agroecologia como ciência.

Na construção do “Tipo Ideal” com o olhar no “Ideal Agroecológico”, a revisita a Weber é fundamental para a conceituação do que é o Tipo Ideal, porém, a atenção à quebra paradigmática proposta pela Agroecologia é tão importante pelos seguintes motivos: 1) não existe o tipo empírico agroecológico perfeito, ou seja, a ciência não pode ser aplicada necessariamente à prática agroecológica, pois não estamos lidando com um sistema perfeito de observação; 2) segundo autores da Agroecologia (GLIESSMAN, 2000; CAPORAL, COSTABEBER, 2007), a proposta da Agroecologia é multidisciplinar, ou seja, não existe o enfoque somente na melhoria do agroecossistema como dimensão de análise técnica, mas também e quiçá principalmente, no que se

refere à justiça social e à inclusão social; e 3) trabalha-se portanto, com a ideia de que os agroecossistemas estarão sempre em transição, pois tratamos a busca pelo ideal agroecológico como uma meta de quem se propõe à modificação ambiental, política e social.

Dito isto, entendemos que a própria busca pela Agroecologia, o que cunhamos como “Horizonte Agroecológico”, é uma busca a caminho de um “Tipo Ideal” promulgados pelos autores clássicos no que concerne à sustentabilidade ambiental. Também, nos apoiamos nos autores clássicos da sociologia que nos carregam de sentidos para a percepção do indivíduo como um representante de seu grupo social. Sendo assim, explicamos o porquê de pensar num “Horizonte Agroecológico” através da seguinte alegoria.

Em uma entrevista, Eduardo Galeano, ao ser indagado sobre o que significa a utopia, e para o que esta serve, expõe uma frase de Fernando Birri, na qual expressa que: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Leonardo Boff (1999), expressa também a necessidade do ser humano em ter utopias para a própria construção histórica da realidade. O autor encara a utopia como um objetivo “perfeito”, um ímpeto pelo qual a humanidade é tocada e percorre caminhos para a construção de algo que lhes pareça mais justo:

É na história, construída na força da utopia, que se elabora a síntese entre as exigências da terra e os imperativos do céu. É na história que se cria a oportunidade de uma experiência total de conexão com o Todo (princípio feminino) e ao mesmo tempo de contínua abertura rumo ao infinito (princípio masculino). Em última instância somos um projeto infinito. E o infinito desequilibra qualquer síntese. Ele nos obriga a compreender nossa condição de sistema aberto, apto a novas incorporações e capaz de sempre novas sintetizações (BOFF, 1999, p. 40).

Com essa percepção, percebemos que a configuração da Agroecologia é como um horizonte, no qual se observa uma construção perfeita, base da análise dos clássicos e da expressão da identidade, e que o ato de estar em “Transição Agroecológica”, como Gliessman propõe, é o ato de caminhar ao horizonte, mesmo que esse pareça distante. E quem, na nossa análise está no horizonte? O Tipo Ideal Agroecológico, embasado no que diz Weber a respeito da realidade a ser estudada.

Além disso, como Boff expõe no trecho citado, deve-se ser compreendida a condição de se estar sempre apto a diferentes incorporações de acordo com as transformações decorrentes dos resultados, que podem não ocorrer como o esperado. Nesse caso, entendemos que não trabalhamos em um sistema fechado, e que a realidade social não é mensurável apenas de acordo com estatísticas, mas sim, é uma realidade complexa. E com isso, mais uma vez defendemos o uso de metodologias

qualitativas - e do tipo ideal em especial - que nos dão uma visão humana em relação aos dados e às realidades que não aparecem apenas como números.

Há de se ressaltar que, para Weber, os conceitos a serem construídos provêm a partir do sujeito (pesquisador) e não do objeto de estudo. Com isso, entende-se que os tipos ideais não expressam a realidade de fato, mas são um meio contundente que se encontra para conseguir expressar a realidade do ponto de vista da carga de conteúdos e observações empíricas que refletiram na formação identitária do pesquisador (SELL, 2013).

Sendo assim, a utilização do Tipo Ideal Agroecológico será de grande valia para a observação do que, como pesquisadores, avaliamos da leitura dos expoentes da Agroecologia. Aliada à pesquisa sobre os conceitos primordiais da Agroecologia, cabe também a participação na realidade de agricultores e agricultoras que vivenciam a prática, além da participação de Tipos Ideais já reconhecidos em pesquisas da área (CUNHA, 2018). Weber reconheceu essa prática, no que configura que

Obtêm-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenar segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1991, p.106).

Um pensamento embasado no Tipo Ideal é, portanto, como exposto acima, ordenado em pontos de vista unilaterais, ou seja, da intenção da pesquisadora. Com esforços então, vamos projetar um quadro homogêneo da realidade ideal, que deve ser compreendida como alcance de um horizonte.

O objetivo nessa construção do tipo ideal agroecológico vai de encontro com o que pensamos ser a Agroecologia, considerando pontos essenciais para a transição agroecológica. Cabe ressaltar que esse não é um plano fechado, e que os conceitos podem variar dependendo do enfoque ou da pesquisadora, e que não temos a intenção necessária de rotular as propriedades e sujeitos estudados. Essa construção vale como exercício para pensarmos nas melhorias dentro das necessidades dos sujeitos envolvidos, e se essas estão cooperando para a emancipação e para a reprodução social destes.

Para Altieri (2004), somente a intervenção nos aspectos técnicos dos agroecossistemas não justifica a existência de uma ação agroecológica, pois, os caracteres sociais, econômicos e políticos são base para o empoderamento dos sujeitos do campo. Logo, para a produção de alimentos com o olhar agroecológico, deve-se saber o que produzem e para quem se produz, não só o como fazem e o que usam nessa produção.

Assim sendo, entendemos que uma propriedade guiada por preceitos



agroecológicos pode ter várias características que a denomina como uma agricultura alternativa, já que as convencionais são as que utilizam insumos provindos de fora da propriedade, detendo características modernizantes encabeçadas por um viés de poder econômico e decisões políticas geralmente não progressistas.

Dessas agriculturas alternativas, temos várias amostras das que são consideradas dentro do escopo da Agroecologia, como a Biodinâmica e a Ecológica por exemplo. Porém, nem todas as agriculturas alternativas estão consideradas dentro do conjunto Agroecológico. O enfoque de algumas, como no caso da Agricultura Orgânica, é diretamente na produção de alimentos livres de agrotóxicos, mas sem um viés social que tem por princípio uma quebra de paradigmas, como a Agroecologia propõe (IRINEU, 2016, p. 36).

Com essa perspectiva, podemos analisar que existem propriedades que têm um enfoque no aspecto técnico, com a proposta da melhoria econômica, mas que não promovem a modificação na raiz dos problemas. A raiz dos problemas é, para Altieri (2004), a destruição ambiental provinda da agricultura moderna de larga escala. E, ao se pensar e cogitar a mudança do ambiente para uma agricultura de ordem sustentável, local e policultora, a estrutura ideológica e as formas de pensamento dos produtores devem também sofrer uma ruptura de paradigma (MACHADO, 2010).

Para melhor organizar a construção do tipo ideal agroecológico, vamos nos utilizar de um pensamento guiado através da percepção das dimensões da Agroecologia. Configuramos então, as dimensões como sendo base da avaliação nas propriedades e agroecossistemas, avaliando de forma ideal como seria a utopia de uma propriedade agroecológica perfeita, na nossa visão e, apoiada na literatura.

As dimensões da Agroecologia são múltiplas e interconectadas, e aqui vamos nos propor a falar sobre cada uma delas, que são: Ecológica e técnico-agronômica; sócio-econômica e cultural e sócio-política, as quais vamos separar e configurar como: 1) Ecológica, 2) Social, 3) Econômica, 4) Cultural, 5) Política e 6) Dimensão Ética (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

Para os autores citados, essas dimensões são configuradas em níveis, tendo o aspecto social, econômico e ecológico no primeiro nível, cultural e político no segundo, e o parâmetro ético no terceiro nível. Eles se utilizam de um enfoque holístico e com ênfase na Teoria da Complexidade (CAPRA, 1996; MORIN, 2001), então essas dimensões se inter-relacionam e podem ocorrer simultaneamente. Desse processo, nos cabe pensar que não são níveis encontrados como degraus de modo linear, como geralmente vemos expresso nas figuras a esse respeito, mas sim, que são processos que se interligam, que influenciam nos demais e que são constantemente modificados e sofrem transformações.

Tendo em mente que os processos são interligados, vamos configurar cada dimensão de acordo com a literatura e com percepções mais atualizadas, e através



destas, vamos discorrer sobre cada ponto. Estes pontos serão as bases na construção do Tipo Ideal.

### **2.2.1 Dimensão Ecológica**

Nesta categoria, analisamos características das propriedades conforme sua observação na prática e também embasada no que os sujeitos vivenciam e nos disseram, conforme entrevistas. Logo, os pontos cruciais de análise são: a preservação, as propriedades que não se utilizam (ou utilizam pouco) insumos provindos de fora da propriedade e a utilização da dinâmica da natureza nos processos.

Quanto à preservação, a observação das áreas nas propriedades por si só nos diz muita coisa, além de nos utilizarmos de recursos fotográficos para tal, durante as conversas percebemos a prioridade que os sujeitos dão para o que já possuem na propriedade. Também, os dados da legislação ambiental, aos quais os produtores devem estar em consonância, servem como recurso de análise, apesar de que, tanto na agricultura patronal quanto na familiar, os sujeitos devem estar de acordo com as normas.

As questões relativas aos insumos provindos de fora da propriedade são decisivas ao se analisar essa dimensão, pois isso acarreta a dependência ou não dos sujeitos por esferas de poder que influenciam nas tomadas de decisão. Essa questão geralmente é obtida através do diálogo embasada em questionários pré-formulados, para que entendamos a dinâmica da propriedade.

Dentro dessa perspectiva, é importante também ressaltar a melhoria das condições dos sujeitos, dos animais, das plantas e da natureza como um todo, apoiada na própria dinâmica da natureza. Ou seja, a possibilidade dada à natureza de sua própria regeneração, sem acelerar ou diminuir seus processos, e da existência do respeito para as configurações que são naturais, como por exemplo, a manutenção das florestas referentes aos biomas e dos animais que nelas habitam.

Sendo assim, esse parâmetro de observação é palpável, quando notamos, fotografamos e indagamos aos sujeitos sobre o que pensam sobre a natureza e sua observação. Mas também, esse parâmetro pode se mostrar de modo não palpável quando perguntarmos sobre as dinâmicas da natureza e se essa é julgada em detrimento da cultura “do homem”.

Essas nuances podem ser percebidas ao notarmos a intenção dos sujeitos, como por exemplo, ao perguntarmos sobre o quanto cuidam da sua saúde com medicamentos naturais, conhecimento esse passado por gerações, e delegado principalmente às matriarcas da família. Ou ainda quando a saúde está em pauta, perguntar se existe o cuidado de não usar agrotóxicos em plantas destinadas à alimentação.

A preocupação com a saúde em relação às plantas e ao não uso dos agrotóxicos, segundo nossa percepção, tem diferentes enfoques, que para nós, são importantes: 1) está relacionado com a soberania alimentar, ao percebermos se existe uma horta destinada ao autoconsumo e da preocupação com esses alimentos no seio familiar 2) existe a dependência entre os conceitos saúde e alimentação e má saúde e agrotóxicos 3) e por último, à análise: quem é responsável pelo cultivo de plantas destinadas ao autoconsumo da família? Faz parte da consciência do/a responsável o não uso de agrotóxicos?

Dessa maneira, podemos encontrar aspectos contundentes para a percepção de uma propriedade que respeita a dinâmica ecológica, ou seja, que busca em suas ações modos de preservar a natureza.

### **2.2.2 Dimensão Social**

A forma de análise desta dimensão tem uma grande importância no presente trabalho, pois, através dela configuramos os níveis de empoderamento dos sujeitos envolvidos frente ao objeto de análise. A desigualdade social ocorre em vários níveis, tanto no que tange os aspectos analisados pela teoria crítica, que vão de encontro às relações entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção, quanto nos aspectos do multiculturalismo e das esferas da justiça social.

Quando analisamos as relações entre trabalhadores e trabalhadoras e donos dos meios de produção, entendemos as vicissitudes e as ideologias de classe em relação à meritocracia. Ao falarmos de meritocracia, envolvemos a esfera da educação, na qual, o capital cultural interfere diretamente nas oportunidades frente a uma escolarização de qualidade.

É assunto corriqueiro nos debates sobre educação se a escola expressa a sociedade, e o inverso também, se a sociedade é um reflexo da escola. As consonâncias não são exatas, e por esse motivo entendemos que esse viés é complexo, pois envolve outras variáveis (VALLE, 2013). Porém, é fato ressaltar que o acesso aos níveis mais altos de escolarização acontece entre as classes mais abastadas. Percebemos que no topo da pirâmide encontramos geralmente homens brancos que povoam a classe média, e na base, encontramos as mulheres negras (QUADROS, 2004). Portanto, mesmo sem avaliar a fundo, entendemos que a desigualdade no Brasil acontece de modo a se estabelecer na realidade histórica e cultural, pois as oportunidades de acesso à educação, e conseqüentemente a melhores oportunidades no mundo de trabalho, não são semelhantes no que tange à classe, cor e gênero.

Na perspectiva da dimensão social dentro da Agroecologia, entendemos que o foco está na equidade e na busca por igualdade de direitos. Inicialmente, é importante ressaltar que mesmo com a negação e a perpetuação do ideal da meritocracia, a

desigualdade social assola o país e se configura como um dos principais meios de ataque à pobreza. Ou seja, o Brasil não é um país pobre, mas sim, um país com muitos pobres (BARROS; HENRIQUES E MENDONÇA, 2001).

Nesse viés, o crescimento econômico não se traduz como diminuição da pobreza, como afirma a ex-presidenta Dilma Rousseff no prefácio do livro “Brasil sem miséria”. O crescimento econômico, por si só, não diminui as distâncias entre ricos e pobres, pois a concentração das riquezas continua ocorrendo e ficando sob o domínio das elites. São necessários investimentos em políticas públicas que corroborem com a diminuição da desvalorização da massa trabalhadora, aumento do salário mínimo, dentre outras medidas que procuram minimizar as distâncias entre a pirâmide de acesso no Brasil.

Com essa afirmação, pretendemos corroborar que não basta um investimento econômico na melhoria dos bens para que o acesso às oportunidades ocorra. São necessárias políticas de afirmação, o olhar histórico perante as diferenças sociais, a necessidade do empoderamento de classes trabalhadoras, das mulheres, dos povos originários e também dos que foram escravizados em nosso país.

Nesse sentido, a nossa dimensão social vai avaliar a participação das mulheres nos planos e tomadas de decisões, assim como da orientação em relação às políticas públicas de acesso dos sujeitos envolvidos. De antemão, percebemos que os sujeitos envolvidos no estudo configuram famílias, no qual a principal base para a tomada de decisão se fixa nos homens, e através da metodologia qualitativa da análise do empoderamento dos sujeitos, vamos perceber os entraves e qualidades da participação equivalente.

Além da avaliação relativa ao empoderamento das mulheres, vamos avaliar os níveis de escolaridade dos envolvidos. Vamos levar em consideração o conhecimento não formal, pois a emergência de novos saberes se encontra no ponto congruente da experiência informal com uma realocação do sentido de verdade.

### **2.2.3 Dimensão Econômica**

Como anteriormente citado, o viés econômico não é base suficiente e nem mais importante dentro da Agroecologia. É comum pensarmos que ao nos depararmos com uma questão econômica estável, as demais dimensões tendem também a chegar em um nível superior. Mas não é condição necessária, nem tampouco a questão mais importante.

Para tanto, neste trabalho, a construção do Tipo Ideal dá um peso igual a todas as dimensões citadas, pois acreditamos em um desenvolvimento sustentável, o qual busca a equidade nas relações e o bem-estar dos envolvidos com uma responsabilidade ética e social contundente.

Para a avaliação do aspecto econômico das propriedades, vamos avaliar quantitativamente o crescimento dos ganhos e a obtenção de bens que, anterior à instalação das tecnologias, não existiam. Essa dimensão pode parecer, de certa forma, mais palpável por se utilizar de aspectos materiais para observação. Porém, a dimensão econômica, na Agroecologia, é avaliada numa totalidade, assim como as demais dimensões.

Na tentativa de uma avaliação mais completa, aliamos as entrevistas relativas ao modo de vida e à reprodução social dos sujeitos. Logo, a renda líquida dos proprietários precisa estar acompanhada da felicidade ao fazer o trabalho, da satisfação que demonstram ao serem reconhecidos por seus projetos, pela efetividade em relação aos seus investimentos, e essas questões serão evidenciadas nas entrevistas e em conversas informais.

Além disso, é importante ressaltar que dentro da Agroecologia os circuitos curtos são essenciais no que diz respeito ao desenvolvimento territorial. Por circuitos curtos, no Brasil, entendemos que são o comércio no qual os agricultores estão próximos dos consumidores, como no caso dos sujeitos de nossa pesquisa, que moram todos relativamente próximos à cidade de Santa Maria/RS. Na França, o conceito se refere ao comércio quando existe apenas um intermediário entre os produtores e consumidores, ou seja, um atravessador, que nem sempre é o que se utiliza do processo de manufatura dos alimentos (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007).

Os circuitos curtos promovem o empoderamento dos agricultores familiares, pois através deles, os sujeitos têm um maior contato com os produtos e com os consumidores, e tendem a ter maior controle sobre esses. O conhecimento dos produtos por parte dos consumidores é visto de maneira positiva, já que o consumidor tem acesso fácil aos produtores e pode ter um diálogo aberto e franco em relação ao seu modo de vida, sua cultura, e seu modo único de produção.

Além de buscarem um preço justo e a qualidade em alimentos, os consumidores apreciam produtos com “a cara do produtor”, que trazem um pouco de sua história, da história das comunidades envolvidas e são carregados de afeto. Valorizam assim, o saber-fazer, a exclusividade dos produtos, e com isso reconhecem os seres humanos por detrás do cuidado com os itens, culminando em uma relação de reciprocidade (DAROLT, LAMINE, BRANDENBURG, 2013).

#### **2.2.4 Dimensão Cultural**

*“Passávamos todo Natal na cidade onde havíamos nascido. Irmã Verônica chamava isso de migração anual dos igbo. Ela não entendia, dizia com seu sotaque irlandês que fazia as palavras rolarem por sua língua, por que tanta gente da etnia igbo construía casas enormes em suas cidades natais para passar uma ou duas semanas em dezembro, enquanto tinha residências bem menores nas cidades grandes onde viviam o resto do ano. Eu sempre*

*me perguntava por que irmã Verônica precisava entender aquilo, quando era simplesmente o nosso jeito de fazer as coisas.”*

*(Hibisco Roxo, Chimamanda Ngozi Adichie, p.60, 2018)*

Iniciar a construção da dimensão cultural com esse trecho do livro “Hibisco Roxo” da nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2018) é tentar extrair, de modo lúdico, como a cultura pode ser compreendida dentro do nosso ponto de vista. A narradora fala sobre um costume de seu povo, e descreve o estranhamento de uma pessoa provinda de fora, de um país com uma realidade extremamente distinta da que estava inserida no contexto. E em um momento de extrema lucidez, define que *“eu sempre me perguntava por que irmã Verônica precisava entender aquilo, quando era simplesmente o nosso jeito de fazer as coisas”*.

Na nossa visão, “entender aquilo” se demonstra com o intuito da pesquisa em si, pois buscamos encontrar consonâncias e compreender o comportamento da sociedade. Porém, quando esmiuçado esse trecho na pragmática, observamos que a fala de irmã Verônica é carregada de um estranhamento embasado em um julgamento. E, na nossa construção do tipo ideal agroecológico, o não julgamento de valor dos costumes de povos, grupos e etnias é importante no sentido de respeitar como as coisas costumam sempre ser feitas no contexto analisado e nas condições de respeito aos direitos humanos.

O respeito à cultura local e suas tradições é relevante dentro da Agroecologia, pois através dos tempos, o modo de fazer e a aptidão em relação à produção se encontram e se diferenciam conforme a mudança cultural. O resgate dos saberes dos povos com os quais se trabalha é um ato de reconhecer a importância dos sujeitos e o seu modo de vida.

É importante ressaltar o quanto a cultura está relacionada à soberania do homem em detrimento da mulher. O patriarcado se manifesta em outras dimensões, mas através da cultura e da tradição, o modo de vida é repassado através de gerações, que podem não ser democráticas e envoltas em prol da paz.

As formas de dominação, portanto, são repassadas através da cultura. Não só o machismo estrutural faz parte desse montante, mas também o colonialismo, a diferenciação e a exploração entre as classes e o racismo. Cabe a uma visão ecofeminista a crítica sobre a nossa herança cultural (GAARD; MURPHY, 1998).

Quando nos referimos à cultura, de imediato se associa a ideia da separação do que é natureza e do que é feito pelo “homem”. “Homem” esse que comumente é sinônimo de “humanidade”, delegando às mulheres o domínio da natureza, ou a sua similitude com o aspecto caótico do que é natural. Esses dualismos representam a segregação de um gênero, no qual o homem associado à cultura é o civilizador, o que trabalha e o que traz o progresso. Ele é quem “domina” a natureza, assim como domina as mulheres, que são associadas a um temperamento caótico, à situações não

racionais e demais oposições do que é tido como “correto” e que merece aceitação (MIES; SHIVA, 1993).

A cultura ocidental normalizou esses dualismos. Para Mies e Shiva, existe a possibilidade de buscar uma nova cosmologia, na qual a vida na natureza é possível e funciona através de laços que nos guiam com amor mútuo, cooperação e cuidado (MIES; SHIVA, 1993). Esses sentimentos podem vir a se tornar ação quando compreendemos que respeitar não significa ceder, e que diferentes concepções podem ser avaliadas e ambas unidas na construção de uma sociedade de paz.

Em outras palavras, o respeito à cultura dos povos impulsiona novas formas de visualizar a produção e a vivência, porém, pelo mesmo viés, situações podem ser configuradas como violência. Percebemos que o patriarcado exerce muita influência sobre as tomadas de decisões no âmago das famílias, e que a cidadania das mulheres pode ser vista de forma secundária, pois são consideradas - culturalmente - como mais frágeis, mais sentimentais e menos racionais. Na perspectiva ecofeminista, os direitos e as oportunidades entre mulheres e homens devem ser igualitários, e temos o dever de unir, de “re-tecer o mundo” e “curar as feridas” (MIES; SHIVA, 1993).

Dentro de nossa avaliação, portanto, temos duas perspectivas: a de perceber se a cultura local está sendo respeitada e aliada às novas tecnologias, e se o aspecto considerado opressor está sendo revisto. Não queremos assim classificar entre pontos “positivos” e “negativos” da cultura, mas sim, entre pontos que trazem o bem-estar de todos os membros da família de forma democrática. Portanto, vamos avaliar, através das entrevistas, em que nível as mulheres se sentem contempladas pelas decisões em relação às tecnologias usadas e como elas se adequam ao modo de vida ao qual estão inseridas.

Essa é uma análise bastante subjetiva, mas que nos interessa fazer por lutarmos por uma sociedade igualitária, na qual todas as pessoas tenham voz, independente de gênero, classe, etnia ou cultura. Ou melhor: buscamos o acesso a condições de equilíbrio que signifiquem melhoria qualitativa na vida dos sujeitos envolvidos.

Para esta avaliação, perguntas como “você se sente melhor agora?”; “sente que está sendo levada em consideração em relação às modificações na propriedade?”; “considera que seu trabalho tem o mesmo peso dos trabalhos dos homens?”; “tem acesso e livre opinião sobre as finanças da família?”; serão feitas para percebermos as nuances em relação ao gênero e a cultura que as mulheres e homens trazem consigo.

Além da avaliação referente à manifestação da cultura patriarcal, vamos avaliar se existem outras dimensões de caráter cultural, como a tradição provinda dos seus antepassados, bem como se é levada em consideração e se existem estruturas que eles denotam ainda fazer parte de suas vidas. É comum ouvirmos dos sujeitos produtores como “era antigamente”, e como “é agora”, e em alguns casos, percebemos



saudosismo, enquanto em outros, avaliam como sendo algo ultrapassado e antiquado. Nesse viés, vamos configurar se existe respeito às culturas dos sujeitos pesquisados e se esses respeitam diferentes modos de vida, que são alheios aos seus.

### 2.2.5 Dimensão Política

Como continuação da análise cultural, partimos para dimensão política que é desempenhada pelos processos participativos e pela representatividade dos sujeitos relacionados à pesquisa. Logo, vamos discorrer sobre a importância dos processos participativos e democráticos, sobre a representatividade e a influência na comunidade por parte da família, o empoderamento em relação aos seus modos de vida e opiniões, o protagonismo, a autoestima e a cidadania dos nossos pesquisados.

É evidente que os cidadãos participam indiretamente das decisões democráticas através do voto e da confiança nos partidos, que na atualidade tem se demonstrado mais fraca, gerando inclusive debates de uma nova constituinte. Mills (1981) em seus estudos sobre os Estados Unidos, denota que por trás da democracia existiam três pilares fundamentais que decidiam os rumos do país: o exército, os grandes capitalistas e os principais líderes políticos. Ousamos afirmar, que em boa parte do mundo, esses também sejam os pilares e nos embasamos na obra gramsciana ao dizer que existem grupos subalternos que não participam ativamente das decisões de Estado, e que no processo histórico, mesmo quando “ganham” estão apenas se defendendo e não, de fato, exercendo a vontade da maioria frente às decisões que envolvem a população civil.

Ainda em Gramsci entendemos que os grupos dominantes forçam um novo “senso comum”, no qual as opiniões que são diferentes da opinião hegemônica, acabam se tornando frágeis, quase inexistentes (LIGUORI, 2003, p. 186). Assim, a construção e a manutenção da luta de classes no seio da sociedade burguesa não são consideradas como legítimas. E então, as reivindicações dos grupos subalternos se dissipam em meio às informações distorcidas pelos grupos hegemônicos. Em outras palavras, o juízo de valor individual ou dos grupos contém elementos de senso comum que é ativamente fabricado pela camada hegemônica.

Compreendemos que a participação política no contexto atual é complexa e visa a opinião dos grupos de interesse. E que para conceber uma participação ativa, as classes subalternas devem trabalhar com a crítica. Para Gramsci, deve existir uma luta pela transformação e pela emancipação através de “[uma] crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 1999).

Nessa concepção, percebemos a tentativa de explicar como uma teoria embasada no bom senso, através da crítica de intelectuais de classes subalternas, traria uma filosofia na qual a população teria total acesso. Para nossa construção de Tipo Ideal dentro da dimensão política, devemos entender como os sujeitos pensam



a sociedade e como nela se manifestam, já que a visão de romper com a ideologia dominante ainda nos parece remota quando analisamos nosso atual contexto.

Percebemos que a Agroecologia está dentro da luta contra hegemônica, e que para tanto, cabe aos sujeitos que buscam um modo de vida embasado nessa ciência, compreenderem seu papel social na atual conjuntura. Eles são capazes de produzir opiniões embasadas em senso crítico? Os sujeitos têm o domínio para explicar seus modos de vida e para defendê-los? Eles acreditam ter escolhido um tipo de tecnologia que entra em contraste com as tecnologias hegemônicas? É interessante pautar essas questões aos sujeitos da pesquisa, pois assim conseguiremos compreender em que medida estão empoderados do seu modo de ser e agir, e se isso garante sua reprodução social.

As perguntas acima citadas aparecem de modo subjetivo, e através de diálogos e também da análise das mensagens via aplicativo de celular, no qual o grupo dos produtores possuem um grupo para contato e do qual fazemos parte. Nesse sentido, no questionário feito com base no tipo ideal agroecológico, perguntas mais objetivas como: “você é filiado a algum partido” ou “você participa de eventos da comunidade?”, serão feitas e respondidas.

Ademais, através de opiniões, modos de enfrentar a convivência e a influência que têm no grupo, vamos pontuar algumas observações em relação à posição política dos nossos sujeitos, o que eles desejam em maior âmbito e o que acreditam relevante em prol da sociedade que buscam.

### **2.2.6 Dimensão Ética**

A dimensão ética aparece no terceiro nível, no diagrama apresentado por Costabeber e Caporal (2002), e na construção de nosso tipo ideal a colocamos como raiz dos demais conceitos. A colocação da dimensão ética como raiz nos remete à concepção de ética em relação à responsabilidade individual e social perante a natureza.

Em “Saber Cuidar: Ética do Humano, compaixão pela terra”, de Leonardo Boff (1999) ele ressalta a importância e o significado do cuidado em relação à humanidade: dela para com a terra, e dela para consigo mesma. Para ele, o desenvolvimento da nossa sociedade da comunicação representa uma ameaça à essência do ser humano, já que estamos muitas vezes trocando relações palpáveis, sentimentos e sensações vividas com a natureza, por situações que ocorrem somente na formação de um indivíduo solitário, dentro de seu próprio mundo que corresponde à sua casa e ao seu acesso à internet.

A essência do ser humano, então, é entendida pelo autor como essa necessidade de cuidar, sobre esse afeto criado em relação a um ser externo a si mesmo. Atualmente,

carecemos de muitos cuidados e colecionamos faltas. Há um descuido em relação às crianças, às pessoas pobres, há um descuido e uma falta com a espiritualidade, com a socialização nas grandes cidades, descuido pela coisa pública, descuido pela nossa casa, pela natureza. Como sabiamente Boff coloca:

Há um descuido e um abandono dos sonhos de generosidade, agravados pela hegemonia do neoliberalismo com o individualismo e a exaltação da propriedade privada que comporta. Menospreza-se a tradição de solidariedade. Faz-se pouco dos ideais de liberdade e de dignidade para todos. Há um descuido e um abandono dos sonhos de generosidade, agravados pela hegemonia do neoliberalismo com o individualismo e a exaltação da propriedade privada que comporta. Menospreza-se a tradição de solidariedade. Faz-se pouco dos ideais de liberdade e de dignidade para todos. (BOFF, 1999; p.04).

Logo, o autor permeia o nascimento da palavra e do sentido de cuidado em toda sua narrativa, categorizando mitos, buscando na filosofia e na ciência formas de mostrar a ligação ontológica do sentido de cuidar e de preservar. Percebe, então, que na atualidade, através das ciências da terra e das características da teoria da complexidade, a visão da importância com o cuidado com a terra tem sido cada vez mais pungente na nossa realidade.

O livro traz consigo um grandioso relato de uma visão na qual se unem aspectos científicos de caráter instrumental com o somatório de uma carga histórica e cultural referente aos mitos. Os mitos possuem vários significados, mas o que se faz pungente no presente trabalho, são os sentidos que carregam consigo a formação do ser humano, permeado da ideia do cuidado. Este, por sua vez, estando aliado às transformações de origem psíquica. Em outras palavras, os mitos tendem a ressurgir para não só nos mostrarem situações do passado na Terra, mas também, com o intuito de ressurgir e religar valores, que segundo o autor, são ontológicos.

Ao trazermos essa ideia à tona, entendemos que os paradigmas científicos devem ser revistos em prol de um tipo ideal agroecológico. Ou seja, a ciência cartesiana, essa que explica e experimenta os fatos, não corresponde à totalidade do ser. Não é suficiente para explicar a terra, como lidamos com ela, e no que consiste a completude dos caminhos futuros da sociedade. Nesse intento, a religação com outras formas de pensamento, as quais movem a humanidade (sejam mitos, fatos contados por povos primitivos através da tradição, espiritualidade e as ciências) podem e devem ser levadas em consideração quando tratamos de ética. É por esse motivo, que a ética na nossa alegoria é a raiz das demais categorias, visto que através desta, as questões referentes ao cuidado entre ser humano e natureza são colocadas em xeque.

Com base nessa capacidade de se despir de julgamentos calcados somente na visão cartesiana, através da noção do cuidado, entramos em consonância com a

ideia que inicia o capítulo: o ecofeminismo e o resgate às visões de origem matriarcal. Para Boff (1999), a origem do desmantelamento entre ser humano e natureza, e a consequente destruição dos bens naturais, têm seus fundamentos a partir das seguintes perspectivas:

A partir do neolítico começaram a predominar os valores do masculino, fundando uma nova política. Os homens assumiram a hegemonia da sociedade. Instauraram o patriarcado como o submetimento da mulher e a dominação sobre a natureza. A perda da re-ligação de tudo com tudo é fruto da cultura patriarcal que não integrou as contribuições anteriores do matriarcado. Ela subjaz nas nossas principais instituições políticas e religiosas atuais. E mostra seus limites perigosos no descuido com o planeta Terra, na falta de cuidado com a vida em todas as suas formas e no incremento dos conflitos nas relações sociais (BOFF, 1999; p.39).

Nesse aspecto, a ética está na raiz das nossas críticas às bases epistemológicas que ocasionaram as crises ambientais, a subjugação das mulheres e da carga matriarcal, às invasões colonialistas, o recorte de gênero, raça e crenças dentro das classes sociais, e também, da origem e manutenção da ideologia hegemônica e dominante dentro das próprias classes sociais. Para isso, damos prosseguimento às necessidades por uma busca de um novo paradigma, aliados da ideia ecofeminista e da repaginação da teoria crítica através da teoria do reconhecimento. Fechando assim, a nossa ideia principal de como se formulam as relações entre sujeitos que buscam no ideal agroecológico uma motivação pessoal dentro da formulação de suas identidades e na sua situação no mundo do trabalho.

### 2.3 A COMPLEXIDADE DA ÉTICA E A CAPACIDADE DE OLHAR O OUTRO

Ao nível da ética, faz-se pertinente em nossa análise, um adendo em relação à raiz dos nossos níveis no tipo ideal agroecológico. Além da noção de cuidado e da solidariedade diacrônica (entre a atual e as futuras gerações), a observação mais detalhada de demais aspectos de uma sociedade ética mobilizam a nossa atenção e, para tanto, vamos prosseguir falando sobre a complexidade deste tema atrelado a uma visão de uma sociologia do Sul, com o objetivo da modificação de paradigmas sobre o “olhar o outro”.

Mais uma vez, ao trazermos a identidade em pauta em relação à responsabilidade com a natureza, a qual realizamos como postura ética, temos como questão relevante a conduta dos diferentes sujeitos em relação à manutenção ou à destruição da vida no planeta. Nesse intento, percebemos distinções bem estabelecidas entre a vida e a condição dos habitantes do hemisfério norte, em contraponto com o hemisfério sul. Cabe ressaltar, que a divisão norte e sul não é só estabelecida geograficamente, já que existem países no sul que tem um nível de consumo e um impacto ambiental mais

alto que alguns países do norte, como a Austrália, no hemisfério sul.

Essa divisão, que se dá principalmente entre os países colonizados e os colonizadores, uma visão antiética e eurocêntrica, responde por boa parte das análises. Nas contradições existentes durante o período de modernização conservadora no Brasil, as análises culminam entre a manutenção de costumes retrógrados perante a tentativa de mudança no aparato industrial (através de indústrias de base, de direitos trabalhistas com a intenção de pagamento de impostos perante carteira assinada) e, principalmente, com a dependência da política externa.

Isso quer dizer que, mesmo com as tentativas de modificação das características sociais no Brasil durante o pós-guerra, através de mudanças de cunho econômico (IVO, 2012), os costumes de dependência externa foram e ainda são perpetuados: nessa época, o Brasil e os demais países da América Latina eram vistos e se reconheciam como países subdesenvolvidos, enquanto hoje, a nomenclatura é a de países em desenvolvimento.

A nossa reflexão é, portanto, em relação ao tipo de desenvolvimento configurado pelos países que se consideram desenvolvidos. Após a Segunda Guerra, os EUA se tornaram uma máquina produtiva incessante, guiada pela insolúvel ideia do sistema capitalista, o qual tem por lógica a exploração da classe proletária e ao incentivo da manifestação de necessidades que antes não existiam e em consequência, à adequação ao padrão de consumo (ILLICH, 2000; ESTEVA, 2000).

Nessa perspectiva, os EUA, além de produzir muito, tinham por objetivo demonstrar que detinham extremo poder. Com a posse de Truman, começava então, a “era do desenvolvimento” e quem não estivesse de acordo e/ou acompanhasse o mesmo tipo de produção seria considerado subdesenvolvido. Truman, para Illich (2000) criou a percepção do “eu” e dos “outros”, conforme lógica capitalista.

Logo, para o mesmo autor, 200 anos da concepção anterior da ideia do desenvolvimento (de caráter marxista) foram usurpados e deteriorados. Em 1949 inventaram a noção do subdesenvolvimento e deixaram os países assim tratados à mercê de seu poder e almejando tal nível social inatingível e insustentável. Na visão dos chamados países desenvolvidos, sair da pobreza é sinônimo de afastamento das bases tradicionais que perpetuam a sua existência, é romper com os laços culturais que modelam a identidade dos povos em determinado território (ILLICH, 2000).

A problemática da visão e da exploração dos países com maior poderio de capital e tecnologia (e de indústria bélica) vai além do olhar o outro com uma perspectiva de inferiorização. É a visão dicotômica que ainda provém da ciência cartesiana e é carregada de preconceito: quem define quem são os pobres são os ricos; quem equipara e estuda o desenvolvimento rural são pessoas que carregam os parâmetros urbanos, e assim se moldam outras relações com um olhar ao outro enviesado e repleto de julgamentos.

Nesse sentido, entendemos que a questão da ética no que concerne o meio ambiente, perpassa pelas esferas de poder. Poder esse, muitas vezes garantido através do medo, da violência e da subjugação de pessoas e nações que demonstram fraqueza. Como no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, do Capital, Marx ironiza a capacidade de que alguns economistas têm de afirmar que o passado, assim como na teologia, era idílico. Compara então, com a alegoria de Adão e Eva, dizendo que algumas pessoas acreditam veementemente que antes de existir a acumulação do capital, todos os seres humanos eram “iguais”, e uns detinham a maior habilidade de usar e conservar dinheiro, enquanto outros eram “vagabundos” por natureza, e não se interessavam pelos ofícios e pela posse.

Marx traz à tona a questão do uso da força e da violência para usurpar bens de outrem em prol da acumulação de certa parcela de capital. E depois, dá vários relatos guiados pelo seu método materialista histórico dialético, o qual dou ênfase na questão do aspecto histórico pela incansável pesquisa de fontes e dados da época, cita a imensa exploração do proletariado, que forçosamente se viam na obrigação de trabalhar para ganhar o salário. Nessa situação, não importava a idade, as condições de trabalho, e nem outra variável que demonstrasse respeito às individualidades dos trabalhadores.

O poder inicialmente conquistado pela violência e pelo medo, acabou ganhando ares de nobreza. E, após esses processos de acumulação primitiva, o poder ainda é exercido por pessoas e países que inspiram medo, e que norteiam as decisões dos países “pobres” através de necessidades criadas para o controle. É desejo de boa parte do mundo o “american life style”, pelo fato de que garantem a felicidade através da obtenção de coisas. E com isso, os países chamados de pobres - em desenvolvimento - são incentivados a comprar coisas que seriam do “padrão mínimo aceitável”, pois as necessidades são construídas para que esses países precisem de ajuda estrangeira (ILLICH, 2000).

A dependência do auxílio financeiro remonta à ideia de servidão e da questão da divisão mundial do trabalho. Nessa lógica, países como o Brasil, não detém necessariamente o domínio de uma tecnologia para aplicá-la, e devem então, ser subordinados à cadeia global imposta por países desenvolvidos. Isso ocasiona uma submissão: os países e pessoas impostas a esse meio de servidão, buscam na ideologia dominante, respostas para a sua finitude. Ou seja, encontram uma falsa felicidade nas necessidades por eles impostas, que são, em suma, de caráter material e por si só insustentáveis.

Dentro da nossa ideia sobre a ética ambiental, percebemos então, que o desmantelamento da ideia hegemônica, que diz que o crescimento do capital deve transformar a natureza em padrão de consumo, é pertinente para a construção de uma nova percepção do meio ambiente. Nessa nova percepção, o olhar o outro se dá

sem os pré-julgamentos contidos ainda na ideia da servidão, na qual se denota níveis de superioridade entre conhecimentos. Para tanto, uma equidade nos valores dos conhecimentos e no respeito ao indivíduo, seja ele como se porte, é o primeiro passo para a desconstrução de visões que separam a humanidade por poderio de capital.

Entendemos que somente com a quebra do paradigma científico, e embasados na Agroecologia com um viés Ecofeminista, a lógica da desconstrução das diferenças é possível. Logo, após expostas as visões Ecofeministas e a construção passo a passo do Tipo Ideal agroecológico, podemos configurar, sem grandes pretensões, os níveis os quais os nossos sujeitos compreendem a sua prática da produção na terra e seu modo de vida.

## 2.4 DIAGRAMA DE ÁRVORE E METODOLOGIA

Tem sido comum a utilização do “Diagrama de Árvore” nas empresas com o objetivo da busca pelas causas para a resolução de problemas. Em princípio, o Diagrama de Árvore é, como diz Oribe (2004):

é uma forma de identificar as causas de um problema (Cause and Effect Tree Diagram). Serve também para o desdobramento em tarefas e ações de um objetivo a ser atingido (Function Tree Diagram) ou para o desdobramento de desejos, transformando-os em especificações (Quality Tree Diagram) exatamente como feito no QFD – Quality Function Deployment. (ORIBE, 2004; P.79)

Sendo essa a significação crua do Diagrama de Árvore, vamos nos utilizar de uma alegoria, a qual é literalmente uma árvore, na construção do Tipo Ideal. Nesse intento, usaremos o significado relativo ao “desdobramento de desejos” que serão transformados em especificações. As variáveis da árvore já foram todas discutidas, sendo as dimensões da Agroecologia, e após saídas de campo, vamos configurar quais os níveis atendidos pelos nossos sujeitos.

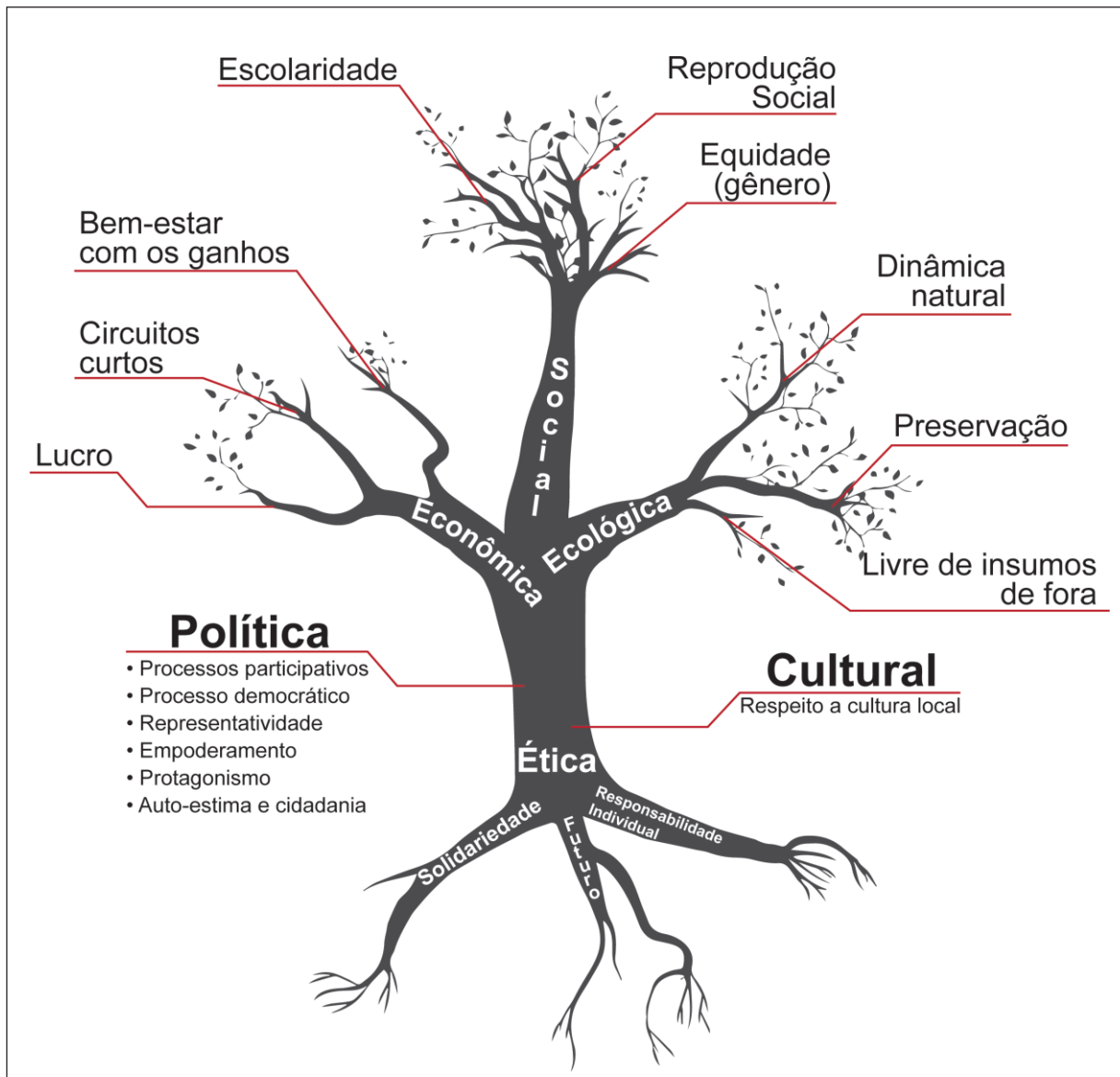
A Metodologia utilizada, como já citada e descrita, faz parte do grande conjunto de Metodologias Qualitativas, as quais temos como método de obtenção de dados entrevistas semi-estruturadas. Porém, nesse caso, vamos trazer uma parte de origem Quantitativa, pois com base nas dimensões agroecológicas, fizemos um questionário objetivo respondido pelos sujeitos estudados.

Desse questionário com 14 questões, abordamos situações objetivas em tese, como “você está satisfeito com o seu trabalho?”, com as respostas também objetivas entre “sim”, “não” e “indiferente”. Sabemos que a satisfação é um conceito subjetivo, mas não vamos entrar na discussão sobre o que se entende por satisfação, e sim, compreender que, nesse caso, nosso sujeito configura a existência de seu trabalho como algo que lhe traz resultados positivos.



Para tanto, tabulamos os dados no Excel para termos uma melhor noção de como interpretar e visualizar nossos sujeitos. Nossa primeira hipótese é: as propriedades estudadas estão em conformidade com o Tipo Ideal agroecológico? E a partir desta hipótese, faremos nossos apontamentos retirados das entrevistas semi-estruturadas.

Figura 2 – Diagrama de Árvore Tipo Ideal Agroecológico



Fonte: da autora



### 3 ESFERAS DO RECONHECIMENTO: AMOR, DIREITO E SOLIDARIEDADE

O presente capítulo traz uma abordagem em relação à teoria pós-crítica de Axel Honneth, no que tange às diferentes concepções sobre a formação de grupos em face da teoria do Reconhecimento. Propõe-se então, uma visão ensaística a respeito do que configura a luta por Reconhecimento e em consequência, uma leitura dos grupos estudados pela ótica desta teoria.

Nesse sentido, Honneth traz um avanço dentro das teorias sociais: une as concepções da Sociologia e da Teoria Política, que têm um olhar positivo pelos grupos sociais formados, e a Psicanálise, que inversa a concepção anterior, detém um olhar negativo perante o grupo. Na Psicanálise, os olhares, observações e estudos se voltam ao indivíduo e a sua formação enquanto uma personalidade forte, deixando a visão social à mercê de suas análises e quiçá como um empecilho na formulação das identidades (HONNETH, 2013).

Logo, Honneth, o nosso alicerce no capítulo, alia as perspectivas individuais, encarando também seu convívio no social, ou seja, o convívio do indivíduo com o outro. O autor coloca em perspectiva uma atitude neutra em relação à Psicanálise, a Sociologia e a Teoria Política, tentando se desvencilhar de juízos de valor como “positivo e negativo”. Neste intento, busca entender e conciliar ambas as concepções, para tentar pôr a tona uma teoria que explique melhor o estar em grupo e o olhar destinado aos outros, tanto aos outros indivíduos quanto aos outros grupos.

Essa teoria é pertinente no presente estudo, pois se trata da observação individual de cada produtor e, também, de cada família, que em consonância são um grupo formado, uma célula primária. Além da formação primária, as famílias se interrelacionam com outras famílias, formando um grupo ainda maior, que é intitulado de “Grupo Leite”. Temos como princípio de análise a compreensão da união destes sujeitos no grupo, como veem a constituição deste, a sua contribuição individual. Além do sentido da produção, que é a da produção leiteira, vamos analisar se os sujeitos possuem situações que os unem, e se isto configura um nível de Reconhecimento dentro das relações, que acreditamos serem horizontais. E, no que tange à prática extensionista, vamos acrescentar a visão dos agricultores a do extensionista em questão, para ver se este também pertence ao grupo e como consegue obter um espaço reconhecido neste ambiente.

#### 3.1 O EU NO NÓS: DAS INDIVIDUALIDADES À FORMAÇÃO DOS GRUPOS

Honneth pretende conciliar duas diferentes teorias em relação à observação dos grupos. Ele observa tanto o indivíduo e suas necessidades, inclusive para a formação de sua identidade e, denota a importância do grupo nessa formação. Assim

como, a importância das individualidades para com o grupo.

Para configurar sua teoria, o referido representante da Escola de Frankfurt, inicia seus estudos ainda sob a égide de Habermas, porém, os alicerces de sua pesquisa se encontram desde a relação com a comunicação, como um retorno à Hegel, e entre outros representantes da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer. Porém, para iniciar o pensamento trazido por Honneth, devemos começar pelo princípio, pois seu raciocínio denota uma formação individual e primária na concepção do sujeito e, para tanto, o autor nos traz Winnicott com a sua visão a respeito da formação da criança ainda em fase de simbiose com a mãe ou responsáveis diretos.

É sabido que os estudos a respeito das tenras idades são muitos, e que com a imersão psicanalítica, entendemos os significados de pulsões relativas às vontades em prol de suprir necessidades básicas do ser ainda em formação. Então, entrando na visão de Winnicott, Honneth nos coloca a pensar nas necessidades atendidas através da relação simbiótica com outrem (como já falado anteriormente, seja esse outrem a mãe ou algum responsável direto). Logo, a percepção da criança, ainda não é a de uma individualidade, posto que não se distingue por inteiro de sua progenitora. Ainda com a lembrança, se assim podemos dizer, da vivência uterina, a criança vive até mais ou menos os seis primeiros meses, em consonância total com a mãe. A criança acredita ser uma extensão de outro indivíduo, e a posição simbiótica lhe é extremamente confortável.

Nesse intento, cabe o reconhecimento da criança, com o passar dos meses, de compreender e aceitar a individualidade do outro e, em consequência, a sua própria. Essa percepção da individualidade, não é tarefa fácil. Sair do acalanto da vivência simbiótica é extremamente desconfortável a todos nós, como seres humanos. Essa questão é o que gera, por conseguinte, a nossa necessidade do conforto da vivência com os pares, e como comenta Adorno com a contribuição de Horkheimer: “Para qualquer humanidade, a proximidade íntima de pessoas e, com isso, o pertencimento a grupos que permitam contato humano imediato, é um pressuposto óbvio” (ADORNO; HORKHEIMER; 1956, p. 64).

Entendemos, de forma inclusive irracional, a necessidade de se estar com outrem, de socializar e mais: de sermos compreendidos através da inter-relação em relação às afinidades. Com a compreensão, a busca pela aceitação em um grupo é importante para a conseguinte obtenção da sensação anterior de simbiose.

Ao buscarmos entender as relações sociais, seus grupos e a influência da subjetividade psicológica, como acreditamos que dar ênfase aos clássicos é importante na elaboração da presente dissertação, quase que naturalmente recordamos do sociólogo dos fatos sociais: Émile Durkheim.

Retomamos, mais uma vez, que a leitura dos clássicos é essencial para uma análise mais profunda das questões sociais, já que, os pesquisadores e teóricos atuais

se embasaram em teorias já antes descritas. Os clássicos ainda trazem questões fundantes que auxiliam na compreensão do contexto das sociedades e são definitivos na elaboração de um raciocínio linear sobre as Ciências Sociais.

Émile Durkheim, nos traz a contribuição grandiosa sobre a formação dos grupos sociais como se fossem um organismo vivo, no qual temos funções pré-estabelecidas e o que sai da ordem “natural” é visto como uma patologia social. Para configurar suas ideias, o sociólogo afirma que o ato da socialização é um conjunto de valores que vão se instalando de forma inconsciente e são passíveis de reprodução, processo esse que leva longos anos. Para ele, o fato social e a definição de estrutura são o que condicionam o comportamento do indivíduo, sendo assim chamado de estruturalista. Durkheim já trazia questões a respeito da influência do grupo no indivíduo e vice-versa, porém, a sua ênfase se dava nos processos sociais (DURKHEIM, 1999).

Durkheim nos trouxe a noção de que a individuação corresponde a ações mais autônomas dotadas de reflexão. Já as questões sociais, estão à mercê do que anteriormente falamos sobre o ato da socialização. Logo, os fatores psicológicos não são descritos como fatos sociais, pois para ele, o fato social é: coercitivo, externo e geral, o que é deveras importante na nossa concepção a respeito de como os grupos e formações sociais agem e se organizam (DURKHEIM, 1999).

Ao escrever sobre a divisão social do trabalho, Durkheim afirma que com o aumento da complexidade dessas divisões (e da sociedade como um todo), aumentam os níveis de solidariedade e, em consequência, a dependência do indivíduo perante o grupo. Ao sermos mais dependentes de outrem na divisão do trabalho, a nossa individualidade aparece cada dia mais completa, e nesse sentido, estaremos aptos a buscar realizações de caráter psicológico. Parece não fazer sentido que, quanto maior a nossa dependência de outrem, maiores são as nossas individuações, mas ao dividirmos as tarefas em grupo, cada um fica com uma função, denotando a formação estruturalista. E, em contrapartida, ao não precisarmos nos responsabilizar por todas as etapas do trabalho, temos mais tempo para vivenciarmos nossa personalidade em construção (DURKHEIM, 1999).

Em Durkheim, quando nos afastamos da célula primária, que é a família, a nossa atuação sobre o todo - o Estado - é intermediada pelas chamadas corporações. Assim, vivenciamos a volta a um consenso e, em alguma instância, ao sentido de simbiose trazido por Winnicott. Desse modo, aproximamos a ideia de Winnicott e Honneth a de Émile Durkheim: o ser humano tem uma tendência a uma fusão com outrem e ao grupo quase que orgiástica, situação a qual Durkheim nomeia como “momentos de efervescência coletiva” (DURKHEIM, 1999, p. xx).

Dessa forma, com o auxílio do clássico, trazemos a ideia da importância dos grupos e como essa formação é essencial para a construção individual e para reforços de identidade. Como já dito, parece impossível a composição como sujeito de ser

humano sem o auxílio de seus pares, seja no que diz respeito a individuação quanto ao sentimento de reconhecimento encontrado em pessoas afins. Para Honneth, essa formação vai além:

Sintetizando o resultado de pesquisas fomentadas, de um lado, pela teoria da relação com os objetos e, de outro, pela psicologia social estadunidense em seguimento a Mead, eu parto da convicção de que a formação do eu do sujeito se realiza através da gradual internalização de um comportamento social reativo, que tem o caráter do reconhecimento intersubjetivo. Na medida em que relaciona gradualmente a postura afirmativa, motivadora e reafirmadora de seus parceiros de interação, com sua própria realização de experiências ainda não sistematizadas, a criança pequena aprende a formar um núcleo interno de personalidade que, em certa medida, consiste em camadas de uma autor-relação positiva. (HONNETH, 2003).

Entendemos que a concepção do eu, portanto, é completamente vinculada à percepção e à afirmação de outrem. Porém, como acima ilustrado, a reação afirmativa, motivadora e reafirmadora é primordial para a formação desse indivíduo. Se este supor que a sua capacidade de fazer julgamentos, críticas e suposições é importante e confiável, a postura de integridade e aceitação individuais são experimentadas e vivenciadas. Ou seja, não basta o convívio e a observação da vivência em grupo, as percepções dos sujeitos envolvidos têm que ser aceitas e constantemente reforçadas pelo grupo. Para que possa se sentir de fato vinculado ao grupo, este deve ser respeitado em sua individualidade; sua opinião/ação é compartilhada entre o grupo e reafirmada sempre que possível.

A necessidade da socialização para a formação do indivíduo é necessária para o amadurecimento pessoal. De alguma forma, então, Honneth sugere que a autonomia está diretamente entrelaçada com a socialização. Pois:

[...] somente pode cumprir com as normas e habilidades socialmente esperadas aquele sujeito que as assumiu para si como o núcleo prático de sua própria autocompreensão [...] [E] a experiência de ser considerado importante nas próprias carências, na sua capacidade de julgamento e, sobretudo, nas suas habilidades precisa ser renovada e reconstruída pelo sujeito sempre de novo na vida em grupo, para que ela não perca sua força e vivacidade na anonimidade do outro generalizado. (HONNETH, 2013, p. 65).

Partindo dessas ideias, Honneth alega que a necessidade de o ser humano encontrar uma estima que pode ser experimentada, de modo direto e com consecutivas aceitações, é um dos motivos principais (se não o principal) para a formação de grupos. Nisso, entendemos que o ser humano vive em busca da aceitação e do reconhecimento de suas ações. Desejamos estar em grupo para afinar relações de afinidades, mas principalmente para que o grupo confirme nossas atitudes, para que digam que “estamos certos”, e que tal ação é relevante para o coletivo.

Sendo assim, a vivência em grupo remonta à ideia de compartilhamento

simbiótica antes vivenciada entre progenitora e criança. É uma tendência humana buscar o conforto da aceitação dos pares, e quando somos reconhecidos como tal, a efervescência coletiva é o que nos preenche e nos torna pertencentes. Somos impulsionados a sempre recair no estado de fusão inicial, queremos nos tornar inseparáveis de outrem, e isso não precisa necessariamente ser visto como uma regressão em nossa formação individual. Ou seja, não estamos voltando às esferas do convívio da simbiose materna, mas sim, encontrando novas formas de nos sentirmos valorizados e unidos.

Porém, é relevante ressaltar, que durante as circunstâncias vividas pela comunidade, o reforço dos valores e das normas utilizadas para a fusão, devem ser seguidamente repassados para que, individualmente, os sujeitos confirmem a sua estima. Logo, em síntese:

[...] o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação. Ele não pode manter nem o autorrespeito, nem a autoestima, sem experiência de apoio que se faz através da prática de valores compartilhados no grupo. Por conseguinte, o grupo, longe de representar uma ameaça para a identidade pessoal, é, nas palavras de Adorno, uma fonte da humanidade. (HONNETH, 2013).

Sendo assim, a confirmação direta e a necessidade de aceitação perante o grupo, é primordial para o sentimento de pertencimento. Esse pertencimento, nas melhores intenções, denota uma troca entre os pares, sendo então, uma fonte de humanidade, como coloca Adorno. Porém, existem situações em que os grupos não exercem essas trocas, porque muitas vezes os indivíduos não estão no mesmo patamar de poder: não só inveja, hierarquias e busca por mais espaço compõe os problemas entre grupo e indivíduo, mas Honneth traz outros princípios que nomeia como patologização dos grupos.

Para essa patologização, Honneth comenta que o acúmulo de certo tipo de personalidades específicas é responsável pelas patologias de grupos. Dentre elas, “uma personalidade que permaneceu estacionada no estágio de idealizações primitivas”, (HONNETH, 2013, p.76) ou seja, uma personalidade que não concluiu de forma efetiva os processos de separação, que resultaria na formação de um indivíduo autônomo.

Esses indivíduos, muitas vezes possuem uma personalidade medrosa e atribuem a um objeto específico (de significação afetiva) uma habilidade onipotente. Pessoas afins, com uma personalidade semelhante e reativa, podem transformar os grupos, através de um contágio ou transmissão, em seguidores de um líder “todo-poderoso”. Nesse sentido, a influência de demais grupos passa a ser irrisória, fazendo com que exista uma certa cegueira coletiva. Esse líder deve corresponder ao ideal



imaginário das pessoas que se consideram imaturas e incompetentes, no geral. E, se esse líder não corresponder ao esperado, o grupo reage com negação ou anulação, e com a procura de outro líder que corresponda às expectativas (HONNETH, 2013). Nesse caso, não existe uma função que culmina com a cultura do reconhecimento, essa que é vivenciável e bem quista. Esses grupos patológicos são chamados de “grupo dependentes”.

Como segunda patologização, o acúmulo de personalidades que têm por lógica de atuação uma grande agressividade, geralmente é associada a experiências anteriores de abandono e desrespeito (HONNETH, 2013). Esses sujeitos costumam chamar de inimigo o ambiente, como se estivessem presos e/ou cercados por situações externas que denotam insegurança. Essas ações podem ser passadas aos demais indivíduos do grupo, através da comunicação impositiva e incitamento agressivo. Caso o líder também seja ameaçado por essas paranoias, o grupo desenvolverá uma patologia coletiva. A tendência é o fracionamento em grupos menores, nas quais o que os unem é a falta de senso crítico perante as atitudes internas, ou seja, os outros “estão sempre errados, enquanto nós estamos sempre certos”. E, a hostilidade com os demais grupos sempre aumenta, sendo a desconfiança, a luta e o temor traços principais desse coletivo. Assim como os “grupo dependentes”, esses grupos chamados de “grupos de luta-fuga” não chegam a realização através do Reconhecimento.

Segundo Honneth, esses não são apenas os únicos tipos de patologização dos grupos, existem mais que, assim como esses, são elucidados por Bion (2001). Bion, ainda tenta categorizar mais um, porém, para ele, esse não seria tão comum, pois intitula como “perturbado” em relação aos critérios clínicos.

Com as definições de grupos que não agiram conforme a cultura do Reconhecimento, ficamos reflexivos em relação ao que seria um grupo atuante e contemplado pelos sentimentos e ações que perpassam a cultura do Reconhecimento, e como essas associações seriam porvindouras tanto para o grupo, quanto ao indivíduo. Neste intento, cabe uma análise sobre: a autoconfiança, o auto respeito e autoestima.

### 3.2 A SIMETRIA DAS RELAÇÕES E PRINCIPAIS CONCEITOS DA LUTA PELO RECONHECIMENTO

Axel Honneth reconhece que uma teoria crítica da sociedade deveria ser feita através de apenas uma categoria, e essa é a do Reconhecimento. Nesse intento, o referido sociólogo dialoga com as posturas de Habermas, mas se distanciando, sempre que possível, de uma teoria de caráter mais sistêmico. Assim, ele busca em Hegel uma inspiração para trazer caracteres mais subjetivos à sua teoria. De imediato, em seu livro “A Luta por Reconhecimento”, Honneth inicia fazendo uma leitura da

ideia original de Hegel, e após, conceitua de acordo com as sociedades modernas, principalmente no que concerne à área do Direito.

Não faz parte de nosso objetivo na presente dissertação toda a releitura e conceituação de minúcias acerca de Hegel e de toda a filosofia contida nos primeiros capítulos do livro de Honneth. Mas sim, nos cabe trazer um apanhado geral e partir para uma ideia do que melhor nos convém frente a nosso objeto de estudo, que seriam as relações embasadas no respeito, na autoestima e na autoconfiança, através das esferas da solidariedade, direito e amor.

Porém, para compreendermos essas esferas, uma breve noção do que significam no tempo e na História, se fazem relevantes. Como já tratada na seção anterior, Honneth nos traz o raciocínio de Winnicott da dependência absoluta, ou seja, da formação da individuação do ser humano.

Em síntese, o ser humano em seus períodos iniciais é totalmente dependente de outro ser humano, o qual, tem por ideal, suprimir todas as suas necessidades. Em algum momento, indivíduo e provedor devem fazer uma ruptura em sua relação, para que ambos possam seguir sozinhos a sua formação como sujeito. Essa ruptura não é tarefa fácil, pois ambos se sentem acolhidos na esfera simbiótica em que vivem até então, porém, a necessidade da separação é imprescindível para o crescimento de ambos: não só no que tange ao crescimento do corpo físico, mas também, ao crescimento do intelecto e da individuação, deixando o dependente apto a visualizar os limites do que ele é e do ambiente em que vive. O indivíduo se diferencia e se entende como ser único, fase a qual, Winnicott dá o nome de relativa independência (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

Porém, como se dá a transição para essa relativa independência? Honneth se embasou nos estudos de Jessica Benjamin para compreender uma das duas fases pelas quais a criança passa. O autor nos traz então, as fases de “destruição” e do “fenômeno de transição”. A destruição, explorada por Benjamin, diz respeito a uma espécie de luta para a compreensão do indivíduo. Ou seja, a criança, para compreender a sua individualidade, se utiliza dos meios que tem através de agressividade, para entender que as suas vontades são diferentes das de sua mãe. Assim, entende que é um indivíduo portador de necessidades, e a dedicação da sua progenitora nessa fase é essencial para a compreensão de que existe um amor recíproco, sem o retorno ao estado de simbiose. Logo, é necessária a confiança na dedicação e aceitação da mãe para avançar ao próximo estágio de sua individuação (HONNETH, 2003).

O próximo estágio é primordial dentro da ideia de Honneth, a qual ainda é embasada em Winnicott. Caso o primeiro estágio, ocorrido através da agressividade da criança e da dedicação da mãe não ocorra, esse próximo estágio será comprometido. Isso dá pois, a confiança no amor recíproco entre mãe/criança é o que culmina com a autoconfiança na criança, pois ela cria consigo mesma uma relação positiva. A



autoconfiança, então, é conceito chave para Honneth, no qual ele diz que a partir do desenvolvimento desta, a criança estará apta para formular a sua identidade. A autoconfiança é base para todo o convívio com os demais seres humanos, e o amor recíproco e reconhecido pela criança é a base de toda a moralidade humana (HONNETH, 2003).

A partir da autoconfiança, e do reconhecimento do amor, a criança estará apta ao desenvolvimento do auto-respeito. Logo, servirá como base para a autonomia, a qual será primordial para a sua participação na vida pública (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008). Entendemos a partir do resgate a essas formas fundamentais do desenvolvimento da personalidade e até mesmo de situações anteriores a esta, como essas formas de reconhecimento individual e da existência de outros seres é fundamental para as relações sociais.

A partir desses desenvolvimentos pretéritos, ao se debruçar no convívio social, o indivíduo inicia o descobrimento de seus direitos, através do jugo moral e de sua ideia de auto-respeito. Porém, essa ideia não é simples, e convém todo um resgate de estudo na área do direito, que aqui tomaremos por base apenas as concepções mais básicas.

Sendo assim, em síntese, partimos da ideia do direito na era da modernidade, pois anterior a essa, o sujeito era possuidor de algum direito se estivesse incluso na esfera do status. Ou seja, as distinções entre os sujeitos eram maiores, embasadas não só nas características de posses materiais, mas em outras várias circunstâncias, como na sua participação na comunidade e da posição ocupada nessa sociedade. Nessa concepção, portanto, o direito, em poucas palavras, deve ser geral, tratar todos os cidadãos com igual peso, de igual maneira.

Honneth passa a construir sua teoria em consonância com a ideia de Marshall, e para sintetizarmos a relação do direito com as esferas do reconhecimento, consta em a Luta pelo Reconhecimento que:

[...] independentemente das diferenças no grau de disposição econômica, cabem a todo membro da sociedade todos os direitos que facultam o exercício igual de seus interesses políticos. A atenção de Marshall se volta então à pressão evolutiva sob a qual os direitos individuais fundamentais iriam ficar, depois de submetidos a uma exigência por igualdade dessa espécie; pois, obtida por luta social, a coerção para satisfazer juridicamente essa exigência fez aumentar o acervo de pretensões jurídicas subjetivas até um grau que, por fim, também as desigualdades pré-políticas, econômicas, não puderam permanecer completamente intactas. (HONNETH, 2003, p. 190).

Com a definição acima, entendemos o que Honneth pretende nos trazer quando tratamos da esfera do direito. Pois, a partir da exigência por igualdade, a sociedade passa a deliberar acerca do que, supostamente, difere um ser humano de outro, e nesse intento, passam a contestar privilégios e benefícios de uns em detrimento de

outrem. Para Honneth, essa esfera do reconhecimento jurídico, a qual é subjetiva, cria condições para o desenvolvimento do auto-respeito.

A terceira forma de reconhecimento, após a percepção da busca por igualdade de direitos que desenvolvem o auto-respeito, é o que ele chama de solidariedade, ou comunidade de valores. O nome “comunidade de valores” nos parece mais contundente, posto que solidariedade é conceito muito discutido em Durkheim, mas que aqui, tem a significação literal do termo entre compartilhamento de valores.

Mais uma vez o autor nos traz a questão da transição de sociedades tradicionais para a moderna, e configura que a questão da individualização dos sujeitos tem uma importância inegável no conceito que ele pretende explicitar. Esse sujeito, que na modernidade é possuidor de direitos individuais, têm opiniões, atividades e pretensões que deverão ser aceitas assim como a de qualquer outro sujeito. Ele entende, na sua atividade legítima, que tem o respeito dos demais. Esses direitos sendo públicos, são assim também reconhecidos por todos, denotando a legitimidade dos direitos dos indivíduos e, conseqüentemente, da compreensão dos demais. Nas palavras do autor:

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável. (Honneth, 2003, p. 197).

Sendo assim, os sujeitos nas sociedades modernas compreendem, na esfera jurídica, que dotados dos mesmos direitos, partilham “propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade” (HONNETH, 2003, p. 197) e essa ideia que têm de si mesmos, como algo positivo, é o que podemos intitular como “autorrespeito”. Assim, em suma, dotados de uma individualidade e da ideia coletiva de que todos têm a disponibilidade de exigir e de ter direitos, o sujeito consagra a sua postura como ser de estima, e desenvolve seu autorrespeito. Porém, essa percepção apenas ocorre quando existe a falta, ou seja, a partir de noções e de situações onde ocorre o desrespeito, o sujeito se empenha para provar o seu valor e que este deve ser respeitado, assim como o de todos.

Além da ideia sobre o autorrespeito, os sujeitos na modernidade encontram outra motivação dentro das concepções de grupo. Entendemos que anteriormente o conceito de honra era tido como algo memorável e digno de um indivíduo, porém sob o olhar de outrem. Para melhor explicar, vejamos alguns significados de “honra” no dicionário:

“1. princípio que leva alguém a ter uma conduta proba, virtuosa, corajosa, e que lhe permite gozar de bom conceito junto à sociedade. 2. consideração

devida a uma pessoa que se distingue por seus dotes intelectuais, artísticos, morais; privilégio. 3.dignidade conferida pela observância de certos princípios socialmente estipulados” (Dicionário Priberan da Língua Portuguesa).

Quando dizemos que algo é um atributo de um indivíduo, porém que este só existe sob o jugo do outro, como no caso da honra, estamos estipulando um certo valor de estima social perante um sujeito. A honra então, pressupõe o reconhecimento social.

Na modernidade transferimos o valor da honra para outras situações de estima social, mas igualmente necessárias para o reconhecimento, que denota a autoestima individual do ser reconhecido: as categorias de “reputação” e/ou “prestígio” são situações em que o sujeito atual busca para nutrir sua estima através de suas realizações e capacidades, mas com o objetivo do olhar dos outros (HONNETH, 2003). Para o autor

[...] o “prestígio” ou a “reputação” referem-se somente ao grau de reconhecimento social que o indivíduo merece para sua forma de autorrealização, porque de algum modo contribui com ela à implementação prática dos objetivos da sociedade, abstratamente definidos; tudo na nova ordem individualizada do reconhecimento depende, por conseguinte, de como se determina o horizonte universal de valores, que ao mesmo tempo deve estar aberto a formas distintas de autorrealização, mas que pode servir também como um sistema predominante de estima. (HONNETH, 2003, p. 206).

Esse chamado “horizonte universal de valores”, varia conforme o tempo e a cultura do local em que se estabelecem as relações. Nesse sentido, sentimos conforto ao vislumbrarmos que o nosso conceito de “vida boa” é aceito e que temos a possibilidade de influenciar a vida pública (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

Para os referidos autores, Saavedra e Sobottka (2008), a atual sociedade é uma arena de disputas que visam o reconhecimento, e nesse intento, um exemplo comum de visualização expressiva dessas disputas ocorrem hoje, em territórios online. Vemos que há uma verdadeira disputa pelos “likes” e comentários positivos nas redes sociais, nas quais, estamos compreendendo, inclusive, novas formas de vínculo com o mundo do trabalho: a função do influenciador digital.

Ora, se hoje financiamos através de anúncios de empresas que se utilizam dos algoritmos, incontáveis números de pessoas que buscam através da sua estima social, um reconhecimento amplo da sociedade (ou de pelo menos um nicho), estamos obedecendo ao “ideal de vida boa” de alguém. Logo, na comunidade de valores, na qual boa parte de nós está inserido, estamos mantendo a autoestima de alguém através de nossa vinculação subjetiva de referência moral. Nesse caso, nossos valores sociais se expressam na capacidade de adotarmos as influências, e podemos verificar qual é a nossa comunidade de valores visualizando a autoestima de nossos influenciadores.

Obviamente que essas relações de influência online são bastante complexas, mas o exemplo da utilização do ideal de vida boa de um influenciador digital - que é aceito e buscado por parte da sociedade que tem esse acesso nos mostra o mecanismo da autoestima, vinculada à capacidade de influenciar a vida pública, segundo Honneth.

Ainda no conceito da comunidade de valores, devemos deixar claro que as relações nela existentes devem estar em “simetria de estima”, pois só assim se tem acesso ao sentido da auto-realização. A simetria aqui, condiz com o “reconhecimento de suas capacidades numa sociedade não coletivista” (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008), e mais uma vez, compreendemos o conceito de solidariedade em Durkheim, o qual configura um aumento da complexidade da sociedade e das relações de trabalho, em um nível de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1999). Logo, inferimos que a simetria de estima, se dá em sociedades mais complexas, aquelas angariadas pelo sistema dos direitos de igualdade perante níveis do autorrespeito. E nesse caso, as sociedades modernas, esmiuçadas por Honneth, nos trazem a possibilidade da auto-realização.

Dito isso, entendemos que o reconhecimento, em suma, é uma forma positiva de auto-relacionamento nas sociedades modernas. E esse, em Honneth, obedecem padrões referentes às esferas de reconhecimento, as quais tentamos dar uma noção nos parágrafos anteriores, mas achamos conveniente retomar para uma melhor compreensão da teoria, em quadro explicativo. São as esferas: do amor, do direito e da solidariedade, as quais relacionamos com a “ação” que é referente à forma de desrespeito da compreensão do indivíduo na esfera em questão; o que esse desrespeito viola e/ou ameaça, na formação individual, e a consequência mais próxima do que é fidedigno. Além dessas dimensões, poderíamos colocar em evidência as características sobre os sentimentos, porém, a discussão se tornaria deveras subjetiva para um primeiro momento.

Quadro 1 - Esferas do Reconhecimento.

<b>Esfera</b>	<b>Ação</b>	<b>Violação/Ameaça</b>	<b>Consequência</b>
Amor	Maus tratos/ violação	Autorrespeito	-
Direito	Privação de direitos	Integridade Social e Autorrespeito	Privação violenta da autonomia/ sentimento de injustiça
Solidariedade	Degradação Moral/ Injúria	Dignidade	Degradação da autoestima

Fonte: da autora.

No quadro, observamos de maneira mais intuitiva e pragmática as esferas do reconhecimento e os possíveis desdobramentos. No início do capítulo, ao nos referirmos à formação dos grupos e suas possíveis disfuncionalidades, nos focamos bastante na esfera do Amor. A esfera do amor está vinculada então, à formação do autorrespeito e ao processo de individuação, a qual está inexoravelmente ligada à simbiose entre indivíduo e provedora, e à posterior dedicação da mãe ao período de separação. Quando essa confiança é rompida, seja por violação ou maus tratos, o indivíduo se sente incapacitado na sua formação da personalidade, tendo seu autorrespeito ameaçado e quiçá não consolidado.

Dentro da esfera do direito, a ação consiste na privação dos direitos, os quais, na transição para sociedades modernas, o indivíduo passa a ser visto como imputável e detentor de direitos distanciados da concepção de *status*. Ou seja, compreende-se que todos são iguais perante o Estado moderno, e que a privação dos direitos, comuns a todos, desrespeita a integridade social (como ser digno de influenciar os demais por sua concepção de vida boa), e fere o autorrespeito. O sentimento é o de injustiça e, em consequência, a sensação de que não se é mais visto como ser autônomo e igual perante os demais indivíduos é extremamente degradante.

Já na esfera da Solidariedade, ou da comunhão de valores, a ação violenta se dá no sentido da degradação moral e da injúria, demonstrando que os ideais de vida do sujeito alvejado são indignos e não servem como pressupostos na validação dos valores compartilhados entre os sujeitos de um mesmo grupo. Nessa situação, se ameaça a dignidade, e a consequência é a degradação da auto estima, pois o sujeito se sente deteriorado em relação ao seu grupo.

Essas situações são também compreendidas quando observadas sobre o viés do desrespeito: o que leva ao máximo desrespeito que culmina com a necessidade da luta pelo reconhecimento? Ou melhor, o que se configura como sendo desrespeito no interior de cada esfera? Tais funções do desrespeito são de ordem psicanalítica, e entendidas então, como patologias das relações individuais com consequências nos grupos sociais.

### 3.3 DESRESPEITO

Para a compreensão da teoria do Reconhecimento, o fator do desrespeito é extremamente importante para a sua completude. Nesse sentido, como anteriormente descrito, analisamos algumas das situações em que se ocorrem desrespeito de acordo com suas esferas: as experiências de violação e maus tratos, da privação de direitos, da degradação moral e da injúria.

Essas patologias, como descritas no viés da psicanálise, deixam sequelas e experiências danosas aos indivíduos e em consequência aos grupos. É frequentemente

dito, inclusive, que as situações de desrespeito que se configuram com a violação e a tortura, derivam uma espécie de “morte psíquica”; enquanto as pesquisas que estudam a escravidão, ou seja, da exclusão de direitos como um todo, são tidas como “morte social”; e em relação à esfera da solidariedade, que é a violação cultural de uma forma de vida, é chamada de vexação, mas que em alemão ganha o termo “Kränkung”, que também tem como sinônimos “humilhação” e “ofensa” (HONNETH, 2003).

Deve ficar claro, inicialmente, que a experiência do desrespeito é fortíssima dentro da subjetividade do ser humano, restando ações derivadas dessas situações que podem ser superadas de forma a engrandecer os grupos. Porém, estes podem não ter subsídios para a superação para posterior luta, e se manterem por anos de subjugação e moléstia psíquica. Nesse sentido, as experiências de desrespeito ferem o que o indivíduo construiu de maneira subjetiva: são feridas na concepção positiva que faziam de si mesmas (HONNETH, 2003).

Honneth busca em Mead e em Hegel a discussão acerca da individualização dos seres humanos e da formação subjetiva que se denota em cada sujeito. Esses garantem que no centro da individualização, que é atrelada à ideia do reconhecimento, é o que traz a vulnerabilidade, que segundo eles, é inerente ao ser humano. Logo, a ideia da vulnerabilidade é que está intrinsecamente ligada ao desrespeito: a autoimagem do ser humano deve ser constantemente reforçada por outros indivíduos, e uma ação de desrespeito é capaz de desmoronar toda a identidade de um indivíduo (HONNETH, 2003).

Sendo assim, a vulnerabilidade é tida como componente disposto a sofrer desrespeito, dadas a fragilidades e a instabilidades humanas. Ao ato do desrespeito, nota-se sinais corporais do sofrimento psíquico, que se viabilizam nas expressões externas, que são os nossos sentimentos. O ataque desrespeitoso à nossa vulnerabilidade, portanto é, um sinal de injustiça. Essa acarreta fenômenos patológicos do ponto de vista psíquico, e é considerada o estopim da luta por reconhecimento. Em suma, trazemos a ideia de que ao ocorrer uma injustiça, essa se manifesta como a força máxima do desrespeito à fragilidade do indivíduo, ocasionando uma paralisia de grupos e dos sujeitos dentro desses grupos (HONNETH, 2003).

A sensação de injustiça é muitas vezes denotada por sentimentos de vergonha, e em consequência de raiva e ira. Tais circunstâncias e sentimentos são bastante complexos, e geralmente são de origem individual, do ego, ou proveniente de expectativa/ação de outrem. No primeiro caso, os sentimentos são também provindos de expectativa, já que o ego traz uma ideia do que pensamos ou desejamos ser, e confrontando com a realidade, nem sempre acontece o que se espera, denotando um fracasso individual. Nesse intento, esses sentimentos são catapultas para um estágio de superação do desrespeito sentido, e tal superação, é tida como a volta da atuação



social dos grupos e indivíduos. Pois, para Honneth, nenhuma situação de injustiça é vista de forma neutra pelos sujeitos: sempre haverá um sentimento ligado a essa situação e uma possível busca por retaliação (HONNETH, 2003).

Para a luta por reconhecimento acontecer, portanto, os sujeitos e grupos passam por uma situação de desrespeito, a qual, é uma superação da patologia psíquica e social. Nessa visão, a vida em grupo e, principalmente, dentro de um movimento social, são primordiais para a superação da injustiça. A ideia é a de que, coletivamente, os indivíduos se dão conta das formas de desrespeito sofridas, através de diálogos e de formas de comunicação efetiva que denotam um reconhecimento e uma reciprocidade entre os sujeitos. Assim, através do compartilhamento de experiências semelhantes, inicia-se um processo de identificação e de acolhimento, culminando com uma força adquirida pelo grupo, a qual, individualmente seria difícil obter essa congruência para uma ação mais concreta.

Logo, é a partir dessa convicção que pensamos ser pertinente a elaboração do presente capítulo em prol da compreensão dos nossos sujeitos estudados, pois para Honneth a teoria do Reconhecimento tem por modelo 1) o estudo do surgimento das lutas sociais e sua posterior compreensão e 2) um processo de desenvolvimento moral.

Nossos sujeitos não estão imersos dentro da primeira concepção, pelo menos em primeira avaliação, já que não fazem parte de um grupo estruturado de caráter de movimento social, engajado e disposto à luta coletiva por reconhecimento social. Portanto, nosso enfoque se dá na segunda concepção, a do desenvolvimento moral. Honneth se torna um tanto abstrato tratando deste assunto, já que envolvem aspectos filosóficos retomando as teorias morais de Kant. Porém, dentro de nossos limites, vamos configurar de forma sucinta, a manifestação do processo de desenvolvimento moral no conjunto dos nossos sujeitos da pesquisa, já que a percepção desses se dá como a de um grupo em processo de consolidação. Acreditamos que muitos deles encontram no outro a força para seguir dentro de seus ideais em prol de uma ressignificação do contexto do leite na cidade de Santa Maria/RS.

### 3.4 TEORIA E PRÁTICA: O RECONHECIMENTO PELA ÓTICA DA INTERPRETAÇÃO DE NOSSOS SUJEITOS

O modelo honnethiano tomado como possível de alcance de interpretação de nossos sujeitos, portanto, é o que se coloca como pressuposto o processo de desenvolvimento moral dos sujeitos. Entendemos a subjetividade do tema, e para isso, vamos nessa seção, vincular o que encontramos na teoria às nossas observações práticas, pois essas devem ser congruentes ou ao menos deter uma aproximação para melhor compreensão de suas relações.

Como modo introdutório dessa compreensão, o autor traz sua conceituação quando se trata do aspecto moral no seguinte trecho:

[...] a abordagem da teoria do reconhecimento, na medida em que desenvolvemos até agora na qualidade de uma concepção normativa, encontra-se no ponto mediano entre uma teoria moral que remonta Kant e as éticas comunitaristas: ela partilha com aquela o interesse por normas as mais universais possíveis, compreendidas como condições para determinadas possibilidades, mas partilha com estas a orientação pelo fim da autorrealização humana. (HONNETH, 2003, p. 271).

Anteriormente, falamos sobre a concepção de vida boa, e ao expor o trecho acima, percebemos que o autor busca, então, uma ideia de moral que seja mais abrangente possível, que não sejam alteradas no contexto, ou seja, que tendem a ser universais. Mas, ao mesmo tempo, Honneth procura o que nos traz a autorrealização em relação à autonomia individual. Logo, como encontrar uma consonância entre uma ideia de vida boa que seja desvinculada de contextos e simplificações particulares?

Como visto no decorrer do capítulo, entendemos todas as esferas do reconhecimento, e com elas, o autor nos traz a questão de que só teremos uma vida boa quando tivermos a autonomia para definir e para pensar social individualmente, ou seja, só temos autonomia, autorrespeito e autoestima se tivermos sido reconhecidos. Logo, uma concepção de vida boa só provém de pessoas com liberdade, de pessoas espontâneas, que estão em consonância consigo mesmas e que necessariamente passaram “ílesas” pelas esferas do reconhecimento. Essa espontaneidade/liberdade não se referem somente à falta de coerção externa, mas também “a falta de bloqueios internos, de inibições psíquicas e angústias” (HONNETH, 2003, p.273).

Ao entendermos que a questão de uma boa vida está diretamente vinculada às esferas do reconhecimento, que garante a liberdade, percebemos que o ideal dessa vida boa está associado intrinsecamente ao outro:

Nesse sentido, a liberdade da autorrealização depende de pressupostos que não estão à disposição do próprio sujeito humano, visto que ele só pode adquiri-la com ajuda de seu parceiro de interação. Os diversos padrões de reconhecimento representam condições intersubjetivas de termos que pensar necessariamente quando queremos descrever as estruturas universais de uma vida bem-sucedida. (HONNETH, 2003, p. 273).

Portanto, a questão da eticidade para Honneth se configura na realização bem-sucedida das esferas do reconhecimento. A situação de que pode existir a modificação dessas esferas conforme o passar do tempo, como que refinado o que se entende por amor, direito e solidariedade, ficam explícitas no último capítulo de a “Luta por Reconhecimento”, ou seja, o autor entende que as concepções atuais podem sofrer modificações. Mas, acreditamos que a realização do ideal de vida boa existe somente

com a participação do outro, e nesse sentido, trazer as nossas experiências sobre o convívio com o “Grupo Leite” denota o quanto a realização desses sujeitos só é possível com o convívio entre seus semelhantes.

### 3.5 FORMAÇÃO DO GRUPO LEITE: CONVIVÊNCIA SOB A ÉGIDE DO RECONHECIMENTO

Após entendermos do que se trata a teoria do reconhecimento e também da sua importância para as análises dos grupos sociais e sobre as formas de pensamento e aceitações de caráter individual, vamos elucidar a formação e a identificação dos agricultores dentro do chamado “Grupo Leite”.

Como mencionado na metodologia, teremos três famílias como alvo mais concreto das observações, a convivência e relatos do extensionista, mas além dessas, vamos delinear e consagrar algumas vivências do chamado “Grupo Leite”. Essas vivências serão exploradas de forma menos minuciosa do que as das famílias em específico, já que foram algumas circunstâncias nas quais pudemos ter um contato direto com boa parte dos participantes.

O mencionado Grupo Leite - nome dado para a identificação nos últimos encontros - inicia com uma ação da EMATER em busca de uma aproximação dos criadores de gado leiteiro. O extensionista em questão, é visto como um elo para a aproximação dos sujeitos: através de suas experiências e trabalho, trouxe novas ideias que encontraram terreno fértil na cidade de Santa Maria/ RS.

Essas novas ideias, em suma, são tecnologias que tendem a ser as mais limpas possíveis, com a técnica do Pastoreio Racional Voisin (PRV) aliado de ideias como a da homeopatia e as que tangem os benefícios da Agroecologia. Apesar das tentativas de se tornarem propriedades em transição agroecológica, como apontamos no primeiro capítulo, os sujeitos ainda não detêm a consciência das suas funções dentro de todo o escopo agroecológico. Porém, suas motivações têm mudado com o passar dos tempos, pois anteriormente muitos não tinham noção do quanto o plantio de soja, por exemplo, era danoso para seus filhos: muitos arrendavam terras e até mesmo mantinham as criações das vacas aliadas da lavoura. Hoje, são quase que uma unanimidade somente na criação do gado leiteiro.

Segundo o extensionista, a quem vamos passar a chamar de R., o grupo como um todo vem refletindo muito mais sobre questões que dizem respeito à ecologia. Porém, fica claro que a mudança de especialidades (da soja para a criação do gado leiteiro), é por motivações econômicas. Com as tecnologias apresentadas pelo extensionista, além da organização das propriedades e do cuidado com a assistência técnica e a extensão rural, os sujeitos nos dizem ter um crescimento dos ganhos econômicos, além da diminuição do trabalho e da sua penosidade. Logo, acreditamos

que uma grandiosa atenção dada ao Grupo Leite, corresponde aos ganhos dos agricultores, ao êxito das tecnologias aplicadas, às quais servem como modelo, e ao desenvolvimento da região com o advento da expansão da bacia leiteira da região central do Rio Grande do Sul.

Acreditamos que a atenção da EMATER municipal passou a ser maior aos produtores de leite com a chegada do extensionista R., aproximadamente em 2010, o qual tinha afinidade com a cultura e por ser veterinário, apostava na criação de gado leiteiro. Além da afinidade com a criação de gado leiteiro, o extensionista buscava trabalhar com um viés de caráter mais agroecológico, e para tanto, começou a palestrar e buscar agricultores que aceitassem introduzir o PRV em suas propriedades. Essa é uma prática comum de instituições que trabalham com assistência técnica e extensão rural: a de buscar pessoas aptas a encarar as tecnologias eleitas como convenientes para servirem como exemplos para demais produtores e interessados.

Sendo assim, através de palestras e visitas da EMATER, alguns produtores passaram a se interessar pelo tipo de produção proposta. Aos poucos, começaram a aderir, e dentre as pessoas que aderiram à tecnologia, duas destas famílias estão no nosso estudo. Portanto, os laços de companheirismo entre esses produtores e o extensionista são mais intensos dado o tempo em que trabalham juntos.

A proposta da tecnologia tem viés agroecológico, pois se trata de um tipo específico de pastagens, de uma forma que minimiza os gastos com insumos provindos de fora das propriedades, aproveitando o pasto nativo, ou se utilizando de mudas perenes com sobressemeadura de pastagens anuais. Essa é uma proposta que visa respeito ao animal, pois mantém sua estrutura fisiológica, ou seja, os animais obtêm sua energia através do seu alimento de eleição, o pasto. Portanto, entendemos que o PRV tem características agroecológicas por 1) minimizar os efeitos agressivos de insumos provindos de fora da propriedade; 2) diminuir a quantidade de trabalho dos agricultores, pois evita uma quantidade exacerbada de outros alimentos no comedouro; 3) trabalhar com pastagens nativas e/ou perenes, as quais vão permanecer no solo e serão acrescidas de pastagens anuais para maior aproveitamento da alimentação; 4) respeitar a fisiologia do gado leiteiro, dando dignidade ao tratamento e à criação, culminando inclusive com uma relação de reconhecimento entre animais e criadores; 5) aproveitar o ciclo das pastagens que acompanham a natureza, dando valor às pastagens que crescem demais e são utilizadas como adubo verde quando roçadas.

Assim, damos uma pequena introdução da importância dessa tecnologia aos agricultores e do porquê de ela ser escolhida como pauta pertinente à pesquisa: não se trata somente de uma tecnologia que facilita a vida do produtor e gera apenas ganhos econômicos, mas também exerce uma possibilidade de mudança do pensamento convencional dos produtores ao apelar por noções ecológicas e de respeito aos

animais. Porém, por mais que nós, na academia e até mesmo o extensionista tenha essa visão, acreditamos que a inserção desta tecnologia inicia com a possibilidade de maior ganho em relação aos hectares, ou seja, maior produtividade em menor espaço.

O extensionista costuma alegar, como justificativa primária da ênfase no aspecto econômico, que os agricultores apenas fazem modificações em suas propriedades, aderindo novas tecnologias, com base nos números. Inicialmente, segundo ele, os agricultores pensam em uma forma de se estabelecerem em nível econômico, para depois pensarem em outras questões, como ecologia, dignidade aos animais, uso da homeopatia e etc.

Nesse sentido, é interessante pautar o que pensava um dos expoentes da Agroecologia, Gliessman (1997) que dizia entender que a ciência agroecológica deve ser útil, e não ter apenas um caráter acadêmico, motivado tão-somente por interesses econômicos e caracterizado como estudo instrumental, baseados em experiências de laboratório. Segundo ele, a Agroecologia possui motivações maiores e mais complexas, pois tem como princípio a melhoria na vida dos sujeitos envolvidos. Portanto, nas análises a campo do nosso problema de pesquisa, percebemos uma clara tentativa de um apelo aos aspectos agroecológicos, porém acreditamos que essas ideias partem mais das investidas do extensionista e dos pesquisadores oriundos das universidades.

Logo, compreendemos que a aproximação dos produtores ao extensionista, se deve, em partes, aos critérios econômicos bem estabelecidos nas análises referentes a tecnologia aplicada. O que chama a atenção são os ganhos, ou até melhor, a diminuição dos gastos. As saídas de campo e atividades da EMATER costumam dar ênfase no que existe de “concreto”, ou seja, sanidade de rebanho, gastos e ganhos econômicos, diferentes técnicas de pastagem, e outras. Mas, tentamos ao máximo absorver o que existe de mais implícito, ou seja, nas relações e situações do mundo da vida existentes em meio a esse mergulho de situações objetivas.

Para o extensionista, uma modificação social ocorre quando dados os impulsos econômicos, em vistas as suas experiências. Mas, como demonstrado no primeiro capítulo, compreendemos que todas as dimensões da Agroecologia possuem igual peso, e na teoria do Reconhecimento, percebemos o quanto a dignidade, o autorrespeito e a integridade social guiam o comportamento humano.

Nesse sentido, percebemos que os laços criados entre os agricultores e o extensionista, e entre os próprios agricultores, vão além dos ganhos econômicos. Por mais que as intenções a respeito de aderir ou não à tecnologia prossigam sendo as de caráter financeiro, nossa hipótese é a de que as relações são baseadas em amizade e respeito em relação ao conhecimento de todos: todos possuem a possibilidade de trazer ideias, de levantar questões e são requisitados para darem seu aval em casos específicos.

Sendo assim, consideramos que existem características que denotam o

reconhecimento entre os agricultores e extensionista: possuem coisas em comum, compartilham elementos subjetivos da vida em comum, como estarem convivendo com sua família em ambiente rural e vivenciando as mesmas realidades da implantação da tecnologia. Os membros da família se sentem aceitos perante o grupo, durante as reuniões, as esposas, maridos, filhos e netos participam dos eventos, não havendo uma separação durante as falas, ou seja, todos estão no mesmo ambiente e lhes são dadas oportunidades de fala. Dentre as oportunidades de fala, conseguimos encontrar a possibilidade do compartilhamento dos saberes, que vão além dos aspectos técnicos trazidos pela EMATER por si só. Percebemos assim, que os indivíduos conquistaram espaço no que concerne às esferas do reconhecimento, pois são livres para se expressar, denotando “a falta de bloqueios internos, de inibições psíquicas e angústias” (HONNETH, 2003, p.273)

É cabível, portanto, encontrarmos as esferas da teoria do reconhecimento durante esses encontros, pois através de uma comunhão de valores e respeito mútuo, existe a efervescência do que é vital para o ser humano. O que é vital para o ser humano, nesse caso, sob a égide da teoria de Honneth, são as satisfações (ou formas de aceitação contrárias ao desrespeito) perante as três esferas: do amor, do direito e da solidariedade.

Quanto à esfera do amor, percebemos a união entre as famílias e o quanto o extensionista procura dar valor à essas relações, pois entende que todos os membros que compõe a família têm seu devido espaço dentro das tomadas de decisões. Na esfera do direito, entendemos que os sujeitos estão presentes e se sentem aptos a ocupar seus lugares de fala, pois deles emerge o autorrespeito: os mesmos se sentem seguros em compartilhar suas ideias por possuírem o que emana do auto-respeito, que entendemos como uma segurança de suas ideias e da dignidade de suas posições. E, para finalizar, compreendemos que para além do compartilhamento de suas ideias, os sujeitos têm confiança de que os demais dão valor ao seu posicionamento, partindo à esfera da solidariedade com o que seja digno de sua auto-estima.

Logo, entendemos que a estima social faz parte da dedicação que se dá a cada membro do grupo, e que a existência desse grupo fortalece não só as ideias que cada um tem, mas principalmente, o ideal de vida boa que é compartilhado por eles. O compartilhamento e o reforço a respeito do ideal de vida boa, culmina com o reconhecimento de suas ações, e em consequência, de sua ação social, pois o respeito garantido pelos demais, auxilia na atuação política do grupo.



## O AUTORRECONHECIMENTO FACE ÀS HISTÓRIAS DOS SUJEITOS

Iniciamos o terceiro capítulo colocando em voga a adequação e a funcionalidade dele dentro da dissertação: iniciamos o aparato prático, no qual as histórias das famílias pesquisadas ficam imersas na ótica relativa ao primeiro capítulo, este que serve de base para nossa análise.

Nesse sentido, vamos retomar as circunstâncias elencadas no primeiro capítulo, a saber, as dimensões da Agroecologia, para conceituar as relações dentro das famílias e com as propriedades em que residem. Para isso, devemos entender que parte do que vamos conceituar é de caráter subjetivo, e que a construção destes conceitos é embasada na observação das famílias pesquisadas. Tais observações ocorreram no período do mestrado, mas também, em oportunidades anteriores, durante visitas esporádicas que ocorriam junto da EMATER municipal.

Relembramos, então, as dimensões da Agroecologia, que são: social, política, econômica, cultural, ética e ecológica, e a partir destas, como elencado, aplicamos um questionário simples e objetivo para compreender como se dão as relações entre os sujeitos das famílias e deles para com a propriedade em que residem e trabalham. Além do questionário, nos utilizamos de diários de campo, fotos e vídeos para posterior análise.

São três as famílias pesquisadas: a família número um, que conta apenas com um casal, os quais vivenciaram a realidade da produção leiteira durante longos anos, mas que agora trabalham com gado de corte e em outras funções na cidade; a família número dois, composta pelo casal e pelo seu filho mais novo; e a família número três, composta pelo casal e seus dois filhos que darão continuidade à produção. Para fins de preservação da identidade dos pesquisados, vamos chamar a família número um de Girassol, a família número dois de Camomila e a número três de Margarida.

Girassol é uma planta heliocóptera, e a família em questão é a que mais se aproxima de características agroecológicas, servindo como referência na comunidade e fora dela, pois detém muita experiência e seguem em busca de novas informações e saberes. Camomila é uma planta muito conhecida no Sul do Brasil e geralmente associada aos seus aspectos medicinais: configuro ela, então, como sendo uma planta pontual, direta e com uma finalidade específica, o que recorda a família número dois. Margarida é a flor do amor, e a terceira família representa isso de forma muito explícita, por isso a denominação. Obviamente que essa é uma simplificação e as famílias detém múltiplas características e são complexas, mas dessa maneira, deixamos mais evidentes uma forma de homenagear cada família, colocando em voga sentimentos que vão além do que há de concreto.

Nos cabe elencar as características principais de cada uma das famílias para dar uma noção do que buscamos e de como as categorias foram surgindo em

decorrência da avaliação subjetiva da pesquisadora. Nesse sentido, temos como base para análise as dimensões agroecológicas, e através delas, vamos encontrando outros significados importantes dentro da pesquisa.

#### 4.1 FAMÍLIA GIRASSOL

Como anteriormente citado, essa família é composta apenas pelo casal: V. e M. os quais têm dois filhos que residem na cidade de Santa Maria. Já acima dos sessenta anos, o casal buscou recentemente mudar a lógica da produção para que tivessem maior liberdade e uma espécie de “aposentadoria”, mudando então o tipo de gado envolvido e indo para a produção de carne. Essa mudança ocorre pelo desgaste proporcionado pela produção leiteira, pois a demanda de esforço e tempo é grandiosa em comparação à pecuária de corte.

Essa família foi uma das escolhidas pela pesquisadora em razão da experiência que tem em relação às tecnologias aplicadas na propriedade, servindo como exemplo para as pessoas da comunidade e também de fora dela. Pesquisadores de outras universidades do Brasil, já solicitaram visitas ao casal para compreender a dinâmica existente na propriedade, e o casal, sempre muito solícito, abre espaço para o diálogo e também para que conheçam sua propriedade.

Nesse sentido, em uma das visitas feitas ao casal, indagamos como foi a experiência com o leite durante todos esses anos e segundo V.

Ficamos 30 anos passando fome com o leite. Nos últimos 5-10 foi que deu uma “virada”, e isso se deve ao uso de tecnologia (Entrevista com V. da família Girassol, em 16/02/2019).

A tecnologia referida pela família, é a que fomenta o nosso trabalho: o Pastoreio Racional Voisin, dentre outras tecnologias que foram emergindo conforme a necessidade do trabalho diário. A família foi uma das primeiras a abraçar a ideia do extensionista R., pois a propriedade é relativamente pequena (possui seis hectares de área útil) e deixá-la em forma de piquetes facilitaria a obtenção de pasto pelas vacas. Na lógica do PRV, e segundo o extensionista, o uso da alimentação concentrada, de origem proteica que é a ração, deve ser dada cada vez em menores quantidades em relação à pastagem, ou seja, existe o respeito quanto à fisiologia dos animais. Esse é um ponto de discordância entre o produtor e R., pois V. acredita que a quantidade de ração recomendada por R. é inferior à verdadeira necessidade dos animais para uma produção de leite abundante.

Nessa lógica, percebemos que a família não acata necessariamente todas as informações trazidas pela EMATER. Com a experiência do casal, eles ponderam o que os técnicos trazem e verificam na prática o que lhes convém. Esse é um exercício

de autonomia, uma das palavras chaves que vamos configurar como relevante em nossas avaliações. Além disso, falam sobre a manipulação de dados tanto da EMATER, quanto da universidade, argumentando que os números que contam nas apresentações e nos trabalhos nem sempre condizem a veracidade dos fatos.

Percebemos que essa família tem bastante experiência e é contestadora: quando há algo que não concordam, de imediato contra-argumentam e vão ao cerne das questões. Nesse viés, percebemos um relativo protagonismo de V., que parece nortear todas as questões relativas à produção. Quando as perguntas são feitas, geralmente quem nos responde é V., mas M. complementa sua fala. Existe uma predominância da cultura patriarcal, como em toda sociedade, porém M., como mulher, não se sente subjugada. Costumam estar lado a lado na produção; M. tem autonomia para trabalhar fora da propriedade e para atuar como deseja na comunidade, a qual é bastante ativa.

A família sempre trabalhou com o leite, porém nem sempre essa produção foi o carro-chefe de suas economias. Anteriormente, por uma questão de conveniência e tradição, V. plantava arroz, mas sempre tiveram vacas para o autoconsumo e pouca quantidade de produção para venda. Com o passar do tempo, perceberam que o leite “pagava” o arroz, e passaram a investir somente na produção leiteira, mas sempre com muita dificuldade devido à falta de investimento em tecnologia. Ao indagarmos sobre o porquê de se plantar arroz, V. comenta que no seu imaginário arroz era o que dava mais dinheiro, pois vinha de uma tradição e de uma região que acreditava nisso. Nesse sentido, entendemos que dentre os nossos pesquisados, existe uma tendência de prosseguir em uma cultura com apelo à tradição, ou seja, eles tendem a implantar ou dar continuidade ao que foi fomentado em seu imaginário em tempos pretéritos.

No caso das outras duas famílias, a cultura em questão é a do leite, a qual foram modificando as estratégias conforme o passar do tempo.

Segundo V., em Santa Maria/RS são poucos os produtores de leite, e em tom de brincadeira, diz que existem “tiradores de leite”, ou seja, poucas são as pessoas que de fato dependem do leite para sua manutenção. Durante longos anos, após se convencer de que o arroz não era viável para eles naquele momento, V. teve como sua profissão a de “leiteiro”, da qual tem muito orgulho. Mas, agora com a pecuária de corte, lhes restam apenas saudade desta profissão. V. diz que, de certa forma, se arrepende de ter feito a transição da pecuária leiteira para a de corte, pois a raça dos animais de corte é menos dócil que as raças do leite, e que a quantidade de dinheiro também é menor.

Para complementar a renda, atualmente V. e M. trabalham também na cidade. V. foi convidado a trabalhar numa cooperativa da cidade, e segundo ele, há uma aptidão e uma vocação para o trabalho conjunto nas cooperativas: desde o princípio, ele acredita nas formas de trabalho coletivo e da conseguinte divisão dos ganhos

e benefícios. Dessa forma, V. e M. sempre tiveram envolvidos com cooperativas, inclusive às primeiras cooperativas de leite da cidade. Nos mostram os documentos e papéis dessa época que passou e nos contam, sempre com humor, como o caminho das cooperativas foi sendo traçado.

Durante as reuniões e saídas de campo da EMATER, a presença de V. é sempre bem vista pois ele sempre tem o que acrescentar graças a sua experiência. É um produtor indispensável quando falamos sobre a cadeia leiteira na cidade, por isso é sempre lembrado e requisitado. Não é nosso objetivo aqui, na presente dissertação, trazer todos os aspectos técnicos e os detalhes da vida de cada família, mas sim, cabe a nós, configurarmos as relações subjetivas entre as famílias com base nas dimensões agroecológicas.

Para isso, vamos nos utilizar de nosso “tipo ideal” para demonstrar como percebemos cada família dentro da transição agroecológica. Cabe ressaltar, que através de questionário objetivo obtivemos respostas que cabem na nossa árvore representativa, e que a posterior análise foi feita com base nos encontros durante a pesquisa, de forma mais qualitativa.

Nesse sentido, iniciamos com a dimensão econômica, na qual contabilizamos as seguintes variáveis: lucro, circuitos curtos e bem-estar com os ganhos. A família em questão não trabalha com circuitos curtos, quando vendiam leite, este era direcionado para empresas de coleta.

Como bem-dito anteriormente, o lucro nos últimos tempos com o uso da tecnologia do PRV foi bem maior do que em todos os demais anos, os quais são lembrados como tempos difíceis. Quando indagados no questionário objetivo sobre a satisfação com o lucro, todas as famílias responderam com sinal positivo, e a família Girassol não foi diferente: assumem que estão felizes com seus bens nos últimos tempos, e dedicam esse sucesso ao acompanhamento da EMATER.

Atualmente, a família tem maquinário, uma bela casa, trabalham com o gado de corte (mas ainda com a mesma tecnologia) e dizem que trabalhar com o leite era, sem sombras de dúvidas, mais rentável. Acontece que para uma melhoria de vida, a necessidade de se distanciar do leite foi uma das saídas para se sentirem mais livres. O casal hoje, tem maior autonomia, podem trabalhar na cidade, tem domínio de seu tempo e parecem satisfeitos com o que construíram durante todos esses anos.

A mudança do gado foi necessária visto que a família não tem um sucessor, aliás, no questionário objetivo o casal se antagonizou nessa questão: um deles respondeu que terão sucessão e o outro disse que não. Acreditamos que essa divergência aconteça em relação à esperança de que algum dos filhos volte à propriedade para a reprodução social da família; inclusive na hora de responder os questionários, dona M. pergunta a V. qual será a resposta dele, e ambos riem da dúvida sobre a questão. Nesse sentido, a questão da reprodução social da família se encontra ambígua, e nesse

caso, a nossa resolução dentro das categorias do tipo ideal é a de que acreditamos que esta família, infelizmente, não tem certeza sobre a continuação de sua produção.

Em suma, notamos que o casal está satisfeito com a sua atual vida, que gostam de seu espaço na propriedade e que encontram felicidade com as pequenas coisas diárias que lhes acontecem, como uma visita ou com a possibilidade de criar algumas ovelhas. Relembra o passado sempre com um sentimento dúbio, pois sem tecnologia viviam de um modo mais humilde e com algum sofrimento, mas também têm orgulho de realizações como a de terem a melhor vaca da região e que inclusive ganhou prêmios. Entendemos que são uma família feliz e que são gratos ao acompanhamento do extensionista R.

No aspecto social, temos como aporte de análise as condições de: equidade, escolaridade, oportunidades, reprodução social (essa também ligada, no nosso entendimento, ao aspecto econômico) e a questão de gênero.

Quanto à escolaridade, o casal possui o ensino fundamental, mas nesse sentido, entendemos que a vivência social de ambos categoriza um tipo de saber diferenciado. V. atua e sempre atuou em cooperativas, com a chefia e organização destas, sendo defensor de um estilo de trabalho conjunto e que traga benefícios locais. Ele nos conta que sempre teve a consciência de que o trabalho cooperado é importante para o desenvolvimento econômico regional e também no aspecto do trabalho compartilhado, pois dessa forma as ideias fluem e lidar com as diferenças passa a ser mais natural.

Definindo a categoria “equidade” temos que é: “consideração em relação ao direito de cada um independentemente da lei positiva, levando em conta o que se considera justo ou disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um”<sup>4</sup>; logo colocamos em questão o sentido de justiça da família e o olhar que eles detém a respeito do próximo. Acreditamos que essa categoria talvez seja a mais complicada de visualizar, visto que depende de subjetividades e que transcendem a averiguação em pouco tempo de convívio durante a pesquisa.

Apesar disso, acreditamos que o senso de equidade desta família em específico é aguçado: percebemos nas falas de V. durante um encontro no dia nove de outubro de 2018, que este é sempre indagado em relação às suas opiniões, as quais são relevantes para um andamento mais maduro do grupo. A reunião do dia nove de outubro de 2018 foi feita na casa da família Margarida e teve como objetivo a entrega, por parte da prefeitura, de máquinas para o plantio de mudas de pastagens. Nesse momento pudemos observar como as pessoas agem quando em grupo, e nesse sentido, a opinião de V. reflete um senso de justiça e de organização bastante contundente. Ele avalia onde seria o melhor local para as máquinas, opina sobre fazer um caixa de dinheiro para a manutenção, etc. Mesmo V. não usando as máquinas, seu ponto de vista interessa a todos em razão de seu bom senso e noção de justiça.

<sup>4</sup> — Definição de dicionário Michaelis On Line, em: <https://tinyurl.com/y6opnmt0>



Quanto à categoria de gênero, acreditamos que o casal compartilha os afazeres da propriedade e dona M. participa das tomadas de decisão quanto à propriedade. Percebemos isso porque durante as conversas, dona M. sempre está disposta a dialogar e que V. respeita seu momento de fala. Além disso, dona M. sabe dos detalhes da produção, relembra datas, ou seja, não percebemos nenhum viés de opressão.

Partimos agora para a análise do viés ecológico, nas quais as categorias analisadas são: dinâmica natural, preservação e a capacidade da manutenção da propriedade estar livre de insumos provindos de fora.

Entendemos que a família respeita a dinâmica da natureza, não somente pelo tipo de tecnologia usada, a qual beneficia preservação do pasto já existente, mas também, em relação à manutenção de áreas verdes, da nascente e dos locais onde tem água na propriedade (próximo aos piquetes). É interessante comentar, que nos últimos tempos, existe muito barulho nos piquetes em razão de uma propriedade vizinha que tem um britador, e que isso gera desconforto no sentido da poluição auditiva e também porque a família se preocupa com a manutenção do que é natural.

A família se utiliza de insumos provindos de fora: ração e outros insumos nutricionais para os animais. V. afirma categoricamente que acredita que um reforço na alimentação dos animais é necessária, e que existe manipulação dos dados quando dizem o contrário. Nesse parâmetro, as três famílias usam produtos provindos de fora da propriedade, o que na nossa visão agroecológica, deve ser aos poucos sendo diminuído até que não haja essa necessidade. Para esse trabalho, a conscientização de um pensamento mais sustentável seria importante para um passo inicial.

Em razão de uma conscientização, entendemos que a dimensão política deve ser analisada e compreendida nos seguintes termos: a existência ou não de processos participativos e democráticos, representatividade, o empoderamento, protagonismo, auto-estima e cidadania.

Nesse sentido, entendemos como pontos positivos a vontade de organização coletiva, por meio de cooperativas, de V. e M. Nesse aspecto, a família sempre busca articular ações democráticas, quando em grupos. Percebemos isso, como falamos anteriormente, na reunião de entrega do maquinário pela prefeitura. As demais questões avaliadas coletivamente vão ser melhor elucidadas no próximo capítulo.

O empoderamento e a auto-estima, entendemos que são relações também criadas no coletivo e terão como substrato a teoria do reconhecimento, também no próximo capítulo. Por mais que tenhamos uma ideia de que são situações individuais, vimos no capítulo dois a ligação entre auto-estima, auto-respeito e em consequência disso, a do empoderamento. São situações correlacionadas, posto que dependemos de nossas relações: consciente ou inconscientemente precisamos da aprovação de outrem.

Quanto à cidadania e à representatividade, a pergunta a respeito de ser filiado



a algum partido foi negativa para todos os membros das três famílias. Não estar filiado a algum partido não significa que não tenham ou não se sintam representados, e nesse sentido, indagamos sobre a participação do casal na comunidade. A resposta foi positiva: atuam na comunidade a qual fazem parte e são assíduos em festas, reuniões e demais atividades coletivas da região.

Entendemos então, que são respeitados dentro da comunidade, pois notamos o quanto participar da festa da padroeira é importante para dona M., a qual sempre auxilia nas atividades de organização. Inclusive R., o extensionista, é convidado e faz questão de comparecer todos os anos. Faz parte do protagonismo deles ter voz dentro da comunidade, e em consequência, se sentem aceitos e isso lhes traz satisfação.

No aspecto cultural, nossa categoria avaliada é a do respeito à cultura local. Essa questão é extremamente complexa, pois a cultura apresenta aspectos positivos, mas também negativos, não entrando necessariamente no quesito de juízo de valor. Quando analisamos que “a sociedade é machista”, por exemplo, entendemos que a cultura dá subsídios para tal. Logo, torna-se culturalmente aceito atos que menosprezam mulheres e a figura feminina como um todo. A cultura, então, apresenta variantes linguísticas que apontam:

Por “substantivo”, entendemos o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular. Por “epistemológico” nos referimos à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a “cultura” é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo (HALL, 1997; p.16).

Logo, a cultura tanto demonstra análises no sentido prático, como avaliações do contexto, de subsídios dentro das relações entre seres humanos, quanto no modo como formulamos as questões e as entendemos individual e coletivamente. Quando colocamos como categoria o “respeito à cultura local”, pensamos o quão localizada está essa cultura já que por meio das tecnologias de informação, que possibilitam uma interconexão global, não se tem mais uma identidade “objetiva” (DU GAY, 1994 apud HALL, 1997), mas sim, uma sociedade dicotomizada entre sua objetividade e sua relação com o mundo.

Assim sendo, vamos compreender o “respeito à cultura local” como situações que não são (ou não estão ficando) homogêneas (HALL, 1997). Para isso, perguntamos: o que as famílias em questão fazem e perpetuam nas suas histórias que não são de caráter homogêneo, ou melhor, que transcendem o que vemos diariamente como as regras e padrões ocidentais?

Com essa definição, vemos a dedicação que dona M. tem pela sua horta de chás e especiarias, enquanto a indústria farmacêutica bate à porta de boa parte de nossa população, ela procura sempre soluções que perpassam o aspecto cartesiano

com que são tratadas as enfermidades. O casal respeita e honra sua história: passado e futuro se encontram enquanto relembram da importância de seus antepassados. É interessante ressaltar que, na análise de todas as famílias, o que é considerado cultural ou tradicional tem pinceladas de “modernidade”. Estes procuram facilmente repassar antigas orações e simpatias (passado) por meio de aplicativos (presente/futuro), assim como previsões do tempo e, no caso de V., a influência decisiva da Lua na sexagem dos bezerros durante a inseminação artificial.

Logo, acreditamos que existe respeito à cultura local, porém, esta é repleta das influências presentes e futuras. O modo com que levam a vida tem sido afetado pelas situações contemporâneas, tornando-os conectados e imersos nas noções e discussões que pautam conversas urbanas e globais.

A partir da visão da cultura, partimos para a abordagem ética, na qual temos como categorias a solidariedade, o futuro e a responsabilidade individual. Como solidariedade, entendemos que essa nos traz a ideia de um sentimento mútuo, no qual um indivíduo possui obrigações sociais para com a sua comunidade. Nesse sentido, recordamos os conceitos de Émile Durkheim, o qual trabalha com os conceitos de solidariedade orgânica e mecânica já discutidas no presente trabalho.

Assim, quando usamos Durkheim como referência, fica relativamente mais palpável entendermos o papel da família nesse contexto. Nesse caso, caímos no sentido da solidariedade orgânica, na qual as relações da divisão do trabalho social são primordiais para a análise e compreensão do conceito. Disso deriva a ideia da dependência do trabalho de outrem para o bom funcionamento da sociedade, ou melhor, para a existência de nossa atual sociedade. Com isso, aumentamos nosso escopo de análise de comunidade para um sentido global, da divisão do trabalho internacional. Logo, se pensamos em solidariedade orgânica, é fato que a família faz parte e trabalha no contexto do conceito.

Porém, quando enxugamos a palavra no seu sentido estrito, a análise fica mais complexa, pois percebemos aí um senso de cuidado para com o próximo, uma responsabilidade contida no modo de ver o outro. A partir disso, podemos ter uma noção do modo com que a família atua quando pensamos no tratamento em que tivemos em sua casa: sempre dispostos a auxiliar da maneira que podem, respondendo perguntas, dividindo lanches e almoços. Além disso, a relação construída nos últimos anos com o extensionista e a EMATER como um todo, demonstra circunstâncias de auxílio mútuo entre a família, pesquisadores, extensionistas, alunos e demais visitantes.

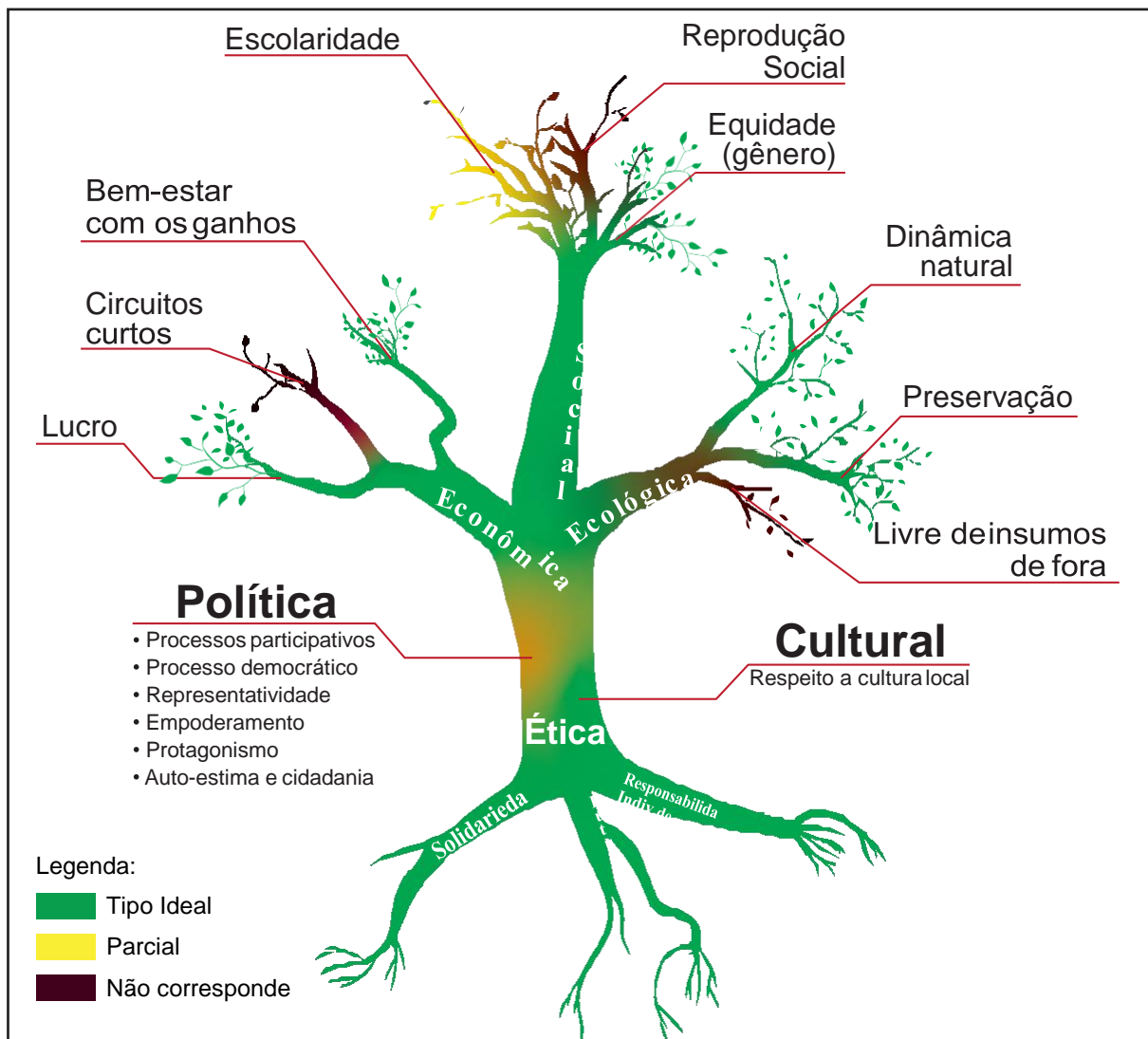
Atrelada à ideia da solidariedade, está a responsabilidade individual e o pensamento sobre o futuro. Na ética ambiental, o pensamento é sempre voltado à essas duas questões primordiais: o futuro das gerações e a responsabilidade que detemos em razão do bom ou mau uso dos recursos naturais. Quanto a isso, a família busca, assim como as demais, o plantio de mais árvores em detrimento do

desmatamento; o cuidado com as nascentes e demais situações que elencamos no aspecto ecológico.

A família tem consciência de que tem responsabilidade quanto ao meio ambiente e por esse motivo responderam afirmativamente sobre a opção de se manterem no meio rural, da preservação da mata e do campo nativo e eles notam a existência de animais silvestres. Além disso, V. e M. dizem que não aprovam o uso de agrotóxicos e demais venenos, e tampouco tomam remédios, somente em casos de muita necessidade.

Assim sendo, entendemos que a família tem vontade de permanecer de forma mais natural possível, vivenciando as transformações da natureza em plena harmonia. São uma família extremamente respeitada em seu meio, suas opiniões são relevantes e além do bom humor, trazem consigo o ideário da preservação e da responsabilidade ambiental. Por esse motivo, escolhemos esses sujeitos para expressarem o que queremos demonstrar no presente trabalho: a força de vontade de crescer economicamente, mas sem passar por cima de seus ideais éticos, de respeito ao meio ambiente e de ações solidárias.

Figura 3 - Árvore representativa da família Girassol.



Fonte: da autora.

## 4.2 FAMÍLIA CAMOMILA

Essa família é composta pelo casal E. e B. e seu filho S. A saga do casal é semelhante à da família Girassol: batalharam durante anos na produção leiteira, e apenas nos últimos tempos é que vem se utilizando da tecnologia do PRV, do uso da homeopatia e perseverado economicamente. Além da melhoria do aspecto econômico, a família também é referência para a comunidade, principalmente no que tange à UFSM, visto que a propriedade é em Pains, localizada bem próximo à universidade.

Durante muitos anos, a família dependia muito da silagem, da plantação da mandioca e da ração para o alimento do gado. B. lembra dessa época como um “castigo”, um tempo de muito trabalho intenso e pouco retorno financeiro. Isso se tornou pauta novamente quando o filho mais novo do casal, S., resolveu desistir do curso técnico que fazia na universidade para ficar na propriedade. Sua mãe, dona B.,

nos relata:

Esse menino quase me matou. Eu achava que ele tinha um futuro promissor no técnico, porque sempre foi tão inteligente... Então, eu não queria que ele ficasse aqui para sofrer como a gente sofreu durante todos esses anos, né? Ficar colhendo mandioca, acabando com a saúde, fazendo silagem, sofrendo mesmo. Eu não queria isso para o meu filho e quase tive um ataque do coração quando ele desistiu do técnico e disse que iria ficar aqui (B. em entrevista no dia 25/03/2019).

Percebemos que S. não tinha nenhum incentivo para permanecer na propriedade, pois seus pais tiveram experiências penosas e gostariam que ele tivesse um futuro diferente, assim como seus irmãos. Quando indagado, S. revela que o estopim para ficar na propriedade foi quando um professor do técnico disse que não era fácil conseguir emprego naquela área. Seu curso era de mecânica, e assim como todas as profissões, a dedicação deveria ser grande para se conseguir o almejado emprego. Então, S., que gostava de morar no campo e de trabalhar com as vacas, pensou na possibilidade de dar continuidade à produção leiteira, já que seus pais tinham terras e animais (são quarenta hectares de área útil), e que se ele não ficasse na propriedade, muito provavelmente tudo seria vendido e a tradição da família com o leite estaria se acabando.

S. considera como muito importante a assinatura da revista “Leite Branco” e das palestras e saídas de campo da EMATER para a sua permanência na propriedade. Com essas situações, ele viu possibilidades que antes não conseguia ver, passou a ter acesso à internet e às pesquisas sobre outras propriedades leiteiras, começando a participar mais assiduamente da rotina dos extensionistas da EMATER. Com a chegada do extensionista R., a ideia de S. se tornou concreta, e com o auxílio do mesmo, começaram a implantar o PRV na propriedade, a reorganizar a esterqueira já existente, a diminuir o uso da silagem<sup>2</sup> e dos concentrados, e sucessivamente foi trocando o que eles chamam de “sistema antigo”, que segundo a família, era inviável naquele momento pelo desgaste físico e mental.

Entendemos então, que o estímulo provindo das mídias associado de saídas de campo e do extensionista da EMATER foram fundamentais para a decisão de S. de permanecer e dar continuidade à produção, desde que usando uma tecnologia mais rentável e sustentável. A “saída de campo” é uma técnica muito difundida durante a década de 1970, na qual o embasamento teórico era guiado pelo behaviorismo, ou seja, por um viés comportamentalista de origem na psicologia social.

Dentro dessa concepção, Schneider (1997) nos traz como, naquela época, funcionavam as estratégias de atuação

<sup>2</sup>—Silagem é uma forma de armazenamento da forragem, a qual é preservada através da fermentação láctica da matéria vegetal. É utilizada como meio de conservação do alimento verde para épocas de escassez de pasto. Mais em: <https://tecnologianocampo.com.br/silagem/>

Esta perspectiva concentrava seus trabalhos em três áreas diferentes. A primeira abordava as características psicossociais, os grupos de influência externa, o papel da mídia e dos meios de comunicação, que influenciavam os agricultores que adotassem novas práticas agrícolas (Wilkening, 1958; Rogers, 1962). O segundo grupo analisava as orientações valorativas dos agricultores, explorando aspectos sociais e psicológicos (Fliegel, 1959). A última área estudava as aspirações educacionais e ocupacionais dos indivíduos que deixavam a atividade agrícola. (SCHNEIDER, 1997; p.232)

Nesse viés, percebemos que a família em questão possui características bem marcantes de uma visão difusionista. S. teve uma influência direta de periódicos da revista “Leite Branco” e das saídas de campo que são rotina de uma ação extensionista de instituições públicas e/ou privadas ainda nos dias atuais. Acreditamos que a visão comportamentalista esteja, de certa forma, superada no sentido teórico, porém, isso não significa que não seja utilizada por instituições.

Neste tocante, trabalhar atualmente com algumas instituições de assistência técnica e extensão rural, é tarefa complexa para o profissional das áreas das humanas e das rurais. Quando indagamos R. sobre sua visão de metodologias por ele aplicadas, nos diz que suas técnicas são um misto de várias visões: admira muito as ideias dialógicas de Paulo Freire, tenta sempre ter um olhar agroecológico, mas entende que a instituição tem várias posturas behavioristas. Nisso, entendemos que é difícil se distanciar dessa visão que é considerada superada, no contexto da pesquisa em extensão rural, pois as instituições ainda se concentram muito nas metas, na lucratividade e nos números.

Por mais que o sujeito extensionista tenha a intenção de se utilizar de metodologias de caráter mais participativo e/ou de uma educação popular, a EMATER, como instituição tradicional, ainda opera conforme o comportamentalismo em algumas situações. Como exemplos, temos as saídas de campo, as chamadas propriedades “modelo”, que têm o intuito de divulgar a tecnologia aplicada para aumentar a lucratividade regional, e demais técnicas pragmáticas que lembram a necessidade da adesão tecnológica pelos assistidos.

Nota-se que o extensionista R. tem consciência de que a instituição (e ele também, como trabalhador) está em constante contradição em relação às ações e o pensamento contemporâneo da extensão rural. A reflexão a ser feita aqui, é a de que essa família, em especial, representa um modelo ideal de aplicação de uma nova tecnologia, assim como se fazia na década de 1970 com o intuito único da adoção. Mas, o que faz com que essa visão com uma base mais comportamentalista da psicologia social seja, na verdade, considerada antiquada no contexto da pesquisa em extensão rural?

Na perspectiva da intitulada “revolução verde”, percebemos não somente o erro crasso no uso palavra “revolução”, posto que nada tem de revolucionário no



sentido estrito, mas sim, de retrocesso, do uso de metodologias difusionistas com o único propósito de adoção e de “ensino bancário”<sup>3</sup> aos agricultores. Com essas consequências, o projeto da “modernização conservadora” no Brasil estaria articulado com métodos de atuação frente ao agricultor, com o intuito de convencimento para garantia de tecnologia. Nesse sentido, o objetivo era o de “catequizar” o maior número de agricultores para que adquirissem insumos, sementes modificadas, agrotóxicos, utilizando-se de suas economias ou na base de empréstimos (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Este modelo é um dos responsáveis por grandiosos problemas, como a “concentração de terras, o êxodo rural, a baixa escolaridade no campo, a redução da biodiversidade, a poluição, a contaminação dos alimentos, a exclusão social, e o empobrecimento no meio rural.” (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Para melhor contextualizar, devemos também entender as propostas mais recentes sobre a conceituação de novas políticas dentro da Extensão Rural. Caporal e Ramos (2006) defendem um novo serviço de assistência técnica e extensão rural que fomentem metodologias participativas e cada vez mais democráticas. Além da proposta mais progressista, a orientação é a de apelar para métodos mais sustentáveis e de caráter agroecológico. Nessa perspectiva, os autores comentam sobre as necessidades atuais das instituições e profissionais:

Esse chamamento vem acompanhado de um conjunto de orientações que visam qualificar os serviços de Ater [assistência técnica e extensão rural], assim como a intervenção dos extensionistas, de modo que atendam aos interesses e necessidades da sociedade da nossa época. Ou seja, à Extensão Rural brasileira pede-se que contribua para o enfrentamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas (Caporal; Ramos, 2006; p. 01)

Dentro dessa proposta, percebemos que a agenda política da época permitia avanços no sentido da preservação do meio ambiente e de momentos de maior equidade dentro dos setores do campo. Para isso, um novo modelo de extensão rural estava sendo estudado e proposto, e nesse intento, ainda Caporal e Ramos (2006) dizem:

De acordo com a Pnater [Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural], a Extensão Rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a Pnater sugere que se melhorem os processos de gestão social. Estabelece ainda que a nova Ater é um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Essa Extensão

<sup>3</sup> Expressão com referência em Paulo Freire (1997), sobre uma educação voltada somente a “encher” o educando de conteúdo narrado pelo educador, que nada dialoga com sua realidade.

Rural deve contribuir para uma melhor relação entre o urbano e o rural, para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos (Caporal; Ramos, 2006; p. 03)

Logo, o modelo atual e buscado por extensionistas e pesquisadores entra em divergência com o utilizado por parte das instituições. Muitas destas instituições, e no presente caso a EMATER, atuam em uma perspectiva ainda do convencimento e do acesso através do que melhor flexibiliza os assistidos. Ou seja, as metodologias usadas como rotina prosseguem sendo as mesmas desde a década de 1970. No nosso caso, em específico, o extensionista tem plena noção da postura progressista a qual tenta seguir, porém, ainda fica preso às barreiras institucionais.

Nesse contexto, entendemos que um dos maiores empecilhos para que as propriedades adquiram maiores características agroecológicas é a postura das instituições consideradas clássicas no contexto da extensão rural. O que isso significa na realidade de nossos pesquisados? Significa que a postura de uma formação social, política, democrática e participativa é colocada em risco em detrimento de uma necessidade de desenvolvimento, a qual é embasada apenas no crescimento econômico.

Logo, o exemplo da família Camomila é guiado por uma percepção que deve ser repensada pelas instituições. Entendemos que as medidas difusionistas tiveram uma consequência benéfica nesse caso, porém, desconhecemos em que medida tecnologias não agroecológicas têm sido aplicadas pelas mesmas instituições com cunho na psicologia comportamental.

Independente da postura política atual, políticas públicas com enfoque em estudos embasados em pesquisas na área de extensão rural são fundamentais para o andamento da agricultura familiar e camponesa. Assim sendo, entendemos que a necessidade de agriculturas de caráter agroecológico são fundamentais no que tange ao futuro das próximas gerações. É imprescindível uma mudança de consciência ambiental, e a análise dos conceitos agroecológicos para a diferenciação e manutenção dos agricultores familiares.

Assim sendo, vamos conceituar de forma mais sumária nossas categorias de análise, já que entendemos e diferenciamos o perfil desta família. Logo, vamos falar brevemente sobre como as categorias aparecem, auxiliado principalmente de nosso modelo ilustrativo.

No aspecto econômico, a família é bem-sucedida. Estão felizes com o lucro, mas não trabalham com circuitos curtos. Porém, uma característica fundamental se mescla com o sentido social: Dona B. diz não saber dos lucros, que não acompanha o funcionamento da propriedade e que sua renda provém de sua aposentadoria.

Isso decai diretamente na nossa análise de gênero, no aspecto social. Dona B. é a única mulher que ainda reside na propriedade (o casal tem mais um filho e uma

filha que moram fora) e percebemos que ela não participa da rotina de trabalho. Temos duas justificativas: ela se sente negligenciada pelos homens da família, ou ela, por opção própria, decidiu não estar dividindo os momentos de trabalho com os homens. Pela fala de Dona B., entendemos que parece um misto das duas explicações, pois percebemos um certo ressentimento quando ela disse não fazer ideia dos lucros e não saber se se sente feliz com os ganhos.

Junto a essa explicação, podemos dizer que Dona B. tem liberdade de dizer o que sente, conversa normalmente e relembra o passado de muito trabalho. Porém, entendemos que a questão do trabalho, nesse caso, é dificultada pela noção patriarcal. Aqui também colocamos o fator tempo, pois é sabido que no sentido da divisão sexual do trabalho, as mulheres passam a estudar a questão da jornada dupla (uma fora de casa e outra dentro de casa, com os afazeres domésticos) na França, por volta da década de 1970 (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Anterior ao estudo de gênero na área das ciências sociais, as explicações quanto à divisão sexual do trabalho eram delegadas aos aspectos biológicos, justificando a força e a manutenção de estruturas que hoje não fazem sentido, como por exemplo, a incumbência da criação dos filhos somente pelas mulheres. Hoje, entendemos que as obrigações sociais, tanto dos homens quanto das mulheres, são construções sociais atreladas à cultura e à tradição (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Apesar de hoje termos essas noções, na prática ainda é corriqueiro a divisão explícita do trabalho da mulher e do homem, sendo o trabalho masculino o que traz a renda para a família, e o feminino, o que cuida da casa (e que geralmente não é visto como um trabalho). Disso decorre a representatividade, a auto-estima e a cidadania das mulheres, categorias que encontramos na nossa análise do aspecto político.

Logo, podemos delinear todas as categorias estudadas neste capítulo confrontando os gêneros, já que tal situação nos toca e as respostas diferem conforme os representantes da família. Assim sendo, vamos fazer um apanhado das categorias, e não discorrer sobre cada uma especificamente.

Dentro do aspecto social, além do gênero, colocamos as variáveis de escolaridade e reprodução social. Dona B. tem menor escolaridade do que E. e S., sendo S. tendo a maior entre os dois. Quanto à reprodução social, essa família é sempre lembrada pelo fato de S. ter permanecido, ainda jovem, na propriedade. Porém, a filha do casal se ausentou da propriedade, ou seja, como mulher acreditou que teria maiores oportunidades fora do ambiente familiar.

No aspecto ecológico, percebemos o quanto dona B. é dedicada ao que lhe cabe na propriedade: o cultivo de nozes, de ervas medicinais e flores. A família, no geral, respeita a dinâmica da natureza e tendem a preservar o que já existe na propriedade. Eles possuem uma esterqueira, cujo produto serve para adubar as pastagens. Plantam árvores nos piquetes, porém ainda trabalham com insumos provindos de fora e não

perderam o hábito de fazer silagem.

Quanto ao aspecto político, como anteriormente dito, entendemos que dona B. fica à mercê de certos aspectos da representatividade. Como elencadas as categorias no esquema, encontramos uma significação que resume o que queremos colocar como importante, em Mezzaroba (2008), lemos que:

A concepção de democracia passou a partir de então a estar diretamente associada ao conceito de liberdade. Esta liberdade — concebida fundamentalmente como forma de participação ativa do sujeito na formação da vontade coletiva. A ideia da submissão do indivíduo à autoridade do Estado ficou para os livros de história, pela nova ordem das coisas o indivíduo passou, então, a ter a liberdade em participar efetivamente da vida política (MEZZAROBA, 2008, p.42)

Nesse sentido, entendemos o quanto a participação na política se tornou mais concreta, ainda mais nos últimos anos. Como falado anteriormente, participamos de um grupo de conversas em um aplicativo, no qual os protagonistas são nossos sujeitos e outros mais do intitulado “Grupo Leite”. Durante a época eleitoral, percebemos a participação de E., colocando em voga a sua opinião e posicionamento político. O ano de 2018 foi bastante intenso no que tange a política brasileira: tivemos uma imensa adesão e participação no cenário político, nunca antes tantas pessoas opinaram e divulgaram seus pontos de vista, através das redes sociais e em conversas informais.

No nosso contexto, afirmamos que nossos sujeitos têm interesse no sentido da política partidária, porém, quando indagamos se fazem parte de um partido político, todas as nossas respostas foram negativas. Como definido anteriormente, a política não se resume à polarização das discussões e tampouco aos partidos políticos e nesse intento, foi necessária uma articulação política, por parte do grupo, para que conquistassem (junto da EMATER) maquinário para auxílio das plantações de pasto. Através de ações locais, o grupo tem acesso direto à representantes da prefeitura, os quais sempre participam das saídas de campo. Assim sendo, é comum notar o quanto os nossos sujeitos são reconhecidos por autoridades, e que é graças ao engajamento e a participação deles juntamente com a EMATER que obtiveram algumas conquistas.

Logo, a construção do grupo dá maior peso para as decisões políticas, as quais podem ser mais localizadas e que atendam as reais necessidades dos indivíduos. Estando em um grupo mais organizado, os sujeitos conseguem maior visibilidade, e isso influi diretamente no empoderamento enquanto grupo, ao protagonismo de cada um dos participantes e ao aumento de suas autoestimas.

Na categoria de “respeito à cultura local”, analisamos o quanto é importante para a família a sua trajetória com o leite: mesmo S. não tendo participado dos tempos pretéritos, ele nos conta as histórias das famílias materna e paterna com muito

respeito e orgulho por ainda se manterem com a produção do leite. A família sempre foi moradora da região de Santa Maria, então a história da cidade se mescla com a da família, colocando em voga como viviam os agricultores familiares naquela época. Eles têm muito respeito à cultura local e mantêm hábitos relativos ao uso de plantas medicinais, do carinho para com os animais e da própria cultura leiteira.

Quanto ao aspecto ético, temos as categorias de solidariedade, futuro e responsabilidade individual. A solidariedade no seu sentido estrito, é evidenciada nesta família em prol de suas relações com as pessoas que visitam a propriedade: são sempre atenciosos e compreendem que entre visitantes e família existe uma troca, a qual é vislumbrada através de atitudes de carinho e respeito. A família acolhe e é simpática com alunos, professores, outros agricultores, mesmo que tenham que repetir por muitas vezes a sua história, eles prosseguem sendo pacientes e cultivam a humildade.

No aspecto de futuro, temos que a família enxerga na pessoa de S. uma fonte de vitalidade para a propriedade, já que ele sendo jovem resolveu permanecer na propriedade. Essa pauta é comumente pesquisada por pessoas da universidade como também explorada pela EMATER: S. é um exemplo de jovem que “deu certo” ficando na propriedade, e usam essa a ideia como suporte para teorias que relacionam a continuidade da produção no que tange à reprodução social da família. Cabe ressaltar o que dona B. fala a respeito disso

Quando S. decidiu ficar mesmo em casa, eu disse pro E. que ele tinha que emancipar esse guri, deixar ele livre pra fazer o que quisesse com as vacas sem que ele ficar palpitando. E foi a melhor coisa que fiz (B. em entrevista no dia 25/03/2019)

Logo, a viabilidade da produção mais ecológica feita na propriedade hoje se deve, entre outras possibilidades, à consciência dos pais de S. que deram liberdade para que ele pudesse ter suas ideias e aplicar no que era da família. Nota-se que o papel de dona B. é bastante decisivo, pois como anteriormente colocado, ela queira um melhor futuro para seu filho, e que para ela, deveria ser fora de casa. Então, essa exigência da parte dela de deixá-lo livre, fez com que ocorressem mudanças fundamentais para o andamento de uma percepção mais rentável e ecológica.

Quanto ao futuro das próximas gerações, entendemos que S., principalmente, tem uma ideia mais concreta da preservação. Além de buscar em sua própria propriedade ações que derivam em menos resíduos, S. é entusiasta da homeopatia, a qual não é danosa do ponto de vista de resíduos, pois não devolve ao meio ambiente antibióticos, hormônios e outros agentes químicos, além de tornar o leite livre desses componentes.

Entendemos então, que S. tem uma consciência ecológica, a qual deriva ideias de um futuro mais amistoso e porvindouro para as próximas gerações. Além de ter

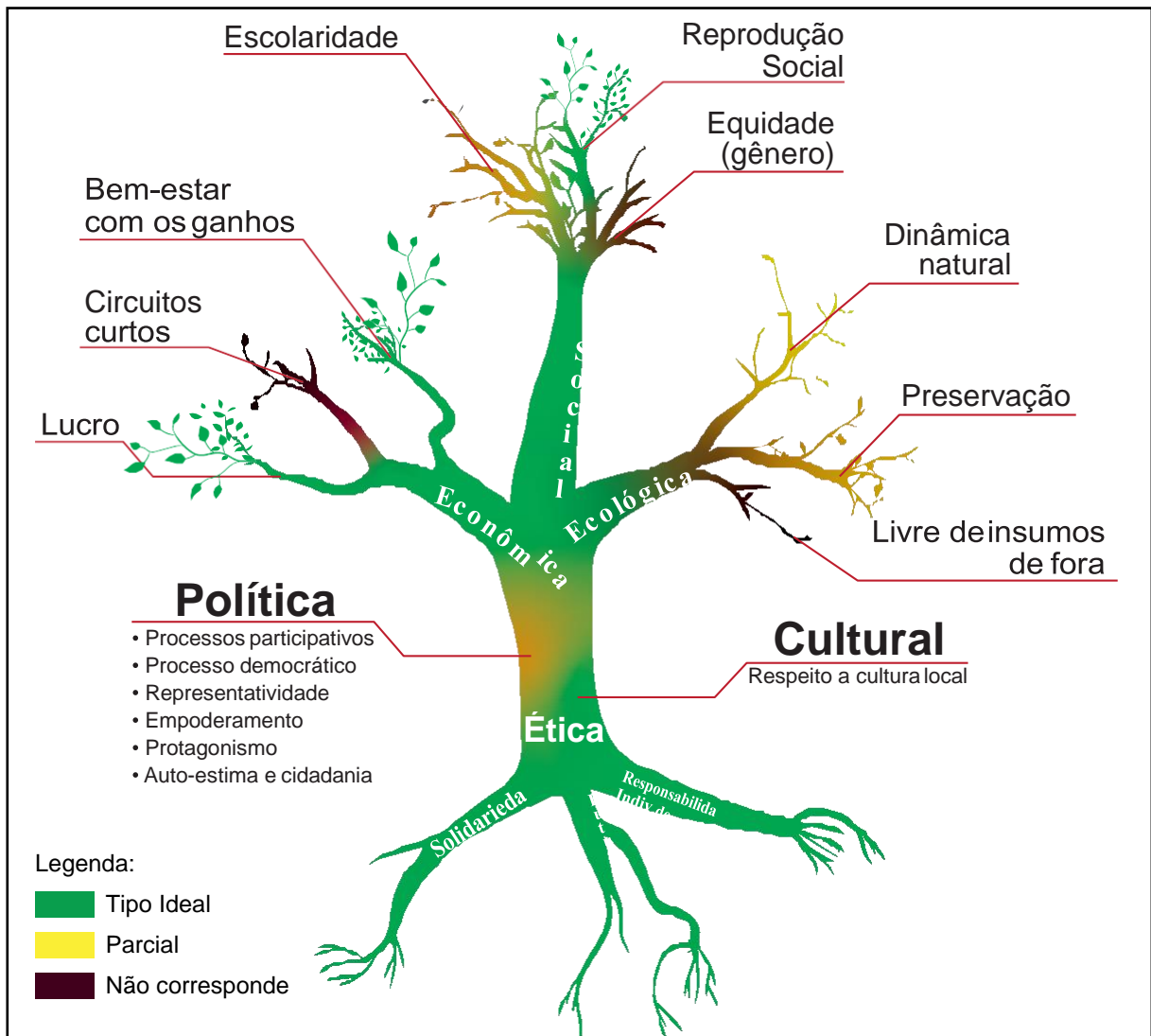
essa consciência, ele busca fazer atividades cada vez mais sustentáveis, evitando ao máximo decisões mais drásticas de medicar os animais com alopáticos, de trazer agrotóxicos nas pastagens, de usar insumos que não venham da esterqueira para as pastagens etc. Nesse intento, S. é um exemplo não só quanto à reprodução social, mas também um modelo para os jovens que visitam a propriedade que conseguem vislumbrar outras opções de produção.

Nesse sentido, a responsabilidade individual passa a coincidir com a perspectiva de futuro, já que a família compreende que têm encargos para com as gerações futuras. Esses encargos também são para com as gerações presentes, pois mostram opções viáveis e exitosas do uso de uma tecnologia mais limpa e responsável. A

A família, como um todo, é de fato um exemplo importante a ser usado como estratégia de propagação da tecnologia. Compreendemos, portanto, que apesar dos pormenores das relações, a família carrega em si uma linda história de comprometimento, amor e abnegação pelo fato de sempre servirem, aos seus modos, a comunidade.



Figura 4 - Árvore representativa da família Camomila.



Fonte: da autora.

### 4.3 FAMÍLIA MARGARIDA

Essa é a nossa família mais numerosa, composta do casal, L. e O. e dos filhos gêmeos G1 e G2. Residem próximo ao município de São Pedro, mas ainda com jurisdição de Santa Maria, possuindo 73 hectares de área útil.

Assim como as demais, o histórico com a produção leiteira é longo, porém, até uns três anos atrás, a família ainda cultivava soja e foi gradativamente mudando para a pecuária leiteira. Essa modificação se deu por três motivos principais: o incômodo proporcionado pela soja no que diz respeito às dívidas e a utilização massiva de agrotóxicos, a aptidão dos “meninos” para com o leite e a consequente decisão dos mesmos permanecerem na propriedade caso L. resolvesse parar definitivamente com o cultivo da soja.

Nesse intento, a família trabalha com a proposta da permanência dos jovens na

propriedade para a continuidade da produção e para a reprodução social da família. G1 tem maior afinidade com os animais e com o trabalho no campo, enquanto G2 tem um enfoque na administração e gestão da propriedade, organizando os gastos e investimentos em tabelas, também os nascimentos, inseminação, datas relevantes, empréstimos e pagamentos. L. e O. concederam certa autonomia aos filhos em relação à propriedade: quando os meninos decidem algo juntos, os pais apoiam. Nesse sentido, alguns empréstimos já foram previamente quitados e eles não possuem mais dívidas, o que traz maior liberdade e conforto para a família.

A escolha pelo nome “Margarida” e a analogia com o sentimento de amor faz muito sentido na observação destes sujeitos: a família é muito unida, fazem todas as atividades cotidianas juntos e percebemos que todos os membros possuem voz no sentido de opinião. Além disso, o tratamento dado aos animais, não só às vacas, mas também aos animais de companhia, é com extremo zelo e atenção. Logo, essa propriedade juntamente com os sujeitos, demonstra uma relação intensa entre situações mais subjetivas que culminam com um êxito produtivo.

Dentro de nosso escopo de análise agroecológico, a família possui características que podem ser encaradas como a favor de um modo mais sustentável de produção. Tais características podem trazer uma maior conscientização de seus lugares na sociedade, gerando maior independência de empresas, mas também, assim como a família Camomila, o convencimento e o comportamentalismo fazem parte de seus cotidianos. A inserção da tecnologia em evidência proveio através das ideias lançadas em palestras, saídas de campo, visitas do extensionista, ou seja, também de formas ainda convencionais.

Nesse intento, percebemos que o modo de acesso ao produtor rural inicia de modo behaviorista, com formas ligadas à instituição, mas com o passar dos tempos, as ideias agroecológicas vão ganhando mais espaço. O extensionista R. costuma falar que o primeiro passo para a sua ação extensionista é o de mostrar, na prática, como essa tecnologia é rentável, para depois debater com os produtores as questões de caráter ambiental. Logo, percebemos o quanto as ações, quando não mediadas por uma formação política dos agricultores, começam com a rentabilidade como propulsora para outras questões. O mesmo, com as próprias vacas, como diz o extensionista

Primeiro a gente tem que dar “bóia” suficiente para as vacas, porque aí o animal começa a se desenvolver, se sente nutrido e a partir daí vamos usando outras coisas, como a homeopatia, para aí livrar os animais do que for químico e em consequência disso novas ideias em relação ao pensamento agroecológico (Extensionista R., em conversa informal sobre sua ação extensionista).

Entendemos então, que para nossos agricultores aderirem a tecnologia, é necessário que argumentos em prol da eficiência sejam lançados. Inclusive, os dias de campo da EMATER tendem a ser sempre com temáticas pragmáticas e objetivas,

mas percebemos que além do conteúdo proposto, existem análises subjetivas que podem ser feitas sobre o relacionamento entre as famílias, as quais serão debatidas no próximo capítulo.

Logo, das situações pragmáticas desta família, entramos na nossa análise econômica, entendendo que a família está recentemente utilizando da tecnologia e da própria cultura do leite. Como primeira análise então, o cultivo da soja é menos rentável do que a do leite, considerando os 73 hectares de área útil, dos quais 50 hectares eram destinados à soja. A família não participa de circuitos curtos, e vendem diretamente a sua produção toda, de leite in natura, para uma empresa.

A categoria de “bem-estar com os ganhos” é a que daremos ênfase, pois notamos facilmente o progresso desta família em pouco tempo de análise. L. vivia preocupado quando ainda plantavam soja:

Na soja, o trabalho além de ser desgastante, me dava muita dor de cabeça. Tinha noites que eu não dormia pensando nas dívidas (L. em entrevista no dia 11/09/2018)

Então, pensando nisso e com o incentivo da EMATER, resolveram usar todo o território utilizável e investir na estrutura para o leite, a qual já existia, mas com os ajustes necessário o trabalho passou a ser facilitado. Eles mantinham sempre algumas vacas porque a família de O. já tinha tradição com o leite, porém, L. insistia na lavoura e sua ideia foi sendo desconstruída aos poucos.

Atualmente, a família toda responde afirmativamente à pergunta de satisfação com os lucros. Percebemos mudanças na estrutura na propriedade, em questão de sete meses de nossa última visita, eles aumentaram e reformaram o espaço da ordenha, tem maquinário (fora o maquinário provindo da prefeitura que já foi utilizado por L.), estão modificando a estrutura de entrada das vacas na sala de ordenha, aumentaram a quantidade e colocaram água em todos os piquetes, estão testando vários tipos de pastagens e estão com as quitadas. Sendo assim, a família toda se mostra muito satisfeita com os resultados de seu trabalho.

No aspecto social, a reprodução social da família está garantida pelo fato da permanência dos “meninos” na propriedade. Ambos terminaram o ensino médio em 2017 e quando fizeram 18 anos foram chamados para servir o exército. Porém, após dialogar com a família, decidiram que ficariam em casa, auxiliando na propriedade e por ora não pretendem estudar algo mais específico. Estão felizes ajudando seus pais pois reconhecem que fazem um trabalho para si mesmos. Seus pais também possuem o ensino médio.

Quanto ao sentido da equidade de gênero, percebemos que quem faz os afazeres domésticos costuma ser O., mas diferentes das outras famílias, ela auxilia também no trabalho com o leite, tem controle do calendário dos animais e está sempre

presente nas saídas de campo e acompanha o trabalho com os piquetes. Acreditamos que O. é uma mulher mais engajada frente aos seus negócios.

Uma característica interessante é que assim como os pais de S. da família Camomila, L. e O. também respeitam a opinião e as decisões de G1 e G2. A família costuma tomar todas as decisões juntos, avaliam as possibilidades e quando indagamos sobre as suas vivências, eles costumam convergir e são sempre muito afáveis no tratamento uns com os outros. A família teve, inicialmente, uma certa insegurança durante as entrevistas, porém, com o passar dos tempos começaram a ficar mais convictos de suas opiniões, demonstrando confiança no trabalho da pesquisadora e também com o contato da EMATER.

No nível ecológico, percebemos que a família resolveu parar com o cultivo da soja sabendo dos perigos provindos dos agrotóxicos, pois vivenciavam a insegurança de problemas futuros. G1 e G2 ficaram na propriedade com a condição de trocarem de cultura, pois essa vida de dependência econômica e química não lhes chamava a atenção. Porém, são utilizados insumos provindos de fora da propriedade, assim como é pontual o uso de medicamentos, quando necessários, nos animais.

Quanto ao respeito à dinâmica natural, acreditamos que a própria inserção do PRV já trabalha com essa proposta, pois fazem sobressemeadura nos campos perenes e não retiram toda a cobertura vegetal nas mudanças das estações. Eles têm buscado plantar árvores em todo o entorno dos piquetes para o bem-estar dos animais que sofrem muito nos verões, já que a família prefere ter a raça holandesa no rebanho. Nesse aspecto, entendemos que a família está pensando nas resoluções dos problemas diários com uma consciência mais ecológica, principalmente pela influência do extensionista R. que sempre incentiva esse tipo de ação.

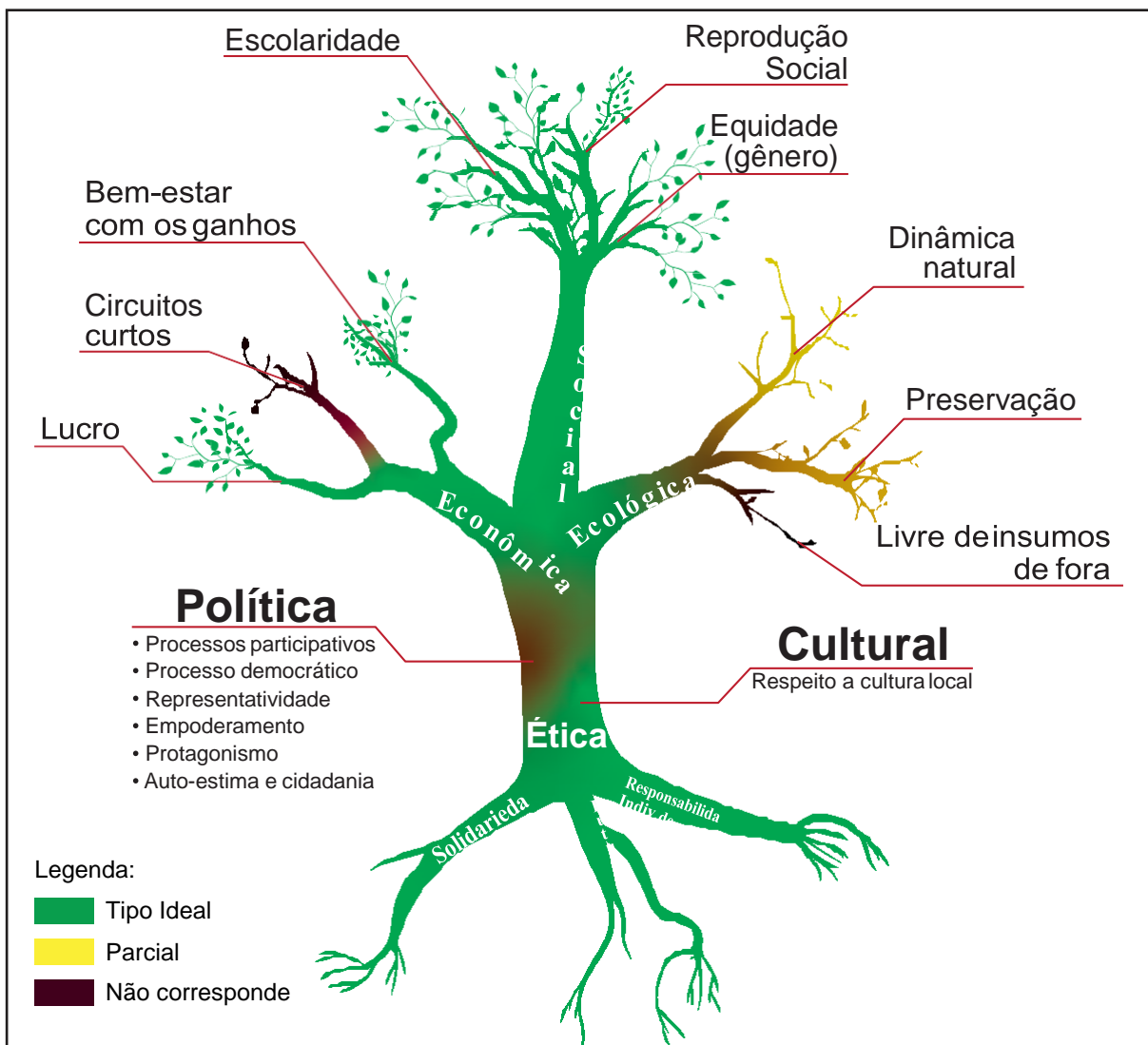
Nos aspectos políticos e culturais, percebemos que a família é mais reservada nesse sentido. Não são filiados a nenhum partido político, não participam de eventos na comunidade, enfim, não se manifestaram de um modo que pudéssemos perceber a ação de cada um dos membros familiares em seu meio. É importante ressaltar que não se posicionam politicamente, também é fator de estudo e que a família tem uma característica de ser mais tímida e comedida. Sabendo dessa característica, o extensionista R. tem bastante cuidado ao se aproximar da família, para que não se tenha mal-entendidos em relação à exposição deles.

Percebemos assim, o quanto o grupo do leite é importante para a família, pois sair de casa, interagir, receber pessoas em sua propriedade faz parte das atividades, e percebemos que aos poucos eles estão tendo maior intimidade e sendo mais abertos com os membros do grupo. Nas primeiras visitas pudemos captar pouco da família, mas no decorrer das saídas de campo e de outras visitas, conseguimos entender melhor a lógica familiar. Com isso, vamos explorar melhor as relações de amizade que foram criadas entre o grupo no próximo capítulo.

No aspecto ético, conceituamos as ideias de solidariedade, futuro e responsabilidade individual. Na solidariedade no sentido estrito, percebemos que a família está sempre apta a ajudar os outros, principalmente na figura de L. Notamos que alguns produtores o indagam sobre custos e sobre como a sua propriedade tem progredido em decorrência do PRV, e este, sempre compartilha seu conhecimento e vivência com os demais. Essa família, ao que captamos, encontra maior facilidade em se comunicar com outros produtores, do que com pessoas providas de fora, como alunos e/ou pesquisadores, diferente da família Camomila.

Na categoria “futuro”, vemos que reprodução social da família está a cargo dos filhos G1 e G2, os quais por serem muito novos, têm uma consciência ambiental pronunciada. Logo, além do futuro da propriedade e da história da família ser perpetuada, G1 e G2 parecem refletir acerca do bem-estar das futuras gerações. Eles optaram pela permanência na propriedade pensando não só no bem-estar deles, mas também, na felicidade encontrada ao viver no campo, ao lado dos animais que tratam com tanto carinho e com uma tecnologia que propicia ganhos e também um melhor tratamento para com a natureza. Nesse sentido, percebemos que a família busca fazer a sua parte no sentido ecológico, e tem consciência da responsabilidade individual de cada um para a satisfação de sua família e do grupo que se inserem.

Figura 5 - Árvore representativa da família Margarida.



Fonte: da autora.

## 5 RECONHECENDO-SE NO OUTRO PARA A EMERGÊNCIA DE SABERES

*A ignorância não é necessariamente um estado original ou ponto de partida. Pode ser um ponto de chegada.*  
(Boaventura de Souza Santos, 2007)

Este último capítulo se refere às relações entre os sujeitos estudados, dentro do grupo Leite e entre o extensionista R. Nesse sentido, com a análise de como eles se reconhecem mutuamente, vamos fazer uma associação entre as suas relações e a emergência de distintos saberes, aplicados e concebidos somente após a união do grupo e do contato com o extensionista.

Junto dessas análises, aspectos teóricos relativos a uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007) serão feitas e compreendidas por uma perspectiva epistemológica



do Sul. Explicamos o porquê da escolha pelo pensamento com base em outra epistemologia: entendemos que a emergência de novos saberes, na América, atua conforme lógica distanciada dos centros hegemônicos. Nesse sentido, ideias, sentimentos e teorias transpassam os conceitos científicos, ou seja, nossa crença em relação às vivências tangenciam o que é tido pela construção do conhecimento globalizado.

Acreditamos que, ao usarmos apenas ciência, ou os saberes já documentados da filosofia e da religião, não conseguiremos chegar a uma nova estrada de compreensão dos sujeitos. Os sujeitos do Sul vivenciam em seus cotidianos outros elementos não compreendidos pelos conhecimentos prescritos. Seu cotidiano é repleto de informações que vão além de nossa compreensão, a vivência não é exata, e as crenças são múltiplas. Na ecologia de saberes, conceituando-a como uma corrente contra-hegemônica, Santos (2007) declara:

Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através de epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos (SANTOS, 2007; p. 48).

Logo, as definições puramente técnicas permeiam a aplicação cotidiana da tecnologia, porém, o que faz nossos sujeitos agirem e permanecerem no campo se utilizando de uma tecnologia ecológica, está em outra esfera de alcance. Nesse sentido, vamos inicialmente, neste capítulo, trazer informações a respeito da tecnologia em questão para configurarmos os aspectos que a diferencia das demais.

## 5.1 O USO DE TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL COMO ALELO DO RECONHECIMENTO

Entendemos, a partir do que foi exposto até então, que o estopim para a melhoria da qualidade de vida dos produtores e a união com o extensionista em questão foi o tipo de tecnologia utilizada. Essa tecnologia é diferenciada do ponto de vista da sustentabilidade, pois trabalha com a proposta do que já existe na propriedade, maximizando possibilidades da natureza de se regenerar e com o máximo de respeito à fisiologia dos animais envolvidos. Com isso, um breve resgate do que é o Pastoreio Racional Voisin (PRV) se faz pertinente para melhor compreensão de sua utilização.

O Pastoreio Racional Voisin não é um simples roteiro para como se utilizam pastagens rotacionadas; é tida como a tecnologia mais eficiente, moderna e econômica para a produção à base de pasto sustentável. Essa tecnologia se utiliza das leis universais do Pastoreio Racional enunciadas por André Voisin, com a finalidade de

maximizar a captação da energia solar, seu principal insumo, transformando essa energia em utilidades através do próprio pasto e do organismo animal. Tal sistema respeita o bem-estar animal e busca sempre a maior eficiência produtiva em prol de uma agricultura de caráter sustentável, almejando uma cultura agroecológica (MACHADO, 2010).

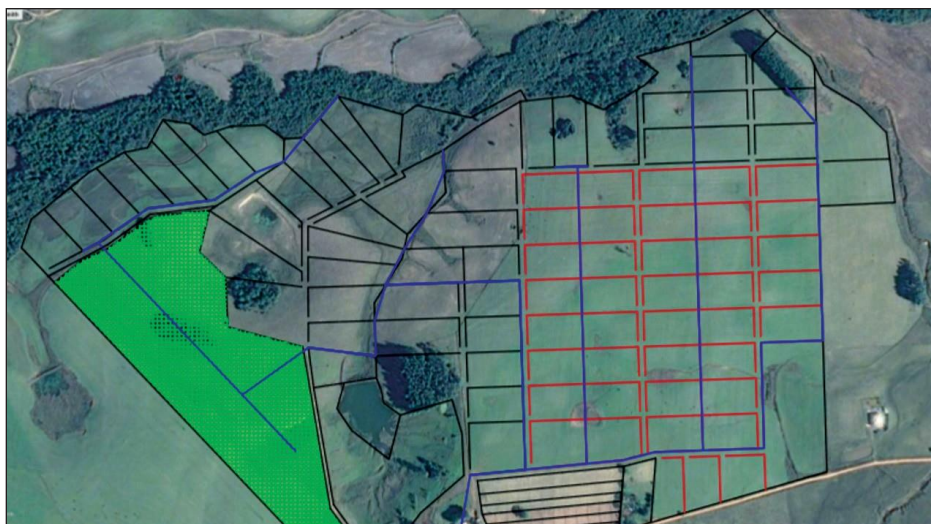
O PRV é superior por produzir mais por hectare, ter menor custo por unidade de produto, incrementar a atividade do solo, proteger o ambiente, promover alta taxa de sequestro de carbono e controlar a erosão, produzir alimento orgânico em prol de um ideal agroecológico - pois o manejo da pastagem deve ser eficaz para sua proteção e ao mesmo tempo deve resultar em bom desempenho animal. A palavra “racional” contida no termo PRV aplica-se pela presença do ser humano que deve conduzir, definir a eficiência técnica, econômica, social, etológica e cultural do sistema (VOISIN, 1974).

Essa tecnologia consiste, então, sinteticamente, em um método de dividir as pastagens nos chamados piquetes para maior rendimento destas e melhor aproveitamento dos recursos naturais. O crescimento fisiológico dos pastos é respeitado e destinado aos animais quando este se apresenta em seu melhor estágio nutricional, a fim de obter seu melhor aproveitamento.

As propriedades estudadas têm em torno de 50 piquetes, onde os animais permanecem um dia em cada piquete. Seguindo esse raciocínio, o primeiro piquete a ser usado pelos ruminantes terá 49 dias de descanso até ser novamente ocupado. Esse período de descanso compreende o tempo necessário para a planta ter seu melhor ponto nutritivo, o chamado “ponto ótimo de repouso”, que também auxilia no combate a doenças infectocontagiosas. Cabe ressaltar que este período de descanso é variável ao longo do ano, e em algumas épocas o período é mais curto, sobrando o pasto que acaba sendo roçado e incorporado como matéria orgânica para o solo (MACHADO, 2010).

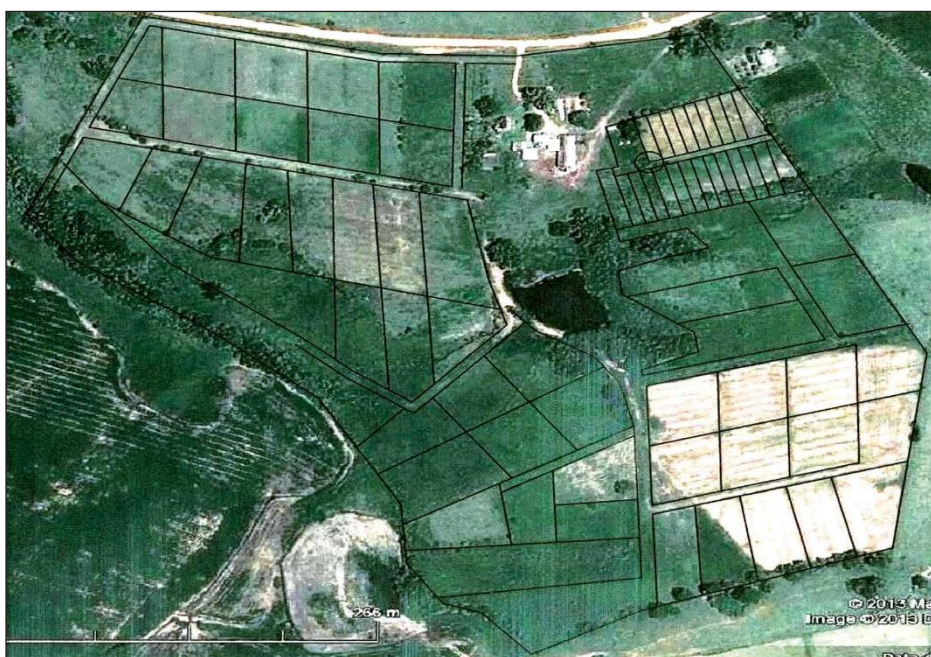
Nas imagens abaixo, percebemos como é feito, de modo sucinto, o projeto. Com imagem aérea do local, são divididos os piquetes conforme área, obedecendo as regras acima expostas. Os piquetes costumam ser feitos de materiais mais leves, buscando sempre o conforto dos agricultores envolvidos. Muitos dos projetos e da parte prática da execução, foram feitos junto de estudantes dos cursos da UFSM, com o objetivo de realizar uma “visita útil”. O extensionista diz que percebe que por vezes, as visitas tomam muito tempo dos agricultores e que ao pedir que alunos e estagiários da EMATER auxiliem os agricultores, outras relações são criadas, inclusive a de auxílio na mão-de-obra, delegando tarefas aos alunos e um aspecto mais concreto da realidade.

Figura 3 - Visão aérea da propriedade da família Margarida.



Fonte: Ricardo Machado, médico veterinário da EMATER.

Figura 4 - Visão aérea da propriedade da família Camomila.



Fonte: Ricardo Machado, médico veterinário da EMATER.

A tecnologia do PRV, por ser sustentável e respeitar as necessidades fisiológicas e comportamentais dos ruminantes, é estratégia para agricultores interessados em manter sua propriedade em busca do ideal da Agroecologia. Para tanto, sua inserção e manutenção corresponde a atuação do extensionista com sua metodologia híbrida, a qual estamos elencando. E, acredita-se que o modo agroecológico de viver através do PRV se estabelece pela troca de conhecimentos, em relações de horizontalidade, entre os agricultores familiares.

Assim sendo, no ano de 2010, o extensionista R. chega em Santa Maria para trabalhar na EMATER municipal, já com um repertório relacionado com ideias que



convergem com um estilo de extensão mais participativo, aliado de afinidades com a teoria freiriana. Além desse embasamento nas teorias, R. buscou sempre dar ênfase na tecnologia acima explicitada, com o intuito de compartilhar conhecimentos acerca do que seria viável às propriedades e também com uma vertente mais sustentável.

R. acredita que entrar na vida dos produtores através desse viés do PRV é bastante significativo, pois os assistidos geralmente buscam uma forma de viverem melhor, com menos sacrifícios, e maior rentabilidade. Dessa forma, ele enxerga uma possibilidade de trazer uma ideia agroecológica iniciando com um olhar mais tecnicista, para depois levantar questões que tangem as demais esferas da Agroecologia.

Nesse sentido, existem algumas contradições: escrevemos essa dissertação sempre pensando num sentido mais social da apreciação da tecnologia, porém, a forma mais “fácil” de tocar os agricultores continua sendo o viés econômico e tecnológico. Inclusive, o extensionista afirma que está sempre deslocado quando o assunto é Agroecologia: ele faz parte dessa corrente científica, ou o que ele faz é denotado tão somente como ação extensionista clássica?

Esse deslocamento sentido por R. ocorre em diferentes locais que têm consciência e contato com a Agroecologia. Quando está em alguma palestra na universidade, por exemplo, ele é visto como o técnico que pensa somente em números, já que é empregado da EMATER e demonstra os ganhos, os números e a rentabilidade. Quando fazem reuniões na EMATER, ele é colocado, por vezes, como um visionário naquele contexto, já que também não se encaixa perfeitamente. Logo, acreditamos que a chave para o funcionamento de ações agroecológicas pragmáticas na agricultura familiar, permeiam com uma posição de caráter multifacetado.

Entendemos que falar de Agroecologia na universidade tem um enorme peso político, pois trazemos à tona essa ciência que ainda é muito subalterna em relação ao reconhecimento, em comparação com outras ciências. Porém, o ato de fazer Agroecologia, por parte de movimentos sociais, é uma ação revolucionária. Transformar nossa teoria em práxis, exige um enorme esforço, e além desse, um sentimento de resignação pelas formas que conseguimos deter.

Quando falamos e tratamos dos movimentos sociais que levantam a bandeira agroecológica, de imediato percebemos que ele têm uma formação política feita por um trabalho de base que os dirige a esse tipo de conhecimento-prática. O fazer Agroecologia é uma forma de resistência. Mas, quando nossos agricultores não tiveram a oportunidade de ter um trabalho de formação, mas que, ao nosso ver, são terreno fértil para entender e abraçar um estilo mais sustentável? Acreditamos que observar esse intuito da família agricultora familiar é um ponto-chave para a transformação de ideais que buscam aspectos sustentáveis para a sobrevivência de nossa espécie.

Logo, desde o princípio nós não esperávamos trabalhar com famílias que fossem ativistas do ponto de vista agroecológico, mas sim, com agricultores familiares

que já vivenciaram momentos penosos sem a tecnologia em questão, e que agora, denotam uma grandiosa mudança em suas vidas. Nesse sentido, temos como certo que o modo de cativar os nossos sujeitos foi de fato pela questão da renda e produtividade. Porém, a transformação que vem ocorrendo em cada um dos sujeitos envolvidos, inclusive de quem está pesquisando essa questão, é intangível do ponto de vista elucidado em nosso aspecto teórico: estamos compartilhando momentos de reconhecimento, aliados de sentimentos que vão além de uma visão cartesiana, os quais, de forma embasada em uma epistemologia do Sul, tentaremos explicitar.

## 5.2 DA METODOLOGIA HÍBRIDA À AMIZADE: AMOR, DIREITO E SOLIDARIEDADE

Como elucidado no capítulo sobre o Reconhecimento (HONNETH, 2009), percebemos as três esferas, as quais fazem parte os sujeitos sociais, e ao que leva cada uma dessas formas a existirem. Para melhor conceituarmos aqui, entendemos que essas questões demandam convivência social, e que essas relações, no nosso contexto, são concebidas de forma a nos trazerem laços de amizade.

Axel Honneth se mostra como um sujeito que transcende questões de ordem completamente cartesianas: ele nos demonstra que existem relações que permeiam as esferas do amor, do direito e da solidariedade.

Tais relações acontecem em nosso contexto pelo acolhimento que é o compartilhamento de experiências semelhantes, vivenciadas por nossos sujeitos. Isso gera uma possibilidade de auto-realização em consequência das relações simétricas de estima. Isso ocorre, pois existe uma comunidade de valores em comum, os quais vamos explicitar a seguir.

Entendemos até aqui, como se colocam os conceitos da Agroecologia tanto no aspecto teórico, quanto no sentido prático. Após isso, conceituamos sucintamente a teoria de Honneth, que nos trouxe ideias em relação à construção coletiva e dos sentimentos gerados nos sujeitos nessa conjuntura. Depois, trouxemos a realidade de nossos sujeitos e como se dão as relações dentro da própria família e com a propriedade. Também nesse contexto, vimos como e porquê os sujeitos estudados adquiriram conhecimentos acerca da tecnologia em questão, a qual afirmamos que é mais sustentável por suas características naturais.

Aqui, vimos que a tecnologia aplicada, inicialmente existe e é aceita por sujeitos da agricultura familiar pelo fato de ser mais rentável e adequada à realidade dos agricultores. Nisso, entendemos que a metodologia do extensionista é híbrida, e portanto, a partir dessa condição, vamos conceituar os laços e relações criadas a partir desse contato extensionista-agricultores e entre agricultores-agricultores dentro do grupo Leite, o qual foi formado após o êxito dessa alternativa de produção.

Acreditamos, que essas relações oriundas do advento da tecnologia, tem motivações para além do que é palpável, e é nesse momento em que conceituaremos noções a respeito de um estudo gerado pós linhas abissais de conhecimento.

O que conceituamos como linhas abissais de conhecimento? Boaventura de Sousa Santos (2007) declara que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, e que entre esse pensamento e o “outro” existe uma linha divisória que permite apenas a existência deste primeiro. Dentre o pensamento cartesiano, entendemos que existem aspectos práticos e objetivos que são tidos como reais, enquanto o que sustenta essa prática, é um tipo de pensamento invisível, segundo o autor. Os “outros” pensamentos e formulações de realidade são tratados de modo a serem invisíveis: o que não for comprovado cientificamente (ou até mesmo quando o pensamento é delegado aos aspectos religiosos e filosóficos) não existe. Entendemos que na realidade, a inexistência de uma outra forma de se pensar a vivência é ativamente construído para não existir.

Logo, para configurarmos a emergência de diferentes saberes, nesse sentido, devemos compreender que em alguns aspectos vamos nos deparar com realidades e situações que estão pós linhas abissais. Sendo assim, podemos chamar as características que aqui serão evidenciadas como subjetivas, como não palpáveis ou até mesmo como não visíveis. Nesse sentido, quais são os aspectos subjetivos que denotam realidades pós abissais que não costumam ser levadas em consideração, justamente pela característica de não parecerem existentes?

Entendemos que algumas características que levam a adoção de uma tecnologia sustentável são extremamente técnicas, e que já conceituamos que os agricultores se vinculam principalmente ao sentido de ganhos, lucro e facilidades técnicas. Porém, o que faz com que uma tecnologia sustentável seja guia de ações de amizade, reciprocidade e reconhecimento? Ou melhor: as afinidades dentro do grupo Leite, entre os produtores e extensionista, são guiadas somente pela técnica da aplicação do PRV? E essa afinidade é reconhecida pelo viés produtivo? Dessas relações, emergem diferentes tipos de saberes?

São várias as indagações que serão exploradas no decorrer deste capítulo, trazendo situações que serão analisadas conforme aparato objetivo e subjetivo: o que une esses produtores do lado de cá (científico, técnico) e do lado de lá (subjetividades) das linhas abissais? Esses conhecimentos, trazem novos saberes a serem elencados?

Nesse sentido, trazemos como viés de êxito da tecnologia as seguintes situações do lado de cá, explicável e existente: a técnica por si só, o lucro, a instituição e a rotina. Do lado de lá, vemos situações inexistentes no tipo de conhecimento respaldado pela academia: amizade, reconhecimento, reciprocidade, sintonia e as temporalidades.

Logo, como já delineamos a técnica, o lucro, e a instituição, vamos tratar, entre as situações tangíveis, apenas o aspecto da rotina. A rotina dos produtores de leite



é muito semelhante, pois eles devem se adequar à fisiologia do animal e também às exigências das empresas que recolhem o leite. Sendo assim, eles compartilham de períodos semelhantes de trabalho e descanso.

Ao compartilharem do mesmo uso de seu tempo, afinidades crescem não só em relação às similitudes do trabalho, como também, de similitudes do tempo ocioso. Esse tempo ocioso, é o tempo utilizado, geralmente, pela EMATER, pelas reuniões e pela universidade para se ter contato com esses sujeitos. É necessário, portanto, uma adequação temporal para que as afinidades sejam compartilhadas, e as instituições compreendem que para que haja uma relação entre produtor, técnicos e alunos, o tempo do protagonista da situação deve ser respeitado.

Em muitas reuniões e encontros para a realização da pesquisa, o tempo do produtor entra sempre em discussão, pois é a partir do respeito ao tempo que se mostra um respeito pelo seu trabalho e uma consideração em relação ao que se espera de um diálogo. Logo, acreditamos que o respeito ao tempo do trabalho e também, da ociosidade, é algo que interliga os sujeitos que visitam os produtores, assim como, de processo palpável de união entre os próprios sujeitos estudados.

Colocamos o tempo como rotina como parte palpável dentro de nossa compreensão, pois é um tempo demarcado, explícito e de fácil compreensão por se tratar de convergência temporal. Porém, quando nos referimos ao aspecto “temporalidades” do lado de lá da linha abissal, estamos nos referindo a outro tipo de tempo.

Boaventura nos fala sobre a dilatação do presente ao se referir à expressão “ainda não”. Nesse aspecto, ele transcende ao tempo da rotina, que é conceituado como uma linha, na qual visualizamos o presente, o passado e o futuro. O autor nos coloca a pensar na possibilidade da existência de diferentes temporalidades no agora, ou seja, da não existência dessa “linha do tempo” que configura que o que já passou jamais poderá ser, e que o futuro não passa de um depois lotado de expectativas. Logo, na expansão do presente e na contração do futuro, conseguimos dar valor às subjetividades e “criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo hoje” (SANTOS, 2002, p.239).

Ao pensarmos na desconstrução da monocultura do tempo linear, vislumbramos a possibilidade de encontrar o enriquecimento da experiência do tempo presente. Como isso é possível? Quando é dito que alguém está “atrasado” em relação a uma tecnologia mais contemporânea, estamos considerando que existe uma linha temporal na qual o atrasado é preterido. Logo, ao vislumbramos essa possibilidade, nos decorre de que atribuições passadas e as expectativas futuras podem coexistir e enriquecer o presente (SANTOS, 2002).

Nesse sentido, entendemos como “temporalidades” diversas situações em que

os saberes da experiência se chocam e se mesclam com conhecimentos acadêmicos e tecnológicos. E também, queremos tornar como existente a possibilidade da “hora certa”, ou seja, um encontro da necessidade com a resposta.

Vemos a existência da “hora certa” quando S. acredita que R. chegou no momento em que ele buscava uma solução para sua decisão de ficar ou de sair da propriedade. A “hora certa” existe também no caso de L. e O. que esperaram os filhos terem a autonomia da maioria para decidir sobre a permanência no campo desde que com a tecnologia do PRV. E, no caso de V. e de M. a “hora certa” de se aposentar (no caso deles, como delineado nos demais capítulos, foi uma opção).

A necessidade de trazer essa definição veio por meio das conversas com os produtores, principalmente ao indagarmos S. Essa “hora certa” é tida, então, como o momento propício para a tomada de decisões, ou seja, um acúmulo de motivos que chegam para resolver uma situação em que se colocam opções. Logo, é importante ressaltar que essa definição costuma aparecer com frequência na fala dos estudados e que, na visão desses sujeitos, tem um teor de destino, de que estavam precisando exatamente do que lhes apareceu.

Adentrando, então, nas questões intangíveis, trazemos o Reconhecimento como um grande conceito que tem outras categorias envolvidas que são o amor, o direito e a solidariedade. Estruturamos no capítulo quatro como são elucidadas cada uma dessas categorias e nesse aspecto, trazemos situações em que observamos na prática.

A primeira categoria, do amor, é visualizada através da família, que seria a primeira demonstração de reconhecimento vivenciada pelo sujeito. O sujeito necessita ser reconhecido e nessa relação, confia no amor de seus entes familiares. Logo, observamos de forma explícita o amor pelo qual a família Margarida é envolta, e dessa forma, entendemos que a possibilidade da permanência dos jovens na propriedade, ocorre em decorrência da confiança mútua entre pais e filhos: os filhos confiam no amor dos pais na questão de auxílio e pelo respeito de suas opiniões, já os pais confiam no amor dos filhos ao passo que destinam suas ações e energia ao futuro conjunto da família.

Quando vislumbramos a categoria do direito, entendemos que essa é tida em razão da sociedade para com os sujeitos, e que, nesse sentido, todos usufruem de direitos que os reconhecem como sujeitos dotados de valores dentro da sociedade. Isso é um aspecto democrático. Porém, quando visualizamos nossos sujeitos dentro do micro-grupo formado dentro de uma sociedade maior, percebemos que em prol de sua organização, as opiniões de todos os membros é respeitada sempre e, assim, levada em consideração.

A título de exemplificação, lembramos do quanto V. é respeitado dentro do grupo por ter uma grandiosa vivência em cooperativas, com a cultura do leite e com o

PRV. V. é sempre consultado para as avaliações, mesmo que hoje já não faça parte efetivamente do grupo, porém, o seu legado é levado em consideração, denotando reconhecimento frente à sua experiência. Falar sobre leite em Santa Maria/RS é lembrar de V., da família Girassol, e de E., da família Camomila. São pessoas que inevitavelmente conhecem a realidade do que foi e, ao expandir o presente, trazem experiências que podem ser colocadas como exemplos de ação no agora.

Na categoria da solidariedade, lembramos que explicitamos essa questão no capítulo passado, pois fazia parte de nossa análise do tipo ideal, mas que, para corroborar, colocamos a existência do nosso “Grupo Leite”, que por si só, nos denota a possibilidade da solidariedade. Percebemos que o compartilhamento de experiências individuais têm peso nas questões do grupo, e que, ao se dar ouvido às pessoas que compartilham tais questões, o andamento do grupo se dá de forma mais efetiva pelo fato de serem ouvidos e considerados. Suas opiniões, experiências e vivências, quando exploradas e respeitadas, nos denotam que o sujeito é reconhecido em seu grupo.

O reconhecimento, então, é tão importante nas nossas análises pois consideramos que o ato de compreensão entre sujeitos só se dá com base no reconhecimento de sua integridade. E que, para nós, é imprescindível no ponto de vista de um trabalho extensionista, o respeito e a admiração entre os envolvidos.

Logo, o reconhecimento, nesse caso, nos traz a amizade, colocada como uma das principais questões encontradas no grupo. Vemos que as relações entre o extensionista e as famílias é diferente, pois há um sentimento que os une para além da rotina de trabalho. O extensionista não visita os sujeitos apenas quando precisa ou somente em uma função técnica. Este é convidado para almoçar em suas casas, e inclusive suas restrições alimentares são consideradas. R. e V. fazem atividades juntos, que transcendem a existência da EMATER: estão fazendo vinho juntos; R. vai às festas da comunidade; V. convidou R. para apenas olhar uma criação de gado de corte para ver se valia a pena; conversam sobre a família, sobre o cotidiano e sentimentos.

A família Camomila e a Girassol foram convidadas para o casamento de R.; a família Margarida confiou o futuro de seus filhos a R., quando este auxiliou em questões relativas ao alistamento dos meninos. Com esses exemplos, trazemos que a questão da amizade norteia essas relações, ou seja, a amizade é algo intangível, porém, totalmente aplicado e vivenciado pelos nossos sujeitos. Entendemos assim, que a tecnologia e a metodologia do extensionista não podem ser conceituadas apenas do modo cartesiano, pois as relações já transcenderam a um tipo elevado de reconhecimento.

Atrelada a essa questão, trazemos a reciprocidade como um sentimento que também move as relações que não são apenas técnicas. No grupo, o respeito aos

conhecimentos é recíproco. Logo, não é comum R. ser visto como o único detentor do conhecimento técnico, acreditamos então, que o olhar de R. é tanto de aprendizado quanto de compartilhamento, pois em sua fala, é imprescindível a nomeação dos agricultores envolvidos. A união do grupo leite e do extensionista é possível pela admiração mútua e pela reciprocidade encontrada em cada ação: os agricultores agradecem às palavras de ensinamento de R., assim como R. compreende que seu trabalho é possível somente pela existência de pessoas como as famílias estudadas. A cada dia as famílias vivenciam a tecnologia e a rotina traçada em prol dela. Com isso, trazem mais questões à tona, fazendo com que a complexidade desse conhecimento seja debatido, revivido e repassado.

Para finalizar esse capítulo, a questão da “sintonia” é o supra sumo das questões aqui vinculadas. A sintonia entre pessoas e o grupo, significa que estão em estado de acordo mútuo, que se compreendem e de alguma forma estão em estado harmônico. Essa sintonia pode ser vinculada ao aspecto emocional, de pensamentos, de atividades rotineiras, de trabalho e etc. Segundo dicionário da Língua Portuguesa a “chamada ‘sintonia emocional’<sup>4</sup> pode ser considerada de fator decisivo na construção e consolidação das relações humanas, pois cria-se uma afinidade entre as duas pessoas, devido a equiparação de seus objetivos ou ideais”.

A sintonia começa a se vincular no aspecto da “hora certa”, pois sem afinidades com a questão tecnológica e com a pessoa de R., a efetividade dessas relações produtivas e também das intangíveis não aconteceria. A reciprocidade de ações acontecem, nesse caso, em situações de amizade, às quais não podem ser desvinculadas da sintonia.

Para tanto, notamos a questão da sintonia quando existem as “saídas de campo”, nas quais, o que é compartilhado como conhecimento é apenas uma parte do que acontece nesses eventos. Percebemos que existe sintonia nas pessoas que se sentam próximas, e que por vezes, notamos que não ouvem o que está sendo exposto porque acreditam que a conversa entre eles é mais interessante. Geralmente, dentro do grande Grupo Leite, se formam micro-grupos que têm mais afinidades, justamente pela questão da sintonia: de alguma forma, alguns sujeitos se sentem mais próximos de uns, do que de outros.

A partir do exposto, compreendemos que a tecnologia do PRV por si só já lida com questões sustentáveis que são imensuráveis, mas que, no grupo formado e nas relações entre o extensionista e os agricultores, a tecnologia é somente uma parte do que acontece. O lucro e a viabilidade da aplicação da tecnologia podem ter sido parte de um estopim para a aplicação dessas na propriedade, porém, as relações humanas não são somente guiadas por essas duas variáveis, e percebemos isso constantemente, mesmo que na simples percepção de como as pessoas falam umas

<sup>4</sup> Significado expresso em: <https://www.significados.com.br/sintonia/>

com/das outras. Há admiração, amizade, compreensão, sintonia, apreço, e tantos outros aspectos do lado de lá da linha abissal que devem ser existentes, e ao notá-los, nomearmos e discuti-los, uma revolução do ponto de vista epistemológico acontece em prol da desconstrução das monoculturas do conhecimento (SANTOS, 2002).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como modo de finalizar a pesquisa, faremos alguns apontamentos e considerações a respeito dos aspectos práticos e teóricos nela percorridos. Entendemos que foram extensas as temáticas aqui encaradas, e que dar por finalizada essa construção é apenas um caminho para próximas estradas conceituais.

Nesse sentido, pensamos se a nossa pergunta de pesquisa foi respondida de maneira efetiva e nos damos conta da imensa possibilidade de caminhos a essa resposta. Como poeticamente enfatizado por Carlos Castañeda no prólogo, nos perguntamos durante toda a realização do presente trabalho: esse caminho tem coração? Entendemos de forma honesta que sim, pois buscamos elucidar cada momento com um olhar no que acreditamos ser justo, explicativo e honroso.

A pergunta consistia em: O reconhecimento entre o agente extensionista e agricultores, bem como para com os agricultores entre si, contribuem para a emergência de novos saberes em propriedades de leite com as tecnologias de Pastoreio Racional Voisin (PRV) em Santa Maria/RS? E acreditamos que o caminho que tomamos foi o responsável por esmiuçar a realidade de agricultores, dando ênfase às características que configuram os rurais atuais, ou seja, que não se referem tão somente ao aspecto produtivo.

Ao não se referirem somente aos aspectos produtivos, entendemos as multifuncionalidades no hoje: o rural é ambiente de transformação, de vivência e experiência e de descobertas inúmeras em relação aos aspectos humanos (WANDERLEY, 2000; FROEHLICH, 2002; CARNEIRO, 2012). E adentramos nessa perspectiva para explorar novos significados e sentidos nesse ambiente.

Sendo assim, percebemos de início que a tecnologia PRV por si só já nos traz características sustentáveis e, ao abraçá-la, tanto extensionista quanto às famílias, demonstram inclinações sustentáveis a respeito de seus modos de vida. Logo, discorreremos o que é estar em transição agroecológica e entendemos que podíamos encarar as famílias através das categorias que configuram esse horizonte. Nesse intento, fizemos o nosso tipo ideal (WEBER, 1991) para melhor configurarmos a nossa forma de ver os aspectos da transição agroecológica e identificamos as famílias de forma a esmiuçar melhor suas realidades.

Logo, as famílias estão em transição agroecológica? Na nossa análise, deixamos claro que não queríamos “julgar” as propriedades como agroecossistemas com o receio de limitar o conceito perante à família. Porém, acreditamos que a inserção do PRV já contribui para um avanço no sentido da existência de formas sustentáveis de reprodução social.

Após a compreensão da transição agroecológica e de uma visão de mundo embasada no ecofeminismo, entendemos que havia um “algo a mais” que motivava



relações amistosas entre os e as produtoras e o extensionista da EMATER. As relações iam além do conceito limitado ao mundo do trabalho, e portanto, através das luzes da teoria do Reconhecimento de Axel Honneth passamos a estudar como as relações sociais se embasam na luta pelo reconhecimento. Assim sendo, definimos que nossos sujeitos se reconhecem através das esferas esmiuçadas (direito, amor e solidariedade) e que tais relações oportunizam o estreitamento de laços para a construção de relações ainda maiores e mais complexas.

Logo, acreditamos que através do reconhecimento e da reciprocidade, elos de amizade e de outros sentimentos perpassam as relações entre o extensionista e as famílias estudadas. Com essa afirmação feita, trazemos no presente trabalho as ideias de SANTOS (2007) que correspondem à emergência de saberes, e que, tais saberes não se limitam aos aspectos reconhecidos e reverenciados pelas instituições, mas sim, que tem características subjetivas e que estão “do lado de lá” das linhas abissais do conhecimento cartesiano.

Então, compreendemos como se dão as relações de reconhecimento entre nossos sujeitos e visualizamos que essas são importantes para a compreensão da identidade de cada um dos estudados. Nesse intento, existem trocas de saberes técnicos e principalmente de laços intangíveis de respeito e confiança, denotando que as relações entre os estudados são importantes dentro do contexto do viés sustentável da tecnologia.

Categorizamos as formas pelas quais a própria família se enxerga e enxerga a propriedade e entendemos, nesse contexto, que as famílias estão satisfeitas com o modo com que a vida deles vem mudando em razão da tecnologia, mas não só: são satisfeitos com a relação de amizade criada para com o extensionista e esse, com os laços firmados para com as famílias. Acreditamos que os laços intangíveis de amizade e confiança são muito importantes para a autoestima dos envolvidos.

Logo, configuramos em nosso último capítulo, novos saberes do lado de lá das linhas abissais, dando ênfase no caminho escolhido. A partir dessas conclusões de conhecimentos distintos e subjetivos no último capítulo, respondemos que sim, o reconhecimento e as relações de amizade entre produtores e extensionista promove a existência de novos saberes.

Nesse sentido, iniciamos a dissertação com o objetivo primário de mostrar que a tecnologia do PRV é guia dentro das elucidações entre o extensionista e a famílias. Porém, terminamos com a conclusão de que os saberes “descobertos” estão muito além das linhas abissais de um conhecimento engessado e, as relações de amizade e reciprocidade são muito significativas no contexto dos agricultores familiares.

Além da dedicação às teorias elucidadas na dissertação e do trabalho de pesquisa de campo, muitas outras situações foram sendo desconstruídas no decorrer do trabalho. Acreditamos que o aspecto mais problemático, debatido e jamais

concluído é a questão da linguagem. A tendência a utilizar termos que se ligam a um aspecto retrógrado e antiquado é constante, e na medida das leituras exaustivas e da busca pelo autoconhecimento, a presente dissertação tem apelo às mudanças de paradigmas. Logo, como falar da mudança de paradigmas e se manter na mesma estrutura argumentativa? Por esse motivo, buscamos ao máximo ter cuidado com cada palavra usada para que não se denote vícios conceituais que nos ligam a estruturas opressivas. Nesse tocante, a busca por palavras não imperativas foi carro chefe de nossas orientações.

Acreditamos também, que como forma de retribuição, é importante trazermos alguma conclusão prática perante o que foi vivenciado, de forma a elucidar possibilidades no escopo da extensão rural. Percebemos que as formações e saídas de campo da EMATER geralmente tem um objetivo ativo, como por exemplo, “exposição sobre doenças reprodutivas do rebanho” e, como sugestão a partir da dissertação, sugerimos a existência de atividades que tenham um apelo afetivo. Tais apelos afetivos fortaleceriam os laços já existentes entre os sujeitos. Logo, a expansão do presente (SANTOS, 2007) poderia ser feita com subjetividades, como por exemplo, um almoço entre os integrantes do grupo leite sem nenhum apelo técnico. Apenas com o intento de se reunir para conversar sobre o que bem entendessem, já que visualizamos afinidade entre os produtores e laços de amizade. Desses encontros, novas ideias para a formação de maior união e aprendizado podem surgir.

Além dessa proposta, consideramos a existência de oficinas com formação política, pois segundo nosso tipo ideal, existe uma brecha nessa categoria. A transição agroecológica é um fato, mas também uma utopia, e se fortalece como aspecto revolucionário quando mais pessoas compreendem a existência dela como forma de vida. Assim sendo, ao observar a realidade das famílias, não podemos deixar de notar a capacidade de mudança que todos detém, e nesse intento, consideramos útil a existência de uma tentativa de expansão de outras temáticas dentro da Instituição.

Através do contato com as teorias, com a experiência e vivência dos sujeitos, uma mudança substancial ocorre no modo de ver a vida. Concluimos escrevendo que a arte de dissertar é também a arte do reconhecimento, de “se converter a uma questão para si mesmo”, de desconstrução e da reafirmação de preceitos já esquecidos. É inevitável o não envolvimento e é primordial a existência de humanidade e benevolência quando falamos de outros seres humanos. No intento de tentar ser impessoal durante toda a dissertação, temo não ter dado a devida atenção aos sujeitos, e nesse momento, permito uma finalização pessoal para também ficar do lado de lá da linhas abissal dos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: Revista Trimestral publicada pela Emater.** Porto Alegre: La Salle, v. 3, n. 1, 2002. Trimestral. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/958934218.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2018.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55.. Acessado em 10 jun. 2017.

ALMEIDA, Joaquim Anecio. **PESQUISA EM EXTENSÃO RURAL UM MANUAL DE METODOLOGIA.** Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, 1989. 188 p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me002578.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A ESTABILIDADE INACEITÁVEL: DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL. **Texto Para Discussão**, Rio de Janeiro, v. 800, n. -, p.1-29, jun. 2001. Variável.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do humano - compaixão pela terra.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 199 p. Disponível em: <<http://www.vozes.com.br>>. Acesso em: 13 maio 2019.

CARNEIRO, M. J. (1998). **Ruralidade: novas identidades em construção.** In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre - RS: 2004.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para o Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília – DF: 2007.

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patricia Vieira da. (Org.) **O Brasil sem miséria.** Brasília: Mds, 2014. 848 p.

CHAFFOTTE, L. ; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts : évaluations, définitions et typologie. **Cahiers de l'Observatoire CROC**, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007. 8 p.

CHOSSUDOVSKY, M. A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999, p. 77-8

DALY, Herman E.. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.197-202, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2004000200012>.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos**: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**: Experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.8-13, jun. 2013

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 199. 269 p. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/05/DURKHEIM-%C3%89mile.-Da-divis%C3%A3o-social-do-trabalho.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime E. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FLIEGEL, F.; VAN ES, J.C. **The diffusion-adoption process in agriculture**: changes in technology and changing paradigms. In: SUMMERS, G.F., ed. *Technology and social change in rural areas*. Boulder: Westview Press, 1983.

FROEHLICH, José Marcos. **Rural e Natureza**: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado da UFRRJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2002

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, Stephen R.. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible**. Turrialba - Costa Rica: Catie, 2002. 359 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

HONNETH, Axel. **Trabalho e reconhecimento**: tentativa de uma redefinição. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2008, 8 (jan-abr). Disponível em <http://www.redalyc.org/9081/html/742/74211531004/> . Acessado em 02 ago. 2017.

HONNETH, Axel. **.Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2ªed. São Paulo: Editora 34, 2009.

ILLICH, Ivan. **Necessidades. Dicionário do desenvolvimento.** Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155- 172.

IRINEU, Nádia Silvério Oliveira. **Dimensões da agroecologia na produção e comercialização de agricultores familiares no Distrito Federal e Entorno.** 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21536/1/2016\\_N%C3%A1diaSilv%C3%A9rioOliveiraIrineu.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21536/1/2016_N%C3%A1diaSilv%C3%A9rioOliveiraIrineu.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2019.

IVO, Anete B.I.. O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p.187-210, maio/agosto 2012.

JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime E. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83

LIGUORI, G. **Estado e sociedade civil:** entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 173-188.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci.** Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

LUPATINI, Márcio. **Acumulação de capital e recriação de formas “pretéritas” de exploração:** a particularidade da atividade de vestuário. *Cemarx*, Campinas, v. 5, n. 1, p.1-9, maio 2007.

MACHADO FILHO, L. C. P. [et al.] **Transição para uma agropecuária agroecológica.** In: *Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável. Anais.* Viçosa: Imprensa Universitária, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso:** uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n.2, p.9 – 18, 2008a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.

MEXIAS-SIMON, Maria Lucia. *Linguagem e Cultura. Mosaico*, Vassouras, v. 1, n. 3, p.15-22, 2012. Semestral.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo:** teoria, crítica y perspectivas. Icaria: Barcelona, 1997.

MILLS, C. Wright. (1981 [1956]), **A elite do poder.** Rio de Janeiro, Zahar.



MIGUEL, Luis Felipe. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM 3-D Elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.123-193, fev/2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S.F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. ver. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLENTO, Carla Forte Maiolino. **REPENSANDO AS CINCO LIBERDADES**. 2006. Disponível em: <<http://www.labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/10/MOLENTO-2006-REPENSANDO-AS-CINCO-LIBERDADES.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.

ORIBE, Claudemir Y. **Diagrama de Árvore: a ferramenta para os tempos atuais**. Banas Qualidade, São Paulo: Editora EPSE, ano XIII, n. 142, março 2004, p. 78-82.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: <http://www.un.org/>. Acessado em 20 jul. 2017

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p.95-117, jan/abr. 2004

SANTOS, Boaventura de Sousa **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: Revista crítica de Ciências Sociais, nº 63, 2002. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285> . Acessado em 20 jun. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial**. E para além de um e outro. Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra / Portugal, Conferência de abertura do VIII Congresso de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_poscolonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_poscolonial.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **DA CRISE DA SOCIOLOGIA RURAL À EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Campinas, 1997. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8970/5081>. Acesso em: 4 jun. 2019.

SELL, Carlos Eduardo. **SOCIOLOGIA CLÁSSICA: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: [s.n], 2001.

SILVA NETO, Benedito. Agroecologia, ciência e emancipação humana. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 8, n. 1, abr. 2013. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://aba-agroecologia.obr.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/12995>. Acessado em 16 jul. 2017.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katál**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.41-49, jan/jun. 2009.

VALLE, Ione Ribeiro. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das



desigualdades sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 1, n. 48, p.289-307, jan/abr. 2013.

VOISIN, A. **Produtividade do Pasto**. São Paulo: Mestre Jou, 1974. 857 p.

WEBER, Max,. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília:Editora Universidade de Brasília, 1991

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO OBJETIVO PARA TIPO IDEAL**

Você é? 1 ( ) Homem 2 ( ) Mulher

1 - Você está satisfeito com seu lucro líquido?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

2 - Você trabalha com circuitos curtos (feira, venda direta de produtos...)?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO

3 - Sua qualidade de vida tem melhorado nos últimos tempos?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

4 - Qual a sua escolaridade (sendo completo ou incompleto)

1 ( ) Nenhuma 2 ( ) Ensino Fundamental 3 ( ) Ensino Médio 4 ( ) Graduação/  
técnico ( ) Outra

5 - Existe alguém que vai dar continuidade à produção?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

6 - Acredita que as mulheres têm o mesmo peso na produção total?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

7 - Você está satisfeito com o seu trabalho?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

8 - Foi opção sua permanecer no campo?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO

9 - Você se utiliza de insumos (ração, adubo, sementes) de fora da propriedade?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO

10 - Se você for mulher, se sente parte dos negócios?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

11 - Você pensa na preservação da mata/campo nativo?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

12 - Existem animais silvestres pela propriedades?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO

13 - São filiados a algum partido político?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE

14 - Fazem parte e/ou acompanham projetos/festas na comunidade?

1 ( ) SIM 2 ( ) NÃO 3 ( ) INDIFERENTE